



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas – IH  
Departamento de Serviço Social – SER  
Programa de Pós-Graduação em Política Social - PPGPS

**MÁRCIA CRISTINA DE SOUZA CABRAL**

**EDUCAÇÃO E TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE PERMANÊNCIA E GÊNERO  
NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CÂMPUS DE ÁGUAS LINDAS DO  
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS**

**BRASÍLIA  
2020**

**MÁRCIA CRISTINA DE SOUZA CABRAL**

**EDUCAÇÃO E TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE PERMANÊNCIA E GÊNERO  
NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CÂMPUS DE ÁGUAS LINDAS DO  
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.  
Orientador: Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Júnior.

**BRASÍLIA  
2020**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ce Cabral, Márcia Cristina de Souza  
Educação e Trabalho: Reflexões sobre Permanência e Gênero  
na Educação de Jovens e Adultos no Câmpus de Águas Lindas do  
Instituto Federal de Goiás / Márcia Cristina de Souza  
Cabral; orientador Newton Narciso Gomes Júnior; co  
orientador - -. -- Brasília, 2020.  
142 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Política Social) --  
Universidade de Brasília, 2020.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Educação Profissional  
e Tecnológica. 3. Trabalho. 4. Gênero. 5. Permanência e  
Êxito. I. Narciso Gomes Júnior, Newton, orient. II. -, -,  
co-orient. III. Título.

**MÁRCIA CRISTINA DE SOUZA CABRAL**

**EDUCAÇÃO E TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE PERMANÊNCIA E GÊNERO  
NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPUS DE ÁGUAS LINDAS DO  
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

**Banca examinadora**

**Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Junior**  
— Orientador —  
Departamento de Serviço Social (SER) – UnB

**Profa. Dra. Silvia Cristina Yannoulas**  
— Membro Titular —  
Departamento de Serviço Social (SER) – UnB

**Profa. Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias**  
— Membro Titular —  
Departamento de Serviço Social (SER) – UnB

**Prof. Dr. Cristiano Guedes de Souza**  
— Membro Suplente —  
Departamento de Serviço Social (SER) – UnB

**BRASÍLIA**

**2020**

*Aos que ainda lutam  
para a construção de um mundo melhor!*

## **AGRADECIMENTOS**

Esta dissertação não poderia ser escrita sem o apoio de pessoas fundamentais, que me auxiliaram e contribuíram para a finalização desta jornada acadêmica.

Em primeiro lugar, agradeço à coordenação, professores, técnicos do Programa de Pós-Graduação em Política Social - PPGPS/SER/IH/UnB e do Departamento de Serviço Social - SER/IH/UnB, que lutam e contribuem cotidianamente para que este Programa seja um diferencial, instigando a pesquisa e a busca por novos conhecimentos.

Agradeço ao meu orientador, Professor Newton Narciso Gomes Júnior, pela paciência, confiança, correções e por ter me oportunizado a troca de experiência, fazendo-me acreditar que tudo é possível com dedicação e estudo.

Aos membros da banca examinadora: Profa. Dra. Silvia Cristina Yannoulas, Profa. Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias, Prof. Dr. Cristiano Guedes de Souza e ao Prof. Dr. Marcelo Hungaro, pelo tempo dedicado e pelas contribuições dadas a este trabalho.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG/Câmpus Águas Lindas), nas pessoas do Prof. Tiago Gomes de Araújo, Profa. Carla Adriana Oliveira Silva, Profa. Patrícia Carvalho de Oliveira e das estudantes do curso Técnico em Enfermagem (EJA), por terem permitido e auxiliado para que esta pesquisa fosse aplicada e obtivesse êxito.

Aos servidores do IFG/Câmpus Valparaíso de Goiás, em especial Lucivânio, Danielle, Reginaldo, Elenice, Julymary, Michele, Tatiane, André e Jaciara pelo constante incentivo e palavras de apoio.

Aos Amigos Anderson Cavalheiro e Rosalina Couto, que estiveram sempre presentes e foram grandes incentivadores desde o início dessa jornada.

A minha família, em especial ao meu esposo Shérley Cabral, aos meus filhos Márcia Cabral e Victor Cabral, a minha mãe e minha sogra, que sempre me apoiaram nos momentos mais difíceis desta caminhada.

Enfim, a todos que de alguma maneira contribuíram, meus sinceros agradecimentos!

*“Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais”*  
*BOURDIEU, 2012.*

## RESUMO

Esta dissertação buscou por meio de revisão bibliográfica e pesquisa de campo quali-quantitativa, identificar e analisar como as categorias trabalho e gênero influenciam na permanência e êxito das estudantes do Curso Técnico Integrado em Enfermagem na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Câmpus Águas Lindas do Instituto Federal de Goiás (IFG). Foi realizada uma abordagem histórica da EJA, da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e das suas respectivas legislações, a fim de compreender a evolução desta modalidade de ensino ao longo do tempo. O estudo demonstra como a categoria trabalho é utilizada com elemento fundante na alienação humana por meio das suas diversas formas. Aborda como a divisão sexual do trabalho inferioriza as mulheres. E como o processo de precarização estrutural de trabalho explora a classe trabalhadora. No âmbito das relações de gênero, analisou-se os padrões histórico-culturais oriundas da sociedade patriarcal e suas interferências nas funções sociais impostas às mulheres. E, por fim, como todos esses fatores influenciam na descontinuidade acadêmica das estudantes.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Educação Profissional e Tecnológica; Trabalho; Gênero; Permanência e Êxito.

## ABSTRACT

This dissertation sought, by means of bibliographic review and qualitative quantitative field research, to identify and analyze how the categories work and gender influence the permanence and success of the students of the Integrated Technical Course in Nursing in the Youth Adult Education (EJA) modality of the Águas Lindas Campus of the Federal Institute of Goiás (IFG). A historical approach to EJA, Professional and Technological Education (EFA) and their respective legislation was carried out in order to understand the evolution of this teaching modality over time. The study demonstrates how the category of work is used as a fundamental element in human alienation through its various forms. It addresses how the sexual division of labor makes women inferior. And how the process of structural precarious work exploits the working class. In the context of gender relations, the historical-cultural patterns arising from patriarchal society and their interference in the social functions imposed on women were analyzed. And, finally, how all these factors influence students' academic discontinuity.

**Keywords:** Youth and Adult Education; Professional and Technological Education; Job; Genre; Permanence and Success.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 - Fatores contribuintes para descontinuidade acadêmica, IFG Águas Lindas (2015 e 2018). .....</b>	<b>102</b>
---	------------

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 - Situação de Trabalho dos estudantes .....</b>	<b>105</b>
<b>Gráfico 2 – Situação dos contribuintes da renda familiar .....</b>	<b>106</b>
<b>Gráfico 3 - Situação do responsável financeiro .....</b>	<b>107</b>
<b>Gráfico 4 - Situação de trabalho do responsável financeiro familiar .....</b>	<b>108</b>
<b>Gráfico 5 - Situação de escolaridade do responsável financeiro familiar .....</b>	<b>109</b>
<b>Gráfico 6 - Situação da renda bruta familiar .....</b>	<b>109</b>
<b>Gráfico 7 - Situação da renda per capita familiar .....</b>	<b>110</b>
<b>Gráfico 8 - Situação da companhia domiciliar .....</b>	<b>111</b>
<b>Gráfico 9 - Número de Pessoas por domicílio .....</b>	<b>112</b>
<b>Gráfico 10 - Tipo de residência .....</b>	<b>112</b>
<b>Gráfico 11 - Tipo de Imóvel.....</b>	<b>113</b>
<b>Gráfico 12 - Meios de locomoção .....</b>	<b>114</b>
<b>Gráfico 13 – Necessidade de auxílio financeiro estudantil.....</b>	<b>114</b>
<b>Gráfico 14 - Programas Sociais do Governo Federal.....</b>	<b>115</b>
<b>Gráfico 15 - Objetivo em fazer o curso técnico .....</b>	<b>116</b>
<b>Gráfico 16 - Quantas vezes pensou em desistir do curso .....</b>	<b>117</b>
<b>Gráfico 17 - Fatores que motivaram a pensar em desistir do curso.....</b>	<b>118</b>
<b>Gráfico 18 - Quanto à assiduidade nas aulas .....</b>	<b>119</b>
<b>Gráfico 19 - Dos motivos que levam as estudantes à ausências nas aulas ....</b>	<b>120</b>
<b>Gráfico 20 - Outras profissões exercidas pela estudante.....</b>	<b>121</b>
<b>Gráfico 21 - Relação de profissões já exercida pela estudante .....</b>	<b>122</b>
<b>Gráfico 22 - Quanto às questões relacionadas ao gênero.....</b>	<b>123</b>
<b>Gráfico 23 - Maiores dificuldades enfrentadas pelas estudantes para a conclusão do curso .....</b>	<b>124</b>
<b>Gráfico 24 - Maiores desafios enfrentadas pelas estudantes para a conclusão e permanência no curso .....</b>	<b>125</b>

## LISTA DE SIGLAS

- BNCC** - Base Nacional Comum Curricular
- CF** - Constituição Federal
- CLT** – Consolidação das Leis Trabalhistas
- CMM** - Conferência Mundial das Mulheres
- CNDM** - Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres
- CODEPLAN** - Companhia de Planejamento do Distrito Federal
- CONSUP** - Conselho Superior
- COVID-19** - Corona Vírus Disease - 2019
- DCN** - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
- DEAMS** - Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres
- EJA** - Educação de Jovens e Adultos
- ENCEJA** - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
- EPT** – Educação Profissional e Tecnológica
- FBPF** - Federação Brasileira para o Progresso Feminino
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IF's** - Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia
- IFG** - Instituto Federal de Educação de Goiás
- IFGoiano** - Instituto Federal Goiano
- IPEA** – Instituto Pesquisa Econômica Aplicada
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MEC** - Ministério da Educação
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PAE** - Política de Assistência Estudantil
- PDI** - Plano de Desenvolvimento Institucional
- PMAD** - Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios
- PNAES** - Programa Nacional de Assistência Estudantil
- PNE** – Plano Nacional de Educação
- PPC** - Projeto Político Pedagógico do Curso
- PROEJA** - Programa Nacional de Integração com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
- PRONATEC** - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
- SETEC** - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

**SUAP** - Sistema Unificado de Administração Pública

**TLC** – Termo de Livre Consentimento Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>Contextualização e delimitação do problema de pesquisa .....</b>	<b>16</b>
<b>Justificativa.....</b>	<b>19</b>
<b>Objeto de pesquisa .....</b>	<b>26</b>
<b>Questões de partida .....</b>	<b>26</b>
<b>Hipótese de trabalho .....</b>	<b>26</b>
<b>Objetivos .....</b>	<b>27</b>
<b>Objetivo Geral.....</b>	<b>27</b>
<b>Objetivos Específicos .....</b>	<b>27</b>
<b>Metodologia e procedimentos metodológicos .....</b>	<b>27</b>
<b>Marco teórico.....</b>	<b>29</b>
<b>CAPITULO I - LEGISLAÇÕES E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, TRAJETÓRIA NO BRASIL .....</b>	<b>40</b>
<b>1.1 Panorama da Educação Profissional de Jovens e Adultos .....</b>	<b>41</b>
<b>1.2 Educação profissional nos IF's e o PROEJA .....</b>	<b>44</b>
<b>1.3 Mercadorização da educação.....</b>	<b>50</b>
<b>1.4 Acesso, Permanência, Descontinuidade e Êxito no PROEJA. ....</b>	<b>52</b>
<b>CAPITULO II - TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDANTE DA ALIENAÇÃO HUMANA .....</b>	<b>57</b>
<b>2.1 Trabalho e necessidades humanas .....</b>	<b>59</b>
<b>2.2 Informalidade e subempregos.....</b>	<b>63</b>
<b>2.3 Trabalho e alienação .....</b>	<b>69</b>
<b>CAPITULO III - GÊNERO: OS PADRÕES HISTÓRICO-CULTURAIS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>74</b>
<b>3.1 As marcas do passado e as esperanças do presente.....</b>	<b>75</b>
<b>3.2 Divisão sexual do trabalho na divisa com a cidadania .....</b>	<b>82</b>

<b>3.3</b>	<b>Família versus Pertença .....</b>	<b>88</b>
<b>3.4</b>	<b>Mulheres no PROEJA.....</b>	<b>94</b>
	<b>CAPITULO IV - ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>98</b>
<b>4.1</b>	<b>Análise do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) do Técnico em Enfermagem na modalidade – EJA.....</b>	<b>99</b>
<b>4.2</b>	<b>Análise dos dados socioeconômicos - SUAP/IFG – módulo de assistência estudantil .....</b>	<b>104</b>
<b>4.3</b>	<b>Análise da pesquisa aplicada.....</b>	<b>116</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>127</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>131</b>
	<b>APENDICE A – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA PESQUISA.....</b>	<b>138</b>
	<b>APENDICE B - TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO .....</b>	<b>138</b>
	<b>APENDICE C – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO .....</b>	<b>140</b>

## INTRODUÇÃO

### Contextualização e delimitação do problema de pesquisa

Problematizar a relação educação e trabalho no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) pressupõe também pensar os desafios para o acesso e permanência acadêmica dos estudantes. Em um país onde o patriarcalismo ainda resiste forte, a permanência das mulheres nos espaços de educação tende a enfrentar contenciosos ante a quase inexistência de políticas públicas capazes de se contraporem ao preconceito e a opressão de gênero.

O delineamento da educação brasileira, sobretudo na EJA expressa a situação política e social construída ao longo da história, marcada pela divisão de classes, permeada de interesses individuais e voltadas para o projeto da lógica do mercado, a qual é importante capacitar os trabalhadores para atenderem objetivos específicos da lógica do capital e seus processos produtivos. Nesta perspectiva se faz necessário problematizar o limiar que perpassa a relação trabalho, educação de jovens e adultos e gênero, pois ainda hoje, após séculos de história e lutas, estes elementos intrínsecos se fazem tão presentes e carentes de análises.

A Carta Magna de 1988 em seu artigo 205 define que: *“a educação, direito de todos e dever do Estado e da família”*, sendo que deverá ser planejada para o pleno desenvolvimento da pessoa, para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, ou seja, a educação deve ser organizada de forma a contemplar a totalidade da formação do indivíduo e todas as potencialidades, e no caso da EJA deve considerar ainda suas especificidades e experiências adquiridas ao longo da vida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em seu artigo 37, determina que a EJA é uma modalidade da educação básica e será destinada àqueles que não tiveram acesso aos estudos, ou continuidade deles, nos níveis de ensino fundamental e médio na idade considerada regular e deverá levar em consideração as particularidades de cada indivíduo, considerando sua história de vida e de trabalho. (BRASIL, LDB, 1996).

Depreende-se que não se pode resumir a educação em um processo meramente reprodutor da realidade existente, pois o processo de educar não se resume somente ao ato de ensinar, mas deve ser transformadora da realidade para

além do que se pode observar. Neste sentido a EJA ultrapassa a formação acadêmica meramente instrumental e desafia os sistemas de ensino a propiciar oportunidades considerando os interesses e condições de vida dos estudantes matriculados nesta modalidade de ensino.

A EJA, desde sua concepção, foi permeada de contradições e complexidades, principalmente porque sua principal função esteve voltada em atender às demandas do sistema produtivo, priorizando o avanço do modo de produção capitalista. Esta modalidade de ensino no Brasil vai além da simples necessidade de qualificação e torna-se também peça fundamental para reconhecimento de sujeitos que em determinado momento da vida interromperam sua jornada no ensino regular em idade apropriada, conforme prevê as legislações.

A educação dever ser sempre continuada e permanente, ou não é educação. Mézszaros (2008), defende a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer.

Pensar a EJA significa olhar além das condições ora apresentadas pelos processos mercadológicos, que constantemente rondam os estudantes matriculados e/ou que possuem interesse de retornar os estudos. O processo educativo e as ações em prol da efetivação desta modalidade de ensino ultrapassam os valores individuais e se apresentam como desafios diários aos que se propõem a pesquisar/atuar neste âmbito educacional.

Neste aspecto, ainda podemos destacar que mesmo o direito à educação básica sendo garantida por meio das legislações de forma universal e igualitária, os discursos em torno do gênero ainda permeiam de forma discriminatória os espaços educacionais, homens e mulheres trabalhadores sofrem opressão de classe, porém na história da humanidade as mulheres experimenta um nível de opressão mais intenso, seja pela desvalorização de sua força de trabalho, seja na obrigação dos afazeres de casa ou na manutenção da família e ainda a naturalização destas relações. A diferença sexual sempre esteve presente da divisão das tarefas, sob a justificativa das habilidades, característica de gênero conforme o sexo biológico. (CISNE, 2018).

Na EJA, os desafios para as mulheres não estão somente em matricular-se, mas também em permanecer até a conclusão do curso, devido às construções históricas já citadas e potencializadas pela escassez de políticas públicas: de

transporte, segurança, saúde, habitação, assistência social e família. Podemos citar também outros fatores que interferem diretamente, tais como: a manutenção de renda, os cuidados com a família, a dupla “tripla” jornada de trabalho.

Embora, na sociedade patriarcal as mulheres ainda convivam com a desvalorização de seu trabalho, devido os preconceitos de gênero, elas sempre estiveram presentes nas fábricas, no mercado de trabalho e nas lutas por direitos iguais; na história, vários são os movimentos feministas no mundo que lutaram e lutam pelos direitos das mulheres. (CISNE, 2018).

O fio condutor para a realização desta pesquisa deu-se a partir das inquietações do cotidiano profissional, como Assistente Social no Instituto Federal de Educação de Goiás (IFG) - Câmpus Valparaíso de Goiás, onde foi possível observar o perfil dos estudantes que acessam semestralmente/anualmente a Instituição, sobretudo no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). A necessidade latente de qualificação e formação para o mercado de trabalho, na qual ora a ausência de escolaridade é fator determinante para não inserção no mercado de trabalho formal, ora a formação educacional já adquirida é insuficiente para inserção ou permanência no mercado de trabalho. Diante de tais contradições ruminaram a necessidade de aprofundar este debate e contribuir na construção de propostas para aprofundar os estudos a respeito do assunto.

Nesta pesquisa, pretende-se refletir com maior intensidade a respeito da relação trabalho e educação de jovens e adultos, baseando-se nos desafios de permanência das jovens e mulheres que acessam o curso técnico integrado em enfermagem na modalidade PROEJA ofertado pelo IFG, Câmpus Águas Lindas de Goiás.

Acredita-se que esta pesquisa poderá contribuir para fortalecer o debate da Política de Educação, da EJA e demais políticas relacionadas, bem como possibilitará pensar novos caminhos que permitam às estudantes e/ou trabalhadoras alternativas de mais acesso, permanência e conclusão de seu percurso acadêmico, tendo em vista não só o acesso ao mercado do trabalho, mas também na possibilidade de construção de um novo olhar, crítico, que potencialize a luta por direitos, sobretudo o direito à educação pública e de qualidade, principalmente às mulheres que por vezes tem seu direito negado pelo simples fato de serem mulheres.

O desenvolvimento da dissertação será em quatro capítulos, envolvendo prioritariamente as discussões sobre a proposta das legislações sobre a educação de jovens e adultos, as percepções ideológicas frente à demanda proposta pelo Estado e ainda a perspectivas de construção da cidadania no horizonte perverso da ordem do capital. Ao final da análise dos dados, serão apresentados os resultados da pesquisa ora proposta. Entende-se que os resultados desta pesquisa poderão contribuir na elaboração de novos documentos institucionais a respeito do assunto debatido.

No primeiro capítulo será abordado a categoria **Educação de Jovens e Adultos**, a partir das Legislações educacionais no Brasil, identificando o panorama histórico e sua relação com a educação profissional nos Institutos Federais de Educação (IF's), a relação da educação com a mercadorização, uma vez que a educação tornou-se elemento chave para o capitalismo, analisou-se as concepções ideológicas e contradições que perpassam o debate da educação de jovens e adultos e a partir destas análises, verificar como se dá o acesso, permanência e êxito os estudantes da pesquisa no PROEJA.

No segundo capítulo será analisada a categoria **Trabalho** como elemento fundante da alienação, bem como de provimento das necessidades humanas, sua relação com o trabalho informal, precarizado e alienado pelos interesses das classes dominantes e do capitalismo neoliberal.

No terceiro capítulo será discutida a categoria **Gênero**, seus padrões histórico-culturais que ainda influenciam na organização social, na formação acadêmica e social das estudantes, sua responsabilidade nas definições históricas das funções sociais impostas as mulheres por meio do patriarcado histórico.

E no quarto capítulo, a partir dos estudos bibliográficos e de campo, serão analisados os resultados obtidos na coleta de dados. Espera-se, que as informações coletadas sejam as mais próximas da realidade e contribuam de alguma forma no desenvolvimento e formulação de ações para a continuidade da formação acadêmica de várias mulheres, bem como na proposição de ações eficazes na perspectiva da garantia de direitos.

## **Justificativa**

Vivenciamos um profundo processo de retrocessos na efetivação de direitos,

sobretudo diante de um governo ultraconservador, voltado aos interesses de consolidação do capitalismo neoliberal e da emergência em fortalecer o capital diante da crise econômica. A dinâmica de sujeição do ser humano, a alienação produzida pelo capital, o processo de focalização e redução de direitos em nome do bem-estar social, a mercadorização da educação são algumas das consequências da dinâmica do processo de produção e reprodução do capital.

A Constituição Federal (CF) de 1988 é sem dúvida um dos maiores avanços na garantia dos direitos, sobretudo no que tange aos direitos sociais, conforme cita o artigo 6º: *“a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”* a partir dela há a responsabilização do Estado na centralidade da organização das Políticas Públicas, incumbindo à União, aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios, legislar e garantir o direito a educação. (BRASIL, 1988).

Desde sua promulgação, várias foram as alterações realizadas na Carta Magna, mas todas no que condiz ao direito à educação objetivaram a garantia e reafirmação deste como direito social, inclusive na implantação de outras políticas específicas. Mas, podemos observar que, no contexto de uma política conservadora é que mesmo com a Carta Magna garantindo a educação como um direito social, os desafios com a formação educacional ainda são latentes, principalmente ao citar a EJA, pois o processo educacional possui outras variáveis para além do processo de ensinar, transita também nas relações de formação profissional para o mundo do trabalho.

A Lei nº 9394/96, de 23 de dezembro de 1996 – LDB regulamenta e reforça a tese de que a educação é parte essencial da formação do indivíduo e que deve ser pautada na igualdade de acesso e de condições de permanência, em todo território nacional. Conforme Mészáros (2008):

“o simples acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos. E que o deslocamento do processo de exclusão educacional não se dá mais principalmente na questão do acesso à escola, mas sim dentro dela por meio da educação formal. O que está em jogo não é apenas a modificação política dos processos educacionais – que praticam e agravam o *apartheid social* – mas a reprodução da estrutura de valores que contribui para perpetuar uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil”. (MÉSZÁROS, 2008. p. 11).

No modelo de produção capitalista, a educação, em todos os seus níveis, sobretudo a educação profissional, é fundamental para reprodução do capital, uma vez que a Educação é um mecanismo utilizado para reprodução da mão de obra, em que nos constantes processos de tensões e de conflitos de interesses, destaca-se a necessidade de formação constante e continuada de mão de obra qualificada para atender às necessidades de reprodução do capital.

No período entre 2003-2006, o Governo Lula iniciou tratativas para ampliação da Educação, inclusive da Educação Profissional e Tecnológica. Conforme dados do Ministério da Educação (MEC), no período citado e referente ao plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, foram construídas mais de 500 novas unidades, perfazendo 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - totalizando 644 câmpus em funcionamento, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica, 25 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e o Colégio Pedro II. (Brasil/MEC/SETEC, 2014).

Neste processo de expansão e reorganização a partir das Escolas Técnicas e Centros Federais Tecnológicos existentes, foram instituídos os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IF's), instituições públicas federais, criadas pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que tem como um de seus objetivos estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho, renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. (BRASIL, 2008).

No Estado de Goiás, para ampliação e definição dos municípios onde ocorreria a implantação dos novos Campis, inaugurados em 2014, foi realizado em 2013 uma pesquisa por meio do observatório do mundo do trabalho<sup>1</sup>:

Por meio do Observatório do Mundo do Trabalho da Educação Profissional e Tecnológica, são construídas metodologias para planejamento e definição dos Câmpus e cursos a serem ofertados pelos Institutos Federais, são considerados fatores como: Características Geográficas, Históricas e de ecossistemas e formação da Região e da Unidade da Federação bem como características naturais, sociais, econômicas e educacionais das

---

<sup>1</sup> Observatório do Mundo do Trabalho, 2013. Relação de Municípios de realização da pesquisa: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Novo Gama, Mimoso de Goiás, Luziânia, Vila Propício, Vila Boa, Valparaíso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina, Padre Bernardo, Pirenópolis.

mesorregiões, microrregiões, municípios e regiões de influência bem como análise do trabalho e do emprego formal, situação de economia e vulnerabilidade, podemos depreender que para a criação de um curso, seja ele qual for, estudos são realizados para que melhor seja a tomada de decisões. (BRASIL, SETEC/MEC, 2013).

Na pesquisa identificou-se que, a microrregião (Águas Lindas, Valparaíso e Novo Gama) possuía a segunda maior população do Estado de Goiás, atrás somente da microrregião de Goiânia, correspondendo a 17,52% da população do Estado, motivo pelo qual se definiu pela implantação do IFG – Câmpus Águas Lindas de Goiás e Valparaíso de Goiás. Ambas as unidades iniciaram suas atividades no ano de 2014 e, desde então, ofertam cursos em várias modalidades, inclusive educação de jovens e adultos, cumprindo assim um de seus objetivos institucionais: “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2008). Outro fator determinante para a instalação dos campis nestas regiões dá-se pelo alto índice de abandono escolar ainda nas séries iniciais.

Das pessoas que tem 10 anos ou mais de idade nos municípios em análise e de toda a Microrregião do Entorno de Brasília, cerca de 50% não possuem instrução ou cursaram o Ensino Fundamental de forma incompleta. Também é baixo o número de pessoas que concluem o Ensino Médio e o Ensino Superior, quando se considera o número de habitantes de cada município. Por meio desses dados pode-se inferir que crianças e jovens dessa microrregião abandonam a vida escolar, seja para contribuir com a renda da família, seja por dificuldades para acessar ao ensino formal. Assim, devem ser aprofundadas as políticas públicas de acesso e permanência dessas crianças e jovens na escola, bem como a oferta de cursos na modalidade Educação de Jovens e Adultos por instituições como o próprio IFG ou unidades escolares mantidas pelo Estado ou pelos respectivos Municípios. (BRASIL, SETEC/MEC, 2013).

Devido a grande dimensão territorial no Estado de Goiás, e as necessidades educacionais latentes, objetivando atender melhor a população, foram implementadas duas instituições da rede, sendo: O Instituto Federal Goiano (IFGoiano) e o Instituto Federal de Goiás (IFG).

O IFGoiano, atualmente é composto por 12 campis:

O IF Goiano integrou os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) de Rio Verde, de Urutaí e sua respectiva Unidade de Ensino Descentralizada de Morrinhos, mais a Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCE) – todos provenientes de antigas escolas agrícolas. Como órgão de administração central, o IF Goiano tem uma Reitoria instalada em Goiânia, Capital do Estado. Em 2010, a Instituição inaugurou mais um campus em Iporá e em 2014 iniciou atividades em três novos campi, em Campos Belos,

Posse e Trindade. Além destes, a Instituição também possui quatro campi avançados, nas cidades de Catalão, Cristalina, Ipameri e Hidrolândia, totalizando doze unidades em Goiás. (BRASIL/IFGoiano, 2019).

E o IFG, onde até 2006 possuía somente 02 campi - Goiânia e Jataí. Atualmente é composto por 14 campi, sendo:

Goiânia e Jataí; Inhumas, criado em 2007. A expansão da rede federal resultou na implantação de mais cinco câmpus, dois no segundo semestre de 2008 (Itumbiara e Uruaçu) e três no primeiro semestre de 2010 (Anápolis, Formosa e Luziânia), em 2012, o IFG implantou mais dois câmpus, em Aparecida de Goiânia e cidade de Goiás. E no ano de 2014, foram instalados mais quatro câmpus (Goiânia Oeste, Águas Lindas de Goiás, Senador Canedo e Valparaíso), chegando aos 14 câmpus que o IFG possui hoje. (BRASIL/IFG, 2019).

Para fins desta pesquisa utilizaremos o câmpus do IFG de Águas Lindas de Goiás, devido à especificidade do curso (Técnico de Enfermagem na modalidade EJA) que atende majoritariamente mulheres mães e trabalhadoras que exibem todos os contenciosos já citados envolvendo o público do PROEJA.

O município de Águas Lindas de Goiás nasce pela Lei Estadual nº 12.797, de 27 de dezembro de 1995. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a população do município era de 159.505. A Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD), realizada em 2015, identificou um grande crescimento da população urbana de Águas Lindas, totalizando 205.267 habitantes.

Tal fenômeno ocorreu devido à proximidade deste município com o Distrito Federal. A abertura da rodovia BR 070 atraiu a atenção de empresários do ramo imobiliário para o potencial da região. Apesar de ser considerada uma Cidade-Dormitório, a sua densidade demográfica foi de significativa migração, com pessoas oriundas de todas as regiões geográficas do Brasil e em especial do Nordeste, recebendo assim o título de "A cidade que mais cresce na América Latina". (CODEPLAN, 2015. p. 16).

O significativo aumento da população no município ocasionou uma ocupação territorial desordenada, gerando a necessidade de investimentos em Políticas Públicas, capazes de atender às necessidades básicas desta população, o que não ocorreu na mesma intensidade no campo educacional:

Ao analisar os níveis de escolaridade da população de Águas Lindas de Goiás, sobressaíram três níveis: o fundamental incompleto, com 43,2% (88.819 pessoas), o médio completo, 15,8% (32.424 pessoas) e o médio incompleto, 11,5% (23.576 pessoas). Vale ressaltar que boa parte dos que se encontram nessas condições, ainda estão estudando. Por isso é interessante observar, comparativamente, a escolaridade das pessoas com

25 anos ou mais. Ainda assim, prevalece o nível fundamental incompleto com cerca de 43,3% e o ensino médio completo com cerca de 15,8%. (Idem, 2015. p. 26).

Ainda segundo a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), em 2015, ao considerar o acesso à Educação de Jovens e Adultos, constatou-se que:

7,6% (4.300 pessoas), com 15 anos ou mais, são analfabetos e 7,2% (4.102) sabem apenas ler e escrever. No outro extremo, 2,4% declararam ter curso superior incompleto e apenas 2,5%, superior completo. Quanto à Educação de Jovens e Adultos (EJA), embora os percentuais ainda sejam baixos, 2.274 dos responsáveis pelo domicílio (4%), declararam estudar nessa modalidade em busca de concluir seus estudos. (Idem, 2015. p. 27).

Estes dados evidenciam a deficiência de investimentos na Política Educacional e, em um país com histórica formação desigual, escravocrata, patriarcal e tardio na criação de Políticas Públicas, ainda é visível o fortalecimento dos mecanismos desiguais entre as classes, reflexo do modo de produção capitalista, que propicia a formação de um contingente de homens e mulheres que permanecem às margens dos serviços públicos e do mercado formal de trabalho, impossibilitando ainda o acesso aos demais serviços.

O investimento em Políticas Educacionais em seus diversos níveis, inclusive na EJA, permite a mínima garantia de acesso educacional possibilitando a efetivação dos direitos, principalmente porque tem a capacidade de construir e reconstruir conhecimentos, bem como possibilitar mudança e consciência da sociedade.

Quando relacionamos o contingente populacional do município ao gênero (feminino e masculino), em uma região com baixos índices de renda e desenvolvimento social e que grande parte os domicílios são chefiados por mulheres que se declaram como pardas ou negras, conforme dados obtidos na pesquisa realizada pela PMAD (2015):

As mulheres são maioria, com 50,8% (104.289), e os homens correspondem a 49,2% (100.978). Dessa forma, a razão de sexo, expressa pelo número de homens para cada 100 mulheres é de 97. A população do município é jovem, pois mais da metade de seus moradores (52,5%) tem até 29 anos de idade. A população com até 14 anos corresponde a 24,4% do total, 12,3% têm entre 15 e 19 anos, 9,0%, 20 a 24 anos e 6,9% da população municipal tem de 25 a 29 anos. A população idosa com 60 anos e mais, corresponde a 9,8% dos habitantes. (CODEPLAN, 2015. p. 42).

Mesmo com os avanços de investimentos na área da Política Educacional,

como no caso de Águas Lindas de Goiás, uma região com alto índice de vulnerabilidade social, ainda há fatores que interferem diretamente no acesso e permanência escolar das estudantes, tal como a manutenção e cuidados com a família. Segundo CODEPLAN (2015):

As Mulheres responsáveis pelos domicílios são maioria, representam 55,7%. Cabe ressaltar que, para efeito desta análise, o responsável pelo domicílio é a pessoa de referência reconhecida como tal pelos demais integrantes. A distribuição da responsabilidade dos domicílios por faixa etária apresenta a seguinte participação: na faixa de 36 a 45 anos está a maior representação, 27,3%; seguida da faixa de 26 a 35 anos, 22,5%; os com mais de 55 anos, somam 22,1% e de 46 a 55 anos, 20,8%. Os responsáveis com menos de 25 anos são apenas 6,8%. No quesito cor e/ou raça, predominam os responsáveis por domicílios que se declararam pardos/mulatos (71,9%), seguidos dos que se declararam brancos (20,8%) e pretos, (6,4%). (CODEPLAN, 2015. p. 18).

Observa-se, pelos dados apresentados em passagens anteriores, que grande parte das mulheres estão em idade laboral, e que mais da metade delas foram denominadas como responsáveis pelo domicílio. Depreende-se, portanto, que os fatores relacionados ao gênero, ainda demarcam os reflexos históricos do patriarcado na constituição da formação da sociedade brasileira, tais como a responsabilização das mulheres nos papéis domésticos, nos cuidados com os filhos, na acumulação de funções, o que favorecem para a não continuidade do itinerário acadêmico, reproduzindo os padrões históricos de patriarcado e a desvalorização das mulheres, sobretudo na modalidade da EJA, pois propicia na descontinuidade da formação acadêmica, contribuindo para a permanência destas mulheres em trabalhos informais ou até mesmo à margem do trabalho, muitas vezes em condições precárias.

O documento base de 2007, do PROEJA, afirma que:

Os fundamentos das práticas pedagógicas permanecem reproduzindo modelos culturais de classes sociais diversas das/dos alunos, produzindo o fracasso escolar e a chamada “evasão”. Desta forma, ainda hoje, mesmo os que chegam ao final saem sem dominar a leitura e a escrita. Este fato tem representado um aumento substantivo de jovens na EJA, todos com escolaridade descontínua, não-concluintes com êxito do ensino fundamental, obrigados a abandonar o percurso, ou pelas reiteradas repetências, indicadoras do próprio “fracasso”, ou pelas exigências de compor renda familiar, insuficiente para a sobrevivência, face ao desemprego crescente, à informalidade e a degradação das relações de trabalho, ao decréscimo do número de postos. (BRASIL, MEC, SETEC, 2007).

Diante de um cenário em que as práticas educacionais podem reproduzir práticas conservadoras, oriundas do processo histórico e dominação e que

contribuem para a manutenção do trabalho informal, que por vezes restringem o acesso/permanência da classe trabalhadora a uma formação de qualidade, bem como possibilite melhores condições de trabalho que minimamente permita acessar outros patamares de qualidade de vida, se faz necessário aprofundar os estudos que permitam identificar outros elementos para entender melhor os tecidos que constroem a relação educação, trabalho e gênero que interferem na continuidade do percurso acadêmico. Nesta situação, estudantes mulheres matriculadas no Curso Técnico de Enfermagem do IFG-Câmpus Águas Lindas de Goiás. Pressupomos que reconhecer estes elementos possibilitará traçar estratégias que contribuam para elaboração e ampliação de Políticas que permitam aproximar estas mulheres da realidade, para romperem velhas práticas sociais e possibilitem condições dignas de vida e de trabalho.

### **Objeto de pesquisa**

Identificar como as categorias trabalho e gênero influenciam na permanência e êxito das estudantes do curso técnico integrado em Enfermagem na modalidade EJA do Câmpus Águas Lindas do Instituto Federal de Goiás – IFG.

### **Questões de partida**

- De que forma as opressões históricas relacionadas ao gênero tais como: maternidade, família, renda são fatores determinantes para a descontinuidade das estudantes do processo educacional?
- Diante das legislações atuais que protegem as mulheres, a categoria gênero ainda é um fator determinante para acesso e permanência das mulheres nos espaços educacionais e no mercado de trabalho formal?

### **Hipótese de trabalho**

Trabalho e educação possuem uma relação intrínseca e, numa sociedade construída sob a ideologia patriarcal, esta relação se torna muito tênue quando relacionada ao gênero, pois o “papel” histórico dado às mulheres as responsabilizam

com funções sociais de gênero, como a maternidade, a família. Diante destas condições são obrigadas a abandonarem a formação acadêmica em prol e do bem estar da família. Desta forma têm seu direito cerceado, impedindo a possibilidade de construção de uma consciência crítica capaz de desnaturalizar valores, e combater as opressões e explorações sobre as Mulheres.

## **Objetivos**

### **Objetivo Geral**

Investigar quais elementos relacionados ao trabalho e às relações de gênero interferem na descontinuidade da formação educacional das estudantes matriculadas no curso Técnico em Enfermagem na modalidade PROEJA do Instituto Federal de Goiás – Campus Águas Lindas de Goiás.

### **Objetivos Específicos**

- Analisar as legislações que direcionam a modalidade da educação de jovens e adultos;
- Identificar como o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) Técnico Integrado em Enfermagem na modalidade PROEJA aborda a temática das mulheres e a relação com o trabalho;
- Conhecer os fatores da relação capital e trabalho que interferem no percurso formativo das estudantes da PROEJA; e
- Conhecer quais os fatores relacionados ao patriarcado propiciam a descontinuidade da formação acadêmica.

### **Metodologia e procedimentos metodológicos**

Apontar um método ou a escolha do mesmo presume-se antes de tudo a escolha de uma identidade enquanto pesquisador, o que, por conseguinte, pode definir o projeto societário ao qual o pesquisador esteja disposto a discutir e fazer parte.

Para Behring e Boschetti (2011), entender as análises e as relações sociais dentro da sociedade é compreender que as escolhas por determinados caminhos é uma disputa política, mesmo que alguns autores propugnem ainda uma perspectiva de neutralidade do pesquisador à pesquisa.

A dialética é antes de tudo um meio de incrementar o conhecimento real por meio da análise do material concreto-real, um método de análise concreto do objeto concreto, dos fatores reais [...] A dialética como lógica tem como meta não somente a edificação do conhecimento existente segundo um modelo ideal, mas ainda a compreensão das leis de transição de um sistema teórico a outro, o descobrimento das leis da gênese das teorias científicas, das vias do pensamento filosófico (KOPNIN, 1972).

Assim, a pesquisa que aqui pretende se concretizar tendo como suporte o materialismo dialético, de natureza exploratória descritiva, visando obter maiores informações sobre o tema estudado, e proporcionar maior compreensão do fenômeno que está sendo investigado, buscando estabelecer relações entre as variáveis, ocorreu primeiramente com base documental, desde documentos impressos e virtuais de natureza científica (livros, revistas, teses, dissertações e artigos científicos), informações divulgadas nos portais e em revistas eletrônicas pertencentes a instituições de produção do conhecimento e no material contido nos diversos sítios albergados no Ministério da Educação (MEC).

Esclareça-se que se entende por documento tudo aquilo que deixou rastro pelo ser humano, e isso pode incluir recursos audiovisuais e outros tipos de mídia para além dos impressos (LAVILLE; DIONEE, 1999).

A segunda parte da pesquisa foi dividida em três partes. A primeira análise do Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem na modalidade EJA, no que tange a elaboração de estratégias no âmbito da permanência e êxito e a ações específicas para o público feminino. A segunda parte, por meio da análise dos dados institucionais das estudantes devidamente matriculadas, utilizando o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), módulo de assistência estudantil. E, a terceira parte, pesquisa de campo, com aplicação de um questionário estruturado, as estudantes com matrícula ativa no ano de 2020, matriculadas do 1º ao 8º semestre do curso Técnico em Enfermagem na modalidade Educação de Jovens e Adultos do Instituto Federal de Educação – Câmpus Águas Lindas de Goiás.

E, em virtude da suspensão do calendário acadêmico devido ao cenário de calamidade pública em decorrência do COVID-19, o questionário foi aplicado por meio de formulário eletrônico, contendo 09 (nove) perguntas, aplicados a 225

estudantes matriculadas no curso. Participaram da pesquisa 26 estudantes, o que representa o 12,62% das estudantes do curso. A aplicação do questionário ocorreu com especificação do termo de livre consentimento esclarecido, as perguntas foram elaboradas no decorrer da análise bibliográfica, utilizando também informações institucionais no que tange ao acompanhamento do processo de acesso, permanência e êxito dos estudantes.

A justificativa para escolha do local da pesquisa deu-se a partir da atuação profissional na instituição, pelos indicadores de vulnerabilidade social, trabalho, renda da região pesquisada, conforme dados do IBGE/CODEPLAN e por dados institucionais tais como: curso, perfil dos estudantes matriculados, indicadores socioeconômicos obtidos com relação ao público atendido.

Os instrumentos usados, questionário ou entrevista, serão amiúde fortemente estruturados, encerrando o participante em opções de respostas previstas antecipadamente. Essa informação permite interrogar rapidamente, e com menor custo, um grande número de pessoas, e tratar os dados estatisticamente para deles tirar conclusões gerais. Os modos de coleta das informações são muito diversificados e não tem por limite senão a imaginação fértil dos pesquisadores. (LAVILLE; DIONEE, 1999).

As análises ocorreram de modo a privilegiar o anonimato das participantes e das fontes de informação institucional, possibilitando então a construção de um arcabouço teórico, que embasado pelas representações sociais, possam apontar caminhos alternativos, principalmente para a construção da identidade política em um cenário de reestruturação produtiva voltada para o desenvolvimento do mercado.

### **Marco teórico**

Vive-se um período de profundo agravamento de crise do capital e uma crescente informalização das relações de trabalho. O discurso neoliberal, frente à necessidade constante de qualificação de uma força de trabalho capaz de atender as necessidades do capital, tornou-se o centro das relações de trabalho e da formação educacional, voltada prioritariamente, para a inserção no mercado de trabalho.

Para atender as necessidades do capital mundial, a formação educacional tornou-se cada vez mais aligeirada, com discursos que valorizam os princípios de competitividade, empregabilidade, competência. Observamos ainda uma redução do tempo em sala de aula – permitindo o crescimento da educação privada à distância

sob o argumento de que “tempo é dinheiro”. Um crescente desmonte da educação pública, com a redução de investimentos, sobretudo no ensino médio e superior, a substituição do tempo em sala de aula por provas de conhecimentos para obtenção de certificações, são provas do desmonte educacional. Tais ações têm sido realizadas pelo Estado com apoio do capital investidor, com discurso ideológico e de domínio do imaginário social. Como afirma ANTUNES (2011):

Um amplo contingente da força humana disponível para o trabalho em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já se vivenciava a barbárie do desemprego, mais de um bilhão de homens e mulheres padecem das vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário quase virtual, e dentre eles centenas de milhões tem seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. (ANTUNES, 2011. p. 103).

Estamos diante de um contraditório processo de interesses, de um lado o capitalismo reerguendo suas bases dia a após dia para ampliar seu potencial econômico, intensificando a exploração da força de trabalho e extração da mais-valia e, de outro lado a classe trabalhadora se digladiando por um espaço no mercado de trabalho em busca de sobrevivência e de atendimento às suas necessidades básicas. Como mecanismo de controle temos o Estado articulando os interesses conforme as necessidades prioritárias de manutenção da ordem.

O Estado se origina da contradição dos interesses particulares e da comunidade e, para difundir o bem comum necessita assumir um papel de independência. Para isso, utiliza meios de dominação, instrumentos, tais como: as leis, o poder, a tributação e a coerção, para reafirmar sua posição de organização da sociedade, originando assim, a dominação e controle sobre o antagonismo entre as classes. (HARVEY, 2005).

Para Máscaro (2013):

O Estado assim se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca de mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada. As instituições jurídicas que se consolidam por meio do aparato estatal – o sujeito de direito e a garantia do contrato e da autonomia da vontade, por exemplo – possibilitam a existência de mecanismos apartados dos próprios exploradores e explorados. (MÁSCARO, 2013. p. 18).

Segundo Mandel (1990), o Estado é produto da divisão social do trabalho, tem como função mediar à produção material cujo papel era sustentar uma estrutura de classes e relações de produção. A origem do Estado coincide com a origem da propriedade privada, contudo não significa que sua função tenha sido sempre

direcionada a produção e circulação de mercadorias; três são as funções do Estado: criar condições reais de produção, reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ao modo de produção, garantir que ideologia da sociedade continue sendo da classe dominante, ou seja, a função repressiva de impor a vontade da classe dominante por meio da coerção (exército, polícia, lei, sistema penal). Assim, na relação capital e trabalho ocorre o fortalecimento da própria reprodução capitalista, na garantia de que a mercadoria, a propriedade privada e os aparatos jurídicos permaneçam como elementos chaves, sob o controle do Estado.

Já para Harvey (2005) No sistema capitalista o Estado fundamentalmente executa um sistema que alcance os princípios de propriedade, liberdade e direito correspondentes a relação de troca, estes elementos são fundamentais na manutenção do Estado capitalista e na manutenção da ordem social das classes; nesta concepção o Estado se mantém como instrumento de regulação da produção e reprodução de ordem econômica, a qual a classe desprovida dos meios de produção é mantida refém dos processos produtivos e alienada ao domínio da classe dominante.

Como afirma Máscaro (2013):

É preciso compreender na dinâmica das próprias relações capitalistas a razão de ser estrutural do Estado. Somente é possível a pulverização de sujeitos de direitos como um aparato político, que lhes seja imediatamente estranho, garantindo e sustentando sua dinâmica. Por isso, o Estado não é um poder neutro e a princípio indiferente do acoplado por acaso a exploração empreendida pelos burgueses. O Estado é um derivado necessário da própria reprodução capitalista; essas relações ensejam sua constituição ou sua formatação. Sendo estranho a cada burguês e a cada trabalhador explorado, individualmente tomado, é, ao mesmo tempo elemento necessário de sua constituição e da reprodução de suas relações sociais. (MASCARO, 2013, p.19).

Ainda, para Carcanholo (1998), o modelo neoliberal utilizado pelo Estado para implementar as políticas sociais, apresenta claramente dois objetivos centrais. O primeiro deles refere-se à fragilização do Estado Nacional, cedendo à lógica da globalização especulativa financeira; o segundo é o aniquilamento de qualquer forma de resistência ou expressão que se contrapõe à lógica desta economia baseada na disputa de mercado retirar este ponto.

O neoliberalismo desativa o jogo democrático, nos fazendo adentrar num período antidemocrático, e o que estamos vivendo no Brasil não deixa margem de dúvidas sobre isso. Há uma espécie de subjetivação neoliberal que opera no sentido do egoísmo social como norma, como ethos do tempo. E o neoliberalismo, que marca a reação burguesa a esse momento

do capitalismo em crise estrutural. (BEHRING, 2016. p. 21).

Nesta lógica o Estado está conectado em todos os espaços da sociedade, sendo o agente central para o funcionamento da sociedade capitalista, é a forma de organização política e econômica da sociedade de classes, adaptando-se conforme o tempo e a história, suas ações são realizadas e efetivadas por meio dos regramentos sociais, inclusive na manutenção das políticas e do controle social.

Para Marx, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa. (NETTO, 2011. p. 35)

Desta forma, para Netto (2011), o ser social em Marx e Engels resulta elementarmente do trabalho, que constituirá o modelo da práxis partindo do pressuposto do movimento contraditório nos quais as contradições impulsionam a outras superações. Toda relação da sociedade parte de uma história expressamente materialista, a produção geral torna-se meramente uma abstração que denota um fenômeno, à historicidade na análise, e às categorias econômicas atribuem-se vigência e valor eternos. Não se trata de falar somente da produção, mas das condições gerais da vida material. Partimos do que é concreto para abstrair sua essência:

Abstração: é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável - aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador. (Idem, 2011. p.37).

A classe dominante investe no domínio de todos os campos da vida social, parte da essência do indivíduo, no controle das necessidades vitais - a de subsistência - detém todos meios de produção, e a classe trabalhadora, devido sua necessidade de sobrevivência, se vê obrigada a vender/trocar sua força de trabalho por salário, favorecendo a produção e reprodução da mercadoria. Neste sentido o modo de produção capitalista, estará sempre a frente, como afirma Mascaró, 2013:

A sociedade capitalista é fundada na separação entre os possuidores dos meios de produção e a massa dos trabalhadores, Estes, de modo compulsório vendem-se individualmente ao capital em troca de salário. A dinâmica das classes nas sociedades capitalistas, reveste-se da peculiar

condição de ser fundada, no microcosmo, em vínculos individuais. Par tal razão é em torno do indivíduo que se desenvolve a maior aparelhagem de constituição estrutural das relações capitalistas. (MASCARO, 2013. p. 64).

Ainda como cita Mészáros (2008):

O capitalismo contemporâneo operou, portanto, o aprofundamento da separação entre, de um lado, a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades e, de outro, as necessidades de sua autorreprodução. E, quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência inter-capitalistas, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias. (MÉSZÁROS, 2008. p.18).

No capitalismo, o objetivo da produção não é nunca foi e nunca será o de satisfazer necessidades e carências humanas, mas, ao contrário, tal objetivo consiste, basicamente, em satisfazer as necessidades insaciáveis do capital, quais sejam: de lucros crescentes com base na concorrência entre empresas que instigam um constante progresso técnico, causador da elevação da produtividade do trabalho humano; e uma vez havendo, com ajuda da tecnologia, aumento da produtividade por trabalhador, a oferta de empregos tenderá a se reduzir. (PEREIRA, 1994).

Segundo Lessa (2006):

A desumanidade do capitalismo não está apenas na desigualdade social. Isto é a ponta visível do iceberg. A desumanidade está em ser uma sociedade na qual o humano não tem lugar – a não ser quando pode ser transmutado em mercadoria. Ser uma coleção de mercadorias é precisamente isso: as relações sociais são, primordialmente, relações entre mercadorias; as pessoas encontram-se apenas indiretamente, pela mediação da mercadoria. E, portanto, tudo aquilo que é humano e não pode ser convertido em fonte de lucro, está excluído da sociedade. O capitalismo é o lar das mercadorias, não das pessoas humanas. Para retomar uma ideia anterior: os humanos criaram uma criatura que não apenas os domina, mas também os oprime; não apenas os oprime mas, pior ainda, os destrói. (LESSA, 2006, p. 240).

Com isto, a categoria Trabalho transforma a dinâmica do processo reprodutivo, nos moldes da lógica alienante do capital. A preservação do funcionamento do mercado não permite questionamentos que possa refutar o pleno desenvolvimento e reprodução.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil p útil para sua própria vida, ele põe em movimento

as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2013. p.188).

Sendo o trabalho uma atividade exclusiva do homem, criado para atender as necessidades de subsistência humana, nas transformações do processo industrial e das transformações do mundo trabalho, conforme Antunes, 2011:

A expansão sem precedentes da era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética que há uma processualidade contraditória que, de um lado reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino exclui os jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2011, p. 47).

Desde os primórdios da formação da sociedade brasileira, baseada no modo de produção capitalista a educação foi excludente, estratificada pela divisão de classes sociais, ideologicamente as ações práticas na área da educação, principalmente em regiões com alto índice de risco e vulnerabilidade social, respondem aos interesses do grande capital neoliberal.

As dificuldades enfrentadas para a garantia dos direitos sociais, em cada conjuntura histórica, expressam as distintas capacidades de aglutinação e de dispersão mobilizadas pelos sujeitos sociais. Diante de uma avassaladora expansão do ideário neoliberal, as conquistas sociais, expressas no âmbito das políticas públicas, esbarram em uma complexa trama institucional a esfera privada ocupa paulatinamente o lugar da esfera pública, destituindo a noção de direito e enaltecendo a ideia de uma "solidariedade" abstrata e vazia de conteúdo social emancipador. (ALMEIDA, 2013. p. 99)

A educação que, se quer emancipadora não se restringe à educação escolarizada, organizada sob a forma de Política Pública, mas não se constrói a despeito dela, visto que sob as condições de vida da sociedade capitalista é ela que encerra a dimensão pública que mediatiza, de forma institucional e contraditória, o direito ao acesso aos bens e equipamentos culturais de nosso tempo. Por essa razão a educação escolarizada ao passo que se constitui em expressão da dominação e controle do capital é ao mesmo tempo objeto das lutas das classes subalternas pela sua emancipação política. (ALMEIDA, 2007. p.154).

Não se pode resumir a educação em um processo meramente doutrinadora e de reprodução da realidade existente, pois o processo de educar não se resume a estes fatores, mas deve ser transformadora da realidade para além do que se pode

observar.

Com isso, nota-se que a realidade e heterogeneidade social dos jovens não estão sendo consideradas para preparar estes alunos para o mercado de trabalho. A carga horária “pesada” e “corrida” são formas de fazer prevalecer em sala apenas aqueles alunos tidos como preparados, escolhidos para serem bons técnicos. São as leis da competição sendo arraigadas dentro do curso em que prevalecem apenas os alunos mais capaz, eficiente e apto a acompanhar o ritmo das aulas. (PEREIRA, 2012).

Behring (2009) destaca que mesmos nestas condições, no período entre (1990-2000) houve aumento no crescimento de investimentos públicos em educação, saúde e programas de garantia de renda maior que o PIB; ou seja, as políticas sociais foram atendidas em setores específicos gerando um incremento do salário indireto pelo Estado, contudo, essas estratégias decorrem em uma liberação do salário direto dos trabalhadores para dinamizar o consumo de massas, contribuindo para o aumento das taxas de lucro.

É neste espaço contraditório entre indivíduo, Estado e padrões sociais que a sociedade é convocada a desempenhar funções próprias de políticas de Estado, tais como gestão da coisa pública. Assim, o processo democrático, a participação da sociedade, os papéis sociais se confundem e inicia a perda de controle democrático legitimando consensos e os consentimentos sociais, individuais, fragilizados politicamente, através dos quais se alimentam o poder e a coerção do Estado. (BEHRING, 2012. p. 27).

O princípio de uma educação universal, a qual a classe social pertencente não define as transformações globais transforma o indivíduo em reprodutor do trabalho, cooptando toda e qualquer outra forma de desenvolvimento dos sentidos que não seja para o mundo do trabalho.

A fim de adequar a Política Educacional às novas exigências econômicas e às transformações mundiais, várias foram as modificações ocorridas nas legislações educacionais. As mais recentes são: a reforma do ensino fundamental implantada em 2005 e a reforma do ensino médio aprovada em 2017, implementada em 2018, ambas visam integrar-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual tem por objetivo normatizar, indicar competências para que os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL, 2017).

A correlação de forças presentes nos governos progressistas incorporaram em suas agendas o discurso da sustentabilidade, justiça social, equidade e oportunidades, porém em defesa de um nacional capitalismo cuja principal mediação não são as reformas sociais, mas nos processos de modernização sem que alterem os pilares das relações sociais capitalistas, que são incompatíveis com qualquer iniciativa de universalização de direitos, restringindo as medidas de combate à pobreza que não afetam a acumulação do grande capital.

Neste sentido, fica claro que o sistema educacional poderá conduzir os estudantes para atender os interesses da ordem social vigente, e que inclusive a reforma no sistema de ensino poderá de forma indelével favorecer para estes acontecimentos, permeada de aspectos voltados somente para o mercado de trabalho, alienando jovens e adultos a produzir conhecimentos voltados somente à qualificação e formação para mundo do trabalho. Alimentando a teoria de que todos os homens são livres, e sua evolução é por meio do mérito individual. (FRIGOTTO, 2001. p.76).

Não é fácil descobrir o que outras pessoas pensam sobre temas complexos e sensíveis. Contudo, quando adentramos o campo do conhecimento técnico-científico e conseguimos quebrar as barreiras dos tabus, questões importantes podem vir à tona por meio do discurso tanto oral quanto impresso. Elas transformam-se em grandes verdades, que alienadas ao pensamento comum, adentram o mundo do trabalho e contribuem tanto positivamente quanto negativamente àqueles que lhes cercam. As políticas educacionais, ora alvo de ações de constitucionais, ora de protestos e de argumentação rasa no campo da ideologia burguesa trazem à tona uma vastidão de razões, medos e sentimentos de pertencimento ou não a esta sociedade.

O planejamento educacional constitui assim uma maneira de manipular “o exército industrial de reserva”, dando-lhes sua plena funcionalidade: fornecer a cada momento a força de trabalho necessária à expansão ou contenção da produção, além de degradar os salários. Em suma, “o modelo da economia educacional propalado pelos teóricos do capital humano ofusca a essência do problema: o aumento da mais-valia relativa, obtida por intermédio da maior qualificação da força de trabalho” (SOARES, 2012. p.75).

As políticas de educação foram incorporadas como elemento fundamental do capitalismo e da lógica da acumulação, pois nela muitas histórias se encontram, é

nela que a possibilidade de emancipação poderá ocorrer, porém no mundo do capital a educação:

Tornou-se um instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: fornecer os conhecimentos e pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação do capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento de emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução do sistema. (MESZÁROS, 2008. p 15).

A relação entre trabalho e educação tornou-se intrínseca aos interesses do mercado de trabalho alienado, onde as necessidades sociais - saúde, segurança, previdência, assistência social - antes vistas como garantia de direitos e de interesses coletivos, tornaram-se parte do discurso individualizado, das camadas dominantes e do processo de privatização dos espaços públicos, com aval do Estado em consonância com o fortalecimento da globalização do capital.

Esta lógica de mercado permite o enfraquecimento das políticas públicas, construídas por meio de muitos embates sociais e políticos entre as classes dominantes e subalternizadas, conseqüentemente esta lógica permite o enfraquecimento da educação pública, permitindo o abandono escolar, principalmente nas regiões com menores investimentos em políticas públicas, onde o processo de formação escolar passa a ser secundário, para muitos homens e mulheres, que em algum momento da vida precisam abandonar a escola, por diversos fatores pessoais, econômicos ou sociais.

Na contramão desta lógica, as lutas sociais históricas, construídas pelos movimentos sociais e pela classe trabalhadora ao longo de décadas, têm reforçado a necessidade de investimentos na educação, sobretudo a educação de jovens e adultos, que em regra:

Trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente. (Brasil. SETEC/MEC, 2007. p. 11)

Em reforço ao já descrito na LDB - 1996, o Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005, que instituiu o PROEJA, reafirma o compromisso do governamental de atender à demanda de jovens e adultos, pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, tendo em vista que:

Nos diferentes espaços da EJA existentes em todo o país, constatando-se que, atrás dos números, há milhões de pessoas que convivem cotidianamente com condições de oferta e de permanência precárias; com má qualidade de ensino e com uma modalidade educacional desvalorizada socialmente. A ausência de oportunidades concretas para vivenciar trajetórias de sucesso no sistema educacional acaba por culpabilizar a vítima, ou seja, cada sujeito, por mais uma história de fracasso. Frente aos descaminhos da EJA, torna-se imperativo assumir uma postura vigilante contra todas as práticas de desumanização. (BRASIL. SETEC/MEC, 2007. p. 21).

Neste mesmo sentido e objetivando estabelecer diretrizes, metas e estratégias para reger as iniciativas na área da educação, nasce em 2014, a lei Nº 13.005 - Plano Nacional de Educação (PNE) - definiu 20 metas para a educação, que conforme seu artigo 1º tem duração de 10 anos a contar de sua promulgação, tendo como diretrizes:

Erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; valorização dos (as) profissionais da educação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014).

Em meio a tantas legislações que garantem o acesso à educação pública, marcas da história da educação brasileira ainda se perpetuam - a descontinuidade do ensino ainda é um fator preocupante. Em suma, esta descontinuidade está relacionada à necessidade de inserção no mercado de trabalho. Para Oliveira (2014):

A questão do trabalho, ou mais restritamente, do emprego, retira esses jovens e adultos do processo de escolarização e os empurra de volta para essa condição novamente. É o que nos faz compreender que não é possível entender o movimento do jovem e do adulto trabalhador, na sua busca pela escola, sem entender o seu movimento em torno da sobrevivência no mundo do trabalho, ou mais restritivamente, no mercado de trabalho. (OLIVEIRA, 2014. p. 188).

No caso das mulheres a situação torna-se mais perversa, pois além da necessidade de inserção no mercado de trabalho elas carregam o fardo do patriarcado.

Necessitam lutar contra o machismo, ainda presente em pleno século XXI, em seus lares paternos ou conjugais, onde se acredita que lugar de Mulheres é em casa, cuidando da família, onde o estudo é dispensável. Outros dois fatores recorrentes são a falta de apoio na criação dos filhos, em caso de deixá-los sozinhos ou enfermos, bem como da necessidade de assumirem suas famílias sozinhas, na ausência do companheiro ou de familiares. (Idem, 2014. p. 194).

As mulheres são desafiadas cotidianamente a lutar contra as opressões históricas, geradas por uma sociedade criada e nutrida para atender às necessidades masculinas e do mundo do capital. Para as mulheres, enfrentar esta realidade requer construir cotidianamente meios possíveis para enfrentamento das diversas formas de violência, inclusive no mundo do trabalho.

Como afirma Mézáros (2002):

O maior desafio do mundo do trabalho e dos movimentos sociais que têm como núcleo fundante a classe trabalhadora é criar e inventar novas formas de atuação, autônomas, capazes de articular intimamente as lutas sociais, eliminando a separação, introduzida pelo capital, entre ação econômica, num lado (realizada pelos sindicatos), e ação político-parlamentar, no outro polo (realizada pelos partidos). Esta divisão favorece o capital, fraturando e fragmentando ainda mais o movimento político dos trabalhadores. Os indivíduos sociais, como produtores associados, somente poderão superar o capital e seu sistema de sociometabolismo desafiando radicalmente a divisão estrutural e hierárquica do trabalho e sua dependência ao capital em todas as suas determinações. (MÉSZÁROS, 2002. p. 19)

Neste limiar de contradições entre as classes, a EJA é desafiada cotidianamente a repensar novos horizontes, capaz de construir junto com a sociedade espaços de pertencimento, onde se possa romper com a lógica do capital, e que o processo educacional seja mais um espaço de construção de conhecimento com todos os sujeitos envolvidos no processo, possibilitando consolidar políticas públicas emancipatórias.

## CAPITULO I - LEGISLAÇÕES E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, TRAJETÓRIA NO BRASIL

*“Quanto mais intensa a crise do capital, maior será a necessidade que ele tem de subsumir à sua reprodução todas as dimensões da vida social. O que significa que também a educação será posta, cada vez mais, a serviço dessa reprodução”. (TONET, 2016. p. 151).*

A trajetória do direito a educação no Brasil acompanha a lentidão da garantia dos direitos sociais, e na prática reflete o distanciamento existente entre as classes sociais daqueles que controlam os meios de produção e os que possuem somente sua força de trabalho para vender.

*“A especificidade da escola brasileira não pode ser dissociada de um conjunto de relações políticas, econômicas e sociais implicadas na formação societária brasileira e num processo de formação incompreensível do Estado, se não se levar em conta o modo de inserção do Brasil numa formação econômico-social de largo espectro, capitalista”. (ALGEBAILLE, 2009, p.55).*

No final dos anos 1980, o desenvolvimento econômico e social estava orientado pelas reformas estruturais na economia, principalmente pela política de privatização dos serviços públicos, reforma do Estado e focalização de programas sociais para os segmentos mais vulneráveis da sociedade, isto pela emergência do neoliberalismo e das ações voltadas para o mercado econômico, ações que perpetuam e acirraram ainda mais nos dias atuais.

*É preciso conhecer, pelo menos em linhas gerais, o processo histórico humano e especialmente a realidade do mundo atual (capitalista), a lógica do capital que o preside e a natureza da crise em que está mergulhado o mundo, hoje. Afinal, a educação é uma parte dessa totalidade complexa que é o conjunto da sociabilidade. Sociabilidade que, por sua vez, tem no trabalho o seu fundamento. Deste modo, é absolutamente necessário que as articulações com esse mundo sejam compreendidas para que a dimensão educativa não seja vista de modo isolado. (TONET, 2016. p.70)*

Neste capítulo, abordaremos as legislações que direcionam a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, o contexto da educação profissional e nos Institutos Federais, como se dá neste processo a mercadorização da educação e os como se dá o acesso e permanência na EJA. Estes elementos são norteadores importantes para compreender como se dá o processo de evasão (descontinuidade) na formação educacional.

## 1.1 Panorama da Educação Profissional de Jovens e Adultos

É preciso compreender o passado para entender o presente. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tornou-se pauta da elite dominante a partir da necessidade de fortalecimento da indústria agroexportadora na década de 1930. O interesse da classe dominante, sempre passou longe da garantia de direitos, seu foco sempre esteve direcionado na necessidade de formação de uma mão de obra qualificada para atender às mudanças do mundo do trabalho, condição necessária para a instalação de empresas internacionais no Brasil, objetivo posto no radar da burguesia brasileira no período.

Em 1934, foi criado o Plano Nacional de Educação (PNE) que previa o ensino primário integral obrigatório e gratuito estendido às pessoas adultas. Foi o primeiro plano na história da educação brasileira, que previa um tratamento específico para a EJA. A partir de então, vários são os interesses em torno desta modalidade de ensino: por um lado o trabalhador que já não é somente mais um estudante, mas alguém que necessita vender sua força de trabalho em prol da necessidade de subsistência. Por outro lado, a classe dominante interessada no fortalecimento do processo reprodutivo. De acordo com Oliveira (2014):

A EJA ficou marcada, entre as décadas de 1930 e 1950, por campanhas aligeiradas propostas que pouco colaboraram na formação escolar e na leitura da realidade dos trabalhadores, por se tratarem de estratégias sem compromisso com a sua conscientização. Nesse contexto, o serviço de educação de Adultos (SEA), criou o plano de ensino supletivo, sendo a campanha organizada em 1947, a mais forte forma de escolarização ofertada neste período. (OLIVEIRA, et. al.2014. p. 177).

Nesta lógica de aligeiramento educacional em virtude das necessidades do mundo do trabalho no período entre 1950 e 1960 vários educadores contrários a esta lógica reivindicaram a necessidade de ressignificar a EJA. As lutas dos movimentos sociais foram elementos que desafiaram o sistema:

...ampliam-se as discussões, estudos, pesquisas, experiências, lutas e reivindicações de educadores, educandos, trabalhadores e militantes de diversos espaços, que defendem outra concepção de educação. A EJA passou por uma importante ressignificação, em oposição as práticas formais ofertadas até então, visto que meados desta década o alto índice de analfabetismo não foi sanado pelas propostas e campanhas do governo, pois um total de 40% da população jovem e adulta continuava sem nunca ter ido a escola. (Idem, et. al. 2014. p. 178).

A partir deste entendimento podemos depreender que não se trata da redução

do tempo para que o prejuízo do abandono escolar seja reduzido, pois trata-se não somente da ausência dos estudantes em sala de aula, mas um problema estrutural gerado como consequência do histórico abandono do Estado, agravado ainda durante o regime militar.

Nos anos 80 e 90, os sistemas educacionais latinos passaram por reformas que buscaram colocar a educação em acordo com as transformações econômicas, sociais, culturais e políticas do capitalismo moderno. O desenvolvimento econômico e social estava orientado pelas reformas estruturais na economia, principalmente pela política de privatização dos serviços públicos, reforma do Estado e focalização de programas sociais para os segmentos mais vulneráveis da sociedade, isto, pela emergência do neoliberalismo e das ações voltadas para o mercado econômico. Para PEREIRA (2017):

A educação de jovens e adultos, modalidade constituída por uma enorme fração da população excluída do acesso ao sistema educacional e/ou com trajetórias irregulares e incompletas de escolarização, pode, a rigor, ser considerada como expressão da lógica excludente do modo de organização da vida social no regime capitalista. Por conta desta lógica a EJA torna-se de certo modo, o reflexo de tudo o que não deu certo na educação básica que se convencionou denominar de tipo regular. (PEREIRA, 2017. p. 87).

Neste mesmo período iniciou um processo de mobilização e valorização da educação, articulado por movimentos sociais, educadores, educandos insatisfeitos com o rumo tomado pelos governos, e tendo como maior conquista a promulgação da constituição de 1988, da qual a partir deste momento, todos, em especial os educandos da EJA, ganharam um espaço na construção das políticas educacionais, caminhando na direção da mínima garantia de direitos: igualdade de acesso e permanência na escola, gratuidade do ensino público, garantia de qualidade, inclusão do ensino médio na educação básica. (BRASIL, 1988).

Com a aprovação da carta magna, houve maior responsabilização e comprometimento do Estado com a educação. E, somente em 1996 são estabelecidas as Diretrizes Nacionais para a Educação.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais; Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais

apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames; § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, LDB, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), reconhece a necessidade de elaborar e planejar políticas educacionais que envolvam todos os processos formativos e, no caso da educação de jovens e adultos, deve propiciar oportunidades educacionais apropriadas às características dos estudantes. Compreendendo que, historicamente estes jovens e adultos, classe trabalhadora, foram estigmatizados pela sociedade do capital, tendo sua força de trabalho objetificada pelas forças produtivas e seus direitos negados, tornando uma multidão de invisíveis, desempregados e/ou com empregos em condições insalubres e desumanos, transformando-se em dados estatísticos da pobreza. Estes trabalhadores e trabalhadoras, ainda se encontram às margens do sistema educacional formal, pois por diversas razões deixaram a escola na idade considerada regular e encontram na EJA a oportunidade de qualificação e formação.

A dificuldade enfrentada pela EJA para ser reconhecida efetivamente como direito pela sociedade e pela gestão educacional está profundamente ligada aos sujeitos a quem ela é destinada, pessoas que em pleno século 21 ainda não são reconhecidas plenamente como detentoras de direitos pela sociedade e pelo Estado brasileiro, a gigantesca maioria delas – na verdade, cerca de 70% da demanda potencial e dos matriculados – constituída por mulheres e homens negros, que vivem nas periferias e no campo e que integram os grupos mais pobres da população. A EJA todo ano recebe milhares de pessoas do grande contingente de alunas e alunos excluídos da educação básica regular, a maioria jovens negros, que por diversas razões voltam e dão “mais uma chance” à escola por meio da educação de jovens e adultos. (INEP, 2015. p. 36).

Mesmo com diversas conquistas, ainda hoje, segundo os dados do IBGE, em 2018, no Brasil 47,4% das pessoas com 25 anos ou mais haviam completado pelo menos, a educação básica obrigatória. Ou seja, 52,6% não chegaram a concluir o ensino médio, o equivalente a 70,3 milhões de pessoas. Esses dados sugerem que ainda hoje, em pleno mundo da tecnologia, e não obstante as conquistas expressas nos direitos sociais albergados na Constituição, muitos brasileiros ainda não possuem uma formação continuada, e não encontram as mesmas condições de acesso, para disputar as raras oportunidades oferecidas pelo mercado, que, é cada dia mais exigente, quanto os requerimentos de conhecimento para os postos de trabalho oferecidos.

No âmbito federal, podem-se reconhecer inúmeros avanços obtidos na última década no sentido de constituição de uma política de educação de jovens e adultos no País. A instituição da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (Cnaeja/2003), do Programa Brasil Alfabetizado (2003), do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (Proeja/2005); a inclusão da EJA no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB, 2007); a criação do Plano de Ações Articuladas (PAR/2007) contemplando a EJA; o lançamento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD-EJA 2009); o reconhecimento da modalidade em vários programas do MEC que antes se restringiam ao ensino regular (Alimentação Escolar, Biblioteca Escolar, Acessibilidade, Transporte etc.); e o reconhecimento da alfabetização como parte da política de educação de jovens e adultos são algumas das conquistas destacadas por gestores e ativistas dos Fóruns de EJA entrevistados. (INEP, 2015. P.38).

## **1.2 Educação profissional nos IF's e o PROEJA**

A história da educação profissional brasileira se coaduna com o progresso e ampliação das estruturas de reprodução do capital, e objetivou qualificar a mão de obra necessária para avanço e fortalecimento do mercado, esta formação era necessária também devido aos altos níveis de analfabetismo nas camadas mais pobres.

O Decreto Nº 787, de 1906 e posteriormente o decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinados por Nilo Peçanha, então Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, criava nas capitais as escolas de aprendizes e artífices, objetivando a formação técnica dirigida às classes desfavorecidas e mais empobrecidas, em seu preâmbulo cita:

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuos, que os afastarão da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação. (BRASIL, 1909).

Como afirma Saviani (2007), o fortalecimento do modo de produção capitalista reconfigura a relação trabalho e educação, na qual a escola era um instrumento para satisfazer os interesses da burguesia, mantendo a classe operária num patamar de subempregos. Muitos brasileiros que se encontravam em situação

de extrema pobreza, eram então considerados ignorantes e não úteis ao sistema, uma vez que não produziam e não davam retorno necessário a reprodução do capital. A criação das escolas de aprendizes e artífices objetivou então a responder as necessidades da classe dominante, convertendo-a em forças produtivas úteis ao novo modelo de acumulação produtiva.

A crise mundial ocorrida em 1929/1930 intensifica ainda mais a necessidade de formação de mão de obra qualificada, tanto do setor primário quanto no setor secundário, uma vez que os processos de industrialização avançam, os trabalhadores precisam dar conta de manipular os maquinários.

Neste sentido, em 1937, o então presidente Getúlio Vargas transforma as escolas de aprendizes e artífices em Liceus Profissionais, por meio da lei Nº 378/1937:

Que estabeleceu o ensino profissional como uma das prioridades do Estado, cumprida por instituições públicas federais, estaduais e municipais, ou por instituições particulares e profissionais com regulamentação pública e recebimentos de subsídios. O ensino profissional deveria ser prioritariamente, voltado para os filhos dos operários e para aqueles que as autoridades públicas chamavam à época de “as classes menos favorecidas da sociedade” (MACHADO in BARBOSA, 2015. p.18-19).

Neste período o compromisso do Estado, era com o crescimento econômico do país, para isso era necessário controlar quaisquer situações (social, estrutural) que pudessem impedir este crescimento, era necessário planejar ações de qualificação da classe trabalhadora, que até então possuía altos níveis de analfabetismo. Nesta lógica, a educação técnica foi um dos instrumentos utilizados pelo Estado, para qualificação nos moldes econômicos. Era uma formação exclusiva para atender os processos de reprodução, nos moldes do sistema capitalista.

O decreto-lei Nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, objetivou afirmar e suprir mais uma vez a necessidade de fortalecimento da educação técnica profissional. Esta lei estabeleceu o ensino técnico industrial por meio das Escolas Técnicas que direcionava os esforços para o fortalecimento das matrizes econômicas sob a ótica do trabalho:

O ensino técnico industrial foi organizado como um sistema e passou a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo ministério da educação articulando-se com os demais. As escolas de aprendizes e artífices foram adaptadas à nova legislação, continuando a compor a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. ...A demanda por um contingente de trabalhadores a diferentes funções, conforme propugnava a concepção taylorista de trabalho orientou a regulamentação educacional então criada. Aspectos de cunho comportamental continuavam a fazer parte das

preocupações da formação para o mundo do trabalho. (LOBO, 2015. IN BARBOSA. p. 77-78).

Na década de 1950/1960, aumenta-se a expansão e ampliação de internacionalização industrial de base petrolífera, metalúrgica e elétrica, reafirmando a necessidade de qualificação dos trabalhadores, assim as escolas técnicas iniciaram o processo de disciplinar o ensino técnico. O acesso aos cursos dava-se por meio de processos seletivos, exames de qualificação, testes de habilidade físico-motora, buscando a adequação dos estudantes às tarefas específicas do ofício. (Idem, 2015).

No que diz a respeito desta questão é importante destacar as alterações ocorridas na ETFs quanto ao público que as procurava. Se, a princípio, o ensino profissional era isto como alternativa para as classes mais pobres das sociedades, à medida que o ensino público na esfera municipal estadual se deteriorava, essas instituições se transformavam em pequenos oásis de qualidade, tornando-se cada vez mais cobiçadas por estudantes de classe média que não conseguiram ascender às universidades. (Idem, 2015. p. 81).

No processo de fortalecimento industrial, um contingente populacional tornou-se cada vez mais dependente somente de sua força de trabalho, formando um exército de reserva, a disposição do mercado. No modelo taylorista-fordista o trabalhador deveria utilizar o tempo gasto na execução do trabalho com o máximo de aproveitamento, o que justifica a necessidade de uma formação aligeirada, voltados aos processos industriais, somente de um contingente preparado para atender as demandas do trabalho, sem qualquer tipo de questionamento a ordem vigente.

O período entre 1970 e 1980, foi marcado por profundos avanços e retrocessos. Em meio ao regime militar, permeado de práticas conservadoras, ações repressivas e altos índices de desemprego, onde os movimentos sociais enfrentavam os aparelhos repressivos do Estado, em busca de garantia de direitos, as então Escolas Técnicas passam a chamar Centros Federais de Educação Tecnológica, por meio da lei Nº 6.545, de 30 de junho de 1978, não alterando sua essência – formação de profissional para o ensino técnico e tecnológico somente ampliando a oferta para a educação superior.

Depreende-se a partir do contexto histórico de quase um século, que a preocupação com a educação de jovens e adultos sempre esteve voltada para o fortalecimento do capital por mercado de trabalho. No caso da educação técnica

profissional:

A cultura institucional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, eivada de tecnicismo, academicismo e por que não dizer elitismo, passa a reivindicar uma escola de excelência voltada ao atendimento das demandas do mercado. Nesta não teria pertinência o dispêndio de recursos com o público supostamente incapaz, no dizer reacionário de acompanhar o suposto nível do ensino ofertado no seu interior. (PEREIRA, 2017, p. 11).

Para Barbosa (2015), somente com o processo de redemocratização retomase a liberdade de expressão, possibilitando as lutas sociais e as reivindicações com maior força e adesão social, processo que culminou da promulgação da constituição de 1988:

A partir desse momento, todos, em especial os educandos da EJA, ganharam espaço nas discursões seguintes da Política Educacional, visto que para além do artigo 205, prevê ainda outros aspectos que contribuem com essa modalidade de educação, como por exemplo: igualdade de condições para acesso e permanência na escola, gratuidades ao ensino público; garantia de qualidade; inclusão do ensino médio na educação básica. (Idem, 2014 in Oliveira. p. 181).

A LDB de 1996, em seu artigo 1º, define que “*a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana*”, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Neste sentido a educação deve abranger todos os processos da vida, não somente os processos produtivos.

Para dar respostas a estas demandas a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC) é responsável por articular e coordenar a nível nacional a política de educação profissional e tecnológica (EPT) do país, e propõe uma série de ações: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), Programa Brasil Profissionalizado - Rede e-Tec Brasil.

A oferta da educação profissional foi regulamentada em 2004, por meio do decreto Nº 5.154 de 23 de julho, que ditou as diretrizes para a educação profissional, dispõe no artigo. 2º dispõe que a educação profissional terá como uma de suas premissas *centralidade do trabalho como princípio educativo e a indissociabilidade entre teoria e prática*. Nesta lógica, este nível de educação pressupõe uma formação para o mundo do trabalho em todos seus aspectos, e principalmente para a

capacitação de jovens e adultos que ainda estão à margem do trabalho qualificado. Ainda é preciso compreender que a educação profissional não pode somente vislumbrar uma formação profissional desarticulada dos demais eixos formativos do indivíduo, pois todo trabalho pressupõe uma resposta à vida em sociedade conforme prevê a constituição federal.

Em 2005, sancionou-se o decreto 5.478, de 24 de junho que instituiu o PROEJA, que objetivou atender o contingente populacional ainda à margem das políticas públicas educacionais e do acesso ao trabalho qualificado. Este decreto foi revogado, em 2006, devido aos questionamentos que surgiram:

Em resposta a alguns desses questionamentos, a revogação do Decreto nº 5.478/2005, pela promulgação do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, trouxe diversas mudanças para o programa, entre elas a ampliação da abrangência, no que concerne ao nível de ensino, pela inclusão do ensino fundamental, e, em relação à origem das instituições que podem ser proponentes, pela admissão dos sistemas de ensino estaduais e municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional, passando a denominação para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. (BRASIL, 2007. pág.12).

O PROEJA exprime a preocupação governamental na qualificação de mão obra capaz de atender às exigências do mercado e reduzir índices de baixa escolaridade. As políticas de educação passam a ter maior compromisso com a formação não só técnica, mas de formação humana, porém o discurso não nega a essência do marco de produção capitalista.

A formação humana, que entre outros aspectos considera o mundo do trabalho, implica também a compreensão de elementos da macroeconomia — como a estabilização e a retomada do crescimento em curso — mediatizados pelos índices de desenvolvimento humano alcançados e a alcançar. A formação humana aqui tratada impõe produzir um arcabouço reflexivo que não atrele mecanicamente educação-economia, mas que expresse uma Política Pública de educação profissional integrada com a educação básica para jovens e adultos como direito, em um projeto nacional de desenvolvimento soberano, frente aos desafios de inclusão social e da globalização econômica. (BRASIL, 2007. pág.14).

A rede federal de educação foi ampliada em 2008, por meio da lei nº 11.892, de 29 de dezembro, que Instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, consolidando a oferta de cursos técnicos integrados também na modalidade de Jovens e Adultos, passa a incorporar também o PROEJA, tendo como um de seus objetivos: ministrar educação profissional técnica de nível médio,

prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008).

A integração da formação profissional com a educação regular – formação técnica integrada – possibilitou um maior alcance na integração da formação, mas também trouxe novos desafios tanto aos profissionais envolvidos quanto aos estudantes, isto porque os desafios deixam de ser somente para reprodução de formação técnica pressupondo também reconhecer estes sujeitos como pessoas, para além do trabalho e do mercado.

A finalidade da formação integral é a superação da dualidade histórica presente na educação brasileira entre teoria e prática e cultura geral versus cultura técnica. Essa dualidade não é fruto do acaso, mas sim da separação entre a educação proporcionada aos filhos das classes média-alta e alta e aquela permitida aos filhos dos trabalhadores. (BRASIL, 2007. p.26).

Mesmo diante do avanço considerável obtido nos últimos anos, os desafios impostos a EJA ainda são grandes, pois o que se desafia não é o processo de escolarização, mas todo o processo de formação social e histórica destes jovens e adultos inseridos nesta modalidade de ensino, onde o descaso e a falta de investimentos sempre foram o norte dado a esta população. Reconhecer a necessidade da formação humana dos jovens e adultos ainda é um desafio real a se enfrentar, ainda mais se considerarmos o atual cenário, que tende ao desmonte dos direitos sociais já adquiridos.

A dificuldade enfrentada pela EJA para ser reconhecida efetivamente como direito pela sociedade e pela gestão educacional está profundamente ligada aos sujeitos a quem ela é destinada, pessoas que em pleno século 21 ainda não são reconhecidas plenamente como detentoras de direitos pela sociedade e pelo Estado brasileiro, a gigantesca maioria delas – na verdade, cerca de 70% da demanda potencial e dos matriculados –, constituída por mulheres e homens negros, que vivem nas periferias e no campo e que integram os grupos mais pobres da população. A EJA todo ano recebe milhares de pessoas do grande contingente de alunas e alunos excluídos da educação básica regular, a maioria jovens negros, que por diversas razões voltam e dão “mais uma chance” à escola por meio da educação de jovens e adultos. (INEP, 2015. p.36).

Para tanto se faz necessário compreender os desafios que nos colocam diante da certeza de que o capitalismo, com suas bases históricas construídas sob a lógica da acumulação, impõe em todos os espaços, formas e direcionamentos com a finalidade de manutenção da ordem. Na EJA, estas formas são visíveis, pois ao mesmo tempo em que se avança em políticas emancipatórias, se avançam também a manutenção das estruturas do capital, coadunando no fortalecimento dos

interesses da classe dominante, e mais uma vez perpetuando a dominação de classes.

### 1.3 Mercadorização da educação

Quando pensamos em educação, vários são os significados que nos vêm à memória, podemos dizer que cada qual a partir de suas experiências inicia o processo de compreensão do significado da palavra. No dicionário Michaelis (2019), pode ser entendida como:

Ato ou processo de educar (-se); Processo que visa ao desenvolvimento físico, intelectual e moral do ser humano, através da aplicação de métodos próprios, com o intuito de assegurar-lhe a integração social e a formação da cidadania; Conjunto de métodos próprios a fim de assegurar a instrução e a formação do indivíduo; ensino; Conhecimento, aptidão e desenvolvimento em consequência desse processo; formação e preparo; Nível ou tipo específico de ensino; Desenvolvimento sistemático de uma faculdade, um sentido ou um órgão; Conhecimento e prática de boas maneiras no convívio social; civilidade, polidez; Adestramento de animais; Prática de cultivar e aclimatar plantas. (MICHAELIS, 2019, online).

Neste sentido, várias são as possíveis compreensões do significado de educar, mas podemos afirmar que se trata de um processo intrínseco ao homem. Pois, é o único ser capaz de transformar e modificar o espaço social. E, na sociedade de classes fundada, portanto na exploração para o trabalho, a educação jamais se desenvolveria em uma redoma, de forma neutra e “objetiva”, por melhor que fosse a intenção de honrados educadores ou de professores honestos. (DANTAS, 2016. p.5).

A educação é um poderoso instrumento para a formação dos indivíduos. Mas, como já vimos, nas sociedades de classes ela é organizada de modo a servir à reprodução dos interesses das classes dominantes. Na sociedade capitalista isto é ainda mais forte e insidioso porque as aparências indicam que uma formação de boa qualidade é acessível a todos, enquanto a essência evidencia que tanto o acesso universal quanto a qualidade não passam de uma falácia. (TONET, 2012. p.81).

Já para TONET (2016):

A esfera da educação tem na reprodução do capital a tônica do seu desenvolvimento. E que ele envidará todos os esforços para subsumir à sua lógica toda e qualquer iniciativa, mesmo aquelas que, em princípio lhe poderiam ser contrárias. Mas, na medida em que a sociabilidade gerada pela contradição entre capital e trabalho é contraditória, a possibilidade de

uma oposição à hegemonia do capital também é uma possibilidade real. (TONET, 2016, p. 17).

Para entender a dinâmica do que chamamos de mercadorização da educação é preciso compreender como o capitalismo captura as diversas faces da educação, transformando-a unicamente em elemento para a reprodução do capital, indiretamente de modo consensual e utilizando das necessidades vitais da classe trabalhadora como peça chave e fundamental.

A necessidade de uma formação integral, a realidade objetiva, ao ser regida pela lógica do capital, põe sempre mais obstáculos à efetivação desse direito e à possibilidade de uma educação integral e harmoniosa. A transformação, cada vez mais ampla e intensa, da educação em uma mercadoria, que, portanto, só pode ser adquirida por quem pode pagar por ela, mostra sempre mais que é a lógica da reprodução do capital que impõe os fins dominantes que a organizam. (IDEM, p. 106).

A ideia de uma educação que possibilite espaços de construção de novos valores torna-se inviável na sociedade do capital, toda formação ou transmissão de conhecimento é pautada na lógica do crescimento, no fortalecimento do mercado e dos processos industriais. O homem passa a ser mero instrumento de reprodução dos processos.

Nesta perspectiva e na história da educação temos acompanhado os processos de transição da educação tais como: redução na carga horária, criação de processos seletivos para averiguação de conhecimentos tal como Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA), que objetiva avaliar os conhecimentos por meio de uma avaliação para emissão de certificação, o aumento da oferta de cursos na modalidade à Distância, constante incentivo a competitividade por meio de processos seletivos, todos os estes elementos permitem a manutenção da ordem econômica, que dia após dia reconstrói suas bases sob a justificativa de investimentos na educação e demais áreas. A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se ferramenta daqueles estigmas da sociedade capitalista. (MÉSZÁROS, 2008, p.15).

No reino do capital, a educação é ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em shopping centers, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro. (Idem. p. 16)

Por tanto, a educação na lógica do modo de produção capitalista tornou-se um importante instrumento de controle e propagação da lógica mercadológica. Desde a infância o homem é condicionado a aquisição de conhecimentos formais, necessários a organização social, mas que são transformados prioritariamente em atender as demandas do mercado, da qual o homem é transformado em mero reproduzidor e intensificando o processo de dominação. Como afirma Tonet (2016):

As teorias educacionais burguesas, que são a ampla maioria, veem ampliar-se, cada vez mais, o fosso entre o discurso e a realidade objetiva. Enquanto o discurso enfatiza o direito de todos à educação e a necessidade de uma formação integral, a realidade objetiva, ao ser regida pela lógica do capital, põe sempre mais obstáculos à efetivação desse direito e à possibilidade de uma educação integral e harmoniosa. A transformação, cada vez mais ampla e intensa, da educação em uma mercadoria, que, portanto, só pode ser adquirida por quem pode pagar por ela, mostra sempre mais que é a lógica da reprodução do capital que impõe os fins dominantes que a organizam. (TONET, 2016, p. 106).

Bueno (2017), afirma que no caso da educação profissional e tecnológica:

Contribuiu para naturalizar ou legitimar a divisão hierárquica do trabalho e, assim, esta educação compromete-se com a produção de um modo de vida que se faz a partir da cisão do homem, que se aparta de si mesmo e dos outros. Essas condições de fragilidade são geradas em uma sociedade que inviabiliza a realização do indivíduo na sociedade. A educação profissional acompanha o dualismo das classes sociais e a divisão hierárquica do trabalho. Dessa forma, a ideia hegemônica da sociedade brasileira segue seu percurso, reafirmando a educação geral para as elites dirigentes e de preparação para o trabalho para os pobres trabalhadores. (BUENO in PEREIRA, 2017, p. 148).

Na sociedade do capital a educação e a educação profissional tornam-se mecanismos de controle e dominação, sendo cooptada pelo capital qualquer possibilidade de emancipação humana, o indivíduo é reduzido em objeto de reprodução de mercadorias. Suas experiências, conhecimentos, marcas sociais, são apagadas em nome da sociedade do capital e da acumulação. Os indivíduos são tornados aptos e serem portadores de mercadorias que se transaciona e circulam. Suas especificidades culturais, religiosas, geográficas e econômicas são apagadas em favor da homogeneização atomizada. (MÁSCARO, 2013).

#### **1.4 Acesso, Permanência, Descontinuidade e Êxito no PROEJA.**

A educação é um direito adquirido. A Constituição Federal (CF) e a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação (LDB) são alguns dos principais balizadores para que este direito seja garantido. Porém, para sua efetiva garantia, diversos são os desafios a serem enfrentados, principalmente no que tange a educação de jovens e adultos, onde o acesso, a permanência, a descontinuidade e o êxito, estão intimamente ligados e são dependentes, pois desafiam a rotina da classe trabalhadora, pois ao mesmo passo que necessitam de formação escolar e profissional, sujeitam-se as regras do mundo do trabalho, da organização social e da formação da sociedade do capital.

A educação de jovens e adultos (EJA), modalidade constituída por uma fração da população, excluída do acesso ao sistema educacional e/ou com trajetórias irregulares e incompletas de escolarização, pode, a rigor, se considerada como expressão da lógica excludente do modo de organização da vida social do regime capitalista. Por conta desta lógica a EJA torna-se de certo modo, o reflexo de tudo o que não deu certo na educação básica que se convencionou a denominar tipo regular. (PEREIRA, 2017, p. 87).

O contexto histórico é o da negação do direito a educação, principalmente na EJA, é refletido até os dias atuais, onde segundo os dados do Censo da Educação Básica (2018), houve 3,5 milhões de matriculados em todo país, isto reflete a necessidade desta modalidade de ensino e da necessidade de inserção dos sujeitos nos espaços sociais.

Não se pode discutir o acesso à educação sem antes refletir, ainda que não exaustivamente, sobre o modelo de desenvolvimento socioeconômico do país com o objetivo de lançar um olhar mais amplo sobre a sociedade brasileira. Um olhar que nos permita enxergar as partes, o todo e as inter-relações existentes. (BRASIL, SETEC, 2007, p. 23). Ainda para Paula (2017):

Em uma sociedade escolarizada, acesso, permanência, êxito<sup>2</sup> na escola são condições necessárias para a inserção do sujeito nos demais espaços sociais que exigem competências de leituras e escrita, bem como o acesso os bens culturais, autonomia, aos direitos, a dignidade dessa forma, a criança e jovem que foram privados da escolarização no período convencional em que se deve cursar a educação infantil, os ensinos fundamental e médio encontram-se em condições desiguais frente às demandas sociais relacionadas às exigências do mundo do trabalho,

---

<sup>2</sup> Os conceitos de evasão. Retenção e Êxito utilizados neste trabalho seguem conforme a nota Informativa nº 138/2015 SETEC/MEC que define: 1. Evasão decorre do desligamento do estudante de um curso, caracterizada em diversas situações, tais como: abandono, pedido de cancelamento de matrícula, transferência interna ou externa. Neste caso, não há mais qualquer vínculo de matrícula do estudante com a instituição; 2. Retenção consiste da não conclusão do curso no período previsto, fator concorrente para o aumento da evasão. Alunos/as retidos/as são os/as que mantêm o vínculo de matrícula ativo, mas não concluíram/rão o curso no tempo previsto; 3. Êxito é a conclusão do curso pelo/a estudante no tempo mínimo previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

comprometendo, inclusive a qualidade de vida de sua e de sua família. (PAULA, in PEREIRA, 2017, p. 21).

Condições desiguais, criadas desde a formação histórico-social do país, que acompanham as estruturas sociais até hoje, e que somente a garantia do direito a vaga, acesso, em uma instituição de ensino não garante que o estudante permaneça, tenha êxito escolar. Para, além disso, este processo formativo deve ser capaz de possibilitar a contração de embasamento crítico para além do mercado de trabalho, pois os fatores que levam a descontinuidade estão para além das salas de aula, e são frutos históricos da exploração de classes, sendo resultado da construção histórica de exclusão no Brasil, no que tange ao acesso, à permanência e êxito, no processo de escolarização da população jovem e adulta. (ALVES, in OLIVEIRA, 2014, p. 167).

Nesta lógica, o atual processo educacional não passa de reprodutor e formador de uma mão de obra que atenda às necessidades da exploração e de dominação do capital, que cresce em poder econômico ao mesmo passo que se mantém um alto índice de trabalhadores dependentes, que cada dia mais cedo abandonam ou interrompem seu processo formativo, em busca de espaço no mercado de trabalho pela necessidade de sobrevivência, reproduzindo o ciclo de dominação e contribuindo para o aumento/manutenção das desigualdades sociais.

Para muitos autores, a evasão<sup>3</sup> escolar principalmente na educação de jovens e adultos, é vista como um dos principais problemas a serem resolvidos pelo Estado e pelas gestões escolares. Alguns fatores são utilizados para explicar a descontinuidade da formação, a citar: a falta às aulas, o abandono dos estudos, seguidos da repetência escolar, são questões que de acordo com as unidades escolares conduzem um grande número de jovens e adultos a uma situação de exclusão social, que ultrapassa os limites meramente escolares. (COSTA, 2014). Sabe-se que na sociedade do capital:

a produção de mercadorias – não importa sob que forma concreta – é o

---

<sup>3</sup> Desconstruir o termo evasão no contexto da EJA torna-se necessário, sobretudo porque tem sido mais uma forma de rotular essa modalidade de educação, desse modo, utilizamos o termo descontinuidades com uma possibilidade que se aproxima mais da realidade de EJA. A descontinuidade é marcada pelo afastamento por dias da semana por meses durante o ano e pelas diversas tentativas de retomada da formação do ponto onde cada um parou, o que aumenta a responsabilidade pedagógica dos profissionais da educação envolvidos o projeto. (COSTA in Oliveira, 2014. p.107).

momento fundamental, então sim seria razoável afirmar que a função hegemônica da educação é a de preparar os indivíduos para se inserirem no mercado de trabalho. Pois, nesta forma de sociabilidade, o indivíduo vale enquanto força-de-trabalho e não enquanto ser humano integral. (TONET, 2016, p. 16).

Desta forma, as condições impostas a este público é a de intrínseca dependência do capital, da venda de sua força de trabalho. Logo, qualquer ação para além deste ciclo, não será permitida pela classe dominante. Esta relação de dominação perpetua o histórico de descaso social e do processo de marginalização destes jovens a adultos, em que cada vez mais cedo seus direitos continuam cerceados pela necessidade de suprir suas necessidades vitais. Para isso cada vez mais cedo necessita acessar o mercado de trabalho, e que, apesar da necessidade da formação educacional, esta passa a ser secundária, frente a sua necessidade de sobrevivência.

Não se trata apenas de serem eles cada vez mais jovens, mantendo, a maioria, a mesma origem étnico racial, mas, trata-se sempre de trabalhadores em condição de exploração no trabalho. A questão no trabalho ou mais restritamente do emprego, retira esses jovens e adultos do processo de escolarização e os empurra de volta para essa condição novamente. É o que nos faz compreender que não é possível entender o movimento do jovem e do adulto trabalhador na sua busca pela escola, sem entender o seu movimento em torno da sobrevivência no mundo do trabalho, e mais restritamente no mercado de trabalho. (ALVES in OLIVEIRA, 2014, p. 188).

Conforme Passos (2006), é preciso ainda compreender que na sociedade do capital a escola torna-se um lugar propício para reprodução da exploração de classes.

A escola reflete o modelo social no qual está inserida. Nela, portanto, também estão presentes as práticas das desigualdades sociais, raciais, culturais e econômicas a que determinados grupos sociais ainda estão submetidos na sociedade brasileira. Existem possibilidades para a superação das formas mais variadas de preconceito e desigualdades, principalmente porque os sujeitos sociais que a constituem, por meio dos movimentos populares, têm exigido reparação da condição de excluídos do direito à escolarização de qualidade. (PASSOS, 2006, p. 171).

Portanto, falar sobre acesso e permanência, na sociedade do capital requer pensar além dos muros da ampliação da oferta, que perpassa todas as modalidades de ensino, e desafia as instituições inclusive o Estado, a dar respostas concretas. Na rede federal de educação, várias são as propostas, conforme cita o documento base do PROEJA, 2017:

Ao perseguir a construção de um modelo de sociedade no qual o sistema educacional proporcione condições para que todos os cidadãos e cidadãs,

independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso, permanência e êxito na educação básica pública, gratuita, unitária e com qualidade para as faixas etárias regulares, e que garanta o direito a aprender por toda a vida a jovens, homens e mulheres, independente dos níveis conquistados de escolaridade, firma-se a concepção de que a formação pode contribuir para a integração sociolaboral dos diversos conjuntos populacionais, e mais do que isso, para que constitua, efetivamente, direito de todos. (BRASIL, SETEC, 2017, p.34).

Neste sentido, as instituições de ensino, inclusive a rede federal de educação sob orientação do Ministério da Educação, têm elaborado planos de ações com vistas a dar respostas a este “problema” - a descontinuidade escolar - com vistas à possibilidade de êxito de cada estudante. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFG (2019-2023) ressalta o compromisso da instituição:

Na expansão da oferta de cursos e vagas da Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio, também na modalidade de Educação de Jovens e Adultas/os (EJA), afirma-se a responsabilidade do Governo Federal na escolarização e profissionalização desse contingente populacional. Na modalidade EJA, em especial, se faz necessária a criação de políticas institucionais amparadas por políticas públicas que estabeleçam condições adequadas de infraestrutura, assistência estudantil, qualificação docente, entre outras, além das ações previstas no Plano Institucional de Permanência e Êxito para garantir a permanência da/o educanda/o evitando a evasão. (IFG, 2019, p. 111).

No caso específico do IFG, seguindo as orientações MEC/SETEC, em 2018, aprovou o plano estratégico de permanência e êxito dos estudantes: por meio da resolução do Conselho Superior (CONSUP) nº 10 de 19 de março:

Em conformidade com o descrito na Nota Informativa nº 138/2015 SETEC/MEC, foi estabelecida no IFG uma Comissão Geral, coordenada pela Pró-reitora de Ensino – PROEN e com membros de todas as demais pró-reitorias. Em cada Câmpus foi criada uma subcomissão responsável por analisar os dados e propor ações por nível e modalidade de cursos. Cada subcomissão foi constituída de forma estratégica de modo a inserir servidores de vários setores, para que fosse possível levantar e analisar o maior número de variáveis. Trata-se, portanto, de um Plano Institucional sistêmico que busca. (IFG, 2018).

Diante das informações citadas é nítida a preocupação das instituições no que tange a permanência e êxito dos estudantes ora matriculados. Propor, pensar e repensar alternativas que permitam a continuidade dos estudos para estes estudantes, requer também da implementação das demais políticas públicas, tais como segurança, transporte, habitação. Sabemos que o véu que recobre este cenário está para além da efetivação destas políticas e que perpassa pela dinâmica do capital e da sociedade de classes, contraditória desde sua essência. Mas mesmo

diante deste processo contraditório se faz necessário redesenhar este cenário, propondo novas alternativas, e possibilidades.

## **CAPITULO II - TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDANTE DA ALIENAÇÃO HUMANA**

*“A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano”. (SAVIANI, 2007. p. 3).*

A análise da categoria Trabalho na perspectiva marxista envolve diversos aspectos para além do processo de acumulação, perpassa nas relações construídas pelo homem enquanto transformador da natureza e gerador dos processos sociais. Para muitos autores é no trabalho que o homem tem sua realização, e nele a fonte da geração de riqueza, ele é o centro das manifestações de poder e de controle do ser humano sobre a natureza, pois ele o diferencia dos demais animais.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil p útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2013. p.188).

Saviani (2017) nos oferece a seguinte reflexão a respeito da compreensão da categoria trabalho:

Ora, o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. (SAVIANI, 2007. p. 3).

Já para Ciavatta (2008), trabalho é parte da essência humana, nele é possível desenvolver atividades prazerosas na produção dos meios de existência:

O trabalho é parte fundamental da ontologia do ser social. A aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação do homem sobre a natureza. O trabalho, neste sentido, não é emprego, não é apenas uma forma histórica do trabalho em sociedade, ele é a atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza, se expande em conhecimento, se aperfeiçoa. O trabalho é a base estruturante de um novo tipo de ser, de uma nova concepção histórica. (CIAVATTA in BEHRING, 2008. p. 83).

O homem, enquanto agente transformador é um produto histórico dotado de características próprias, que utiliza dos meios naturais para transformação e satisfação de seus interesses para um fim, a produção de valores de uso. Como afirma lamamoto (2013):

Ainda que parte da natureza, suas atividades vitais diferenciam-se pelo trabalho, dos demais seres naturais, que se limitam a consumir diretamente os objetos dados no meio natural. Sendo o trabalho a atividade vital específica do homem, ele mediatiza a satisfação de suas necessidades pela transformação prévia da realidade material, modificando a sua forma natural, produzindo valores de uso. O homem é um agente ativo capaz de dar respostas prático-conscientes aos seus crescimentos, através da atividade laborativa. (IAMAMOTO, 2013. p. 40).

Para Antunes (2011), se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado, desta forma o a força de trabalho se torna mecanismo de subordinação do homem ao capital, como trabalho estranhado.

O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização no e pelo trabalho – é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser de produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. (ANTUNES, 2011.p.145).

O trabalho enquanto provedor das necessidades básicas é transformado na lógica do capital, transforma a realização humana enquanto mero reproduzidor de riqueza, objetificado por sua força de trabalho, a qual o trabalhador produz, tanto menos tem para consumir, tornando-se um alheio a própria produção.

## 2.1 Trabalho e necessidades humanas

Na história, ao longo do processo de transformação da sociedade e incorporação do modo capitalista de produção, vários são os autores que analisam a categoria trabalho como elemento fundamental na organização da sociedade do capital; a partir das diversas transformações ocorridas na forma de organização do trabalho a sociedade do capital definiu seus padrões, de forma a responder as necessidades do processo de acumulação.

Em um período pré-capitalista, em um processo chamado por Marx de acumulação primitiva, o capital desencadeou um violento combate contra a velha ordem feudal, destruindo antigas formas de produção, subordinando formas anteriores de trabalho e expropriando os meios de produção de seus antigos donos. Dessa forma, a burguesia criou para si as pré-condições que possibilitaram o posterior avanço do modo de produção de mais-valia, gerando uma imensa população que não possuía nada, a não ser a força de seus braços, permanecendo disponível para ser absorvida nos diversos ramos de atividade da indústria moderna. (Maranhão in Behring, 2008. p. 43).

O homem enquanto único ser capaz de transformar a natureza em prol de seus interesses, tornou-se também escravo sua forma de organização. Ocupou seu tempo livre em torno do trabalho, não para satisfação de suas necessidades básicas, mas em torno do processo de acumulação e centralização de capital. Para Lessa (2006):

Os seres humanos são as relações sociais que estabelecem entre si; os indivíduos são as conexões que estabelecem com a história da qual são partícipes. Como vivemos em uma sociedade que produz mercadorias, fazemos a nós próprios “guardiões de mercadorias”. Os da classe dominante são “guardiões do capital”, os assalariados são guardiões da sua força de trabalho, a única mercadoria que têm para vender. Todavia, como a riqueza do patrão é produzida pelo trabalhador, o capital da burguesia nada mais é que a riqueza produzida pelo operário e, assim, o capital termina revelando-se o que de fato é: a força de trabalho convertida em propriedade do burguês. No fundo, portanto, o burguês e o proletário são guardiões da mesma mercadoria sob formas diversas. Isto, que vale para o burguês e o operário vale para todos os trabalhadores, entre eles os assalariados em geral. (LESSA, 2006. p.29).

Porém as relações estabelecidas não são relações homogêneas, mas de tensão em interesses de classes distintos, de um lado as forças produtivas impulsionam a geração de mercadorias e de proteção da esfera produtiva, de outro lado o trabalhador em condições de reproduzidor de riqueza, subjugado em atender suas necessidades básicas por meio de seu único mecanismo – a força de trabalho.

O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos, porque a própria cooperação não é voluntária mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas sim como uma potência estranha, situada fora deles, sobre a qual não sabem de onde veio nem para onde vai, uma potência, portanto, que não podem mais controlar e que, pelo contrário, percorre agora uma sequência particular de fases e etapas de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir. (ENGELS, 2007. p. 38).

Com isto, todas as relações giram em torno da acumulação, fortalecendo um sistema desigual, heterogêneo, que propiciou a formação e expansão de um desemprego estrutural em escala global. Esta dimensão do trabalho, nos leva a refletir que as relações sociais se tornaram relações não entre pessoas, mas de objetificação e coisificação do indivíduo, reduzindo o estado natural do homem, criando um estranhamento dos homens no processo de satisfação de suas necessidades.

Estranho frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um estranho frente a ele mesmo: O homem estranha o próprio homem. Torna-se estranho em relação ao gênero humano. “O homem se converte em um simples meio pra outro homem; um meio para satisfação se seus fins privados, de sua avidez”. (ANTUNES, 2011. p. 146).

Tal processo se intensifica a divisão social do trabalho, fragmentando processo de trabalho e exteriorizando as relações de dominação da classe trabalhadora ao processo alienador do capital, a qual o trabalhador é um mero objeto na engrenagem de produção, impedindo-o ter o conhecimento e controle da totalidade do processo produtivo.

A divisão social do trabalho torna seu trabalho tão unilateral quanto multilaterais suas necessidades. Exatamente por isso, seu produto serve-lhe apenas de valor de troca. Mas ele só obtém a forma de equivalente universal, socialmente válida, como dinheiro, e este encontra-se no bolso de outrem. Para apoderar-se dele, é preciso que a mercadoria seja sobretudo valor de uso para o possuidor do dinheiro, de modo que o trabalho nela despendido esteja incorporado numa forma socialmente útil ou se confirme como elo da divisão social do trabalho. Mas a divisão do trabalho é um organismo natural-espontâneo da produção, cujos fios foram e continuam a ser tecidos pelas costas dos produtores de mercadorias. (MARX, 2013. p.143).

Nesta lógica do capital, o único processo importante e necessário no processo de reprodução é o controle da representação da mercadoria e sua transformação em capital, e para isto se faz necessário o controle de todos os

processos necessários, inclusive do trabalhador e suas condições de trabalho. Como cita Marx (2013):

O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho. Em segundo lugar, porém, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador. (MARX, 2013. p.193).

A dimensão abstrata do trabalho mascara sua dimensão concreta e disto resulta o caráter misterioso da mercadoria; ela encobre as dimensões sociais do próprio trabalho, assim as determinações constantes nas relações. Ampliando as formas de dominação por meio do controle dos processos de trabalho, gerando uma superpopulação que permaneça disponível com sua força de trabalho. (ANTUNES, 2011).

No interior dessa superpopulação relativa, cria-se tanto uma massa proletarizada que vaga de emprego em emprego. Servindo de força de trabalho barata e superexplorada, como, também, uma população de desocupados duradouros que, espoliados dos meios de subsistência, servem de reservatório de força de trabalho para o capital, o exército industrial de reserva, Nela se desenvolvem mecanismos que empurram os salários dos empregados pra baixo, pressionam para que eles trabalhem com mais afinco e criam uma grande massa humana pronta para ser convocada quando assim desejar o capital. (BEHRING, 2008. p. 45).

O trabalhador desempregado, vagando em meio a milhões de outros indivíduos nas mesmas condições, para suprir suas necessidades básicas - que atenuam conforme idade e situação familiar se submetem as mais diversas condições de trabalho informais, sujeitos a aceitar quaisquer ofertas a ele oferecida, condicionado a naturalizar as relações precárias de trabalho criadas pelo processo de trabalho do capital.

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. (MARX, 2013. p.190).

Na órbita do capital, todos os meios de produção são controlados de modo a atender às necessidades do processo de acumulação. Nas relações de trabalho, o

trabalhador é transformado em objeto, reduzido a produzir riqueza, e neste processo qualquer movimentação que contrária à lógica de acumulação será eliminado pelo capital, inclusive o enfraquecimento caráter político da classe trabalhadora, a fim de reduzir qualquer possibilidade de luta ou de reivindicação que questione a ordem reprodutiva.

O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que lhe interessa única e exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho. Ele atinge esse objetivo por meio do encurtamento da duração da força de trabalho, como um agricultor ganancioso que obtém uma maior produtividade da terra roubando dela sua fertilidade. Assim, a produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valor, sucção de mais-trabalho, produz, com o prolongamento da jornada de trabalho, não apenas a debilitação da força humana de trabalho, que se vê roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atuação. Ela produz o esgotamento e a morte prematuros da própria força de trabalho. (MARX, 2013. p.239)

Nas últimas décadas temos observado o enfraquecimento da possibilidade de organização dos trabalhadores, movimentos sociais, sindicatos representativos e inclusive a retirada de direitos trabalhistas, conquistados por meio de reivindicações e lutas de classes, tudo isso em prol de um discurso voltado aos interesses reprodutivos.

Neste interim, a classe trabalhadora não vê outro meio se não o de buscar formas de organização social e de trabalho como expediente para suprir suas necessidades, vendendo sua força de trabalho por qualquer valor, sem ao menos ter a possibilidade de questionar ou reivindicar quaisquer condições de trabalho diferentes da ofertada pelo empregador. O trabalhador permanece como peça que oxigena o processo de acumulação do modo de produção capitalista.

Enfim, para o capital controlar todos os mecanismos do processo de reprodução representa não só acumulação, como a manutenção de todos os processos de controle, seja ele qual for à natureza, os objetos e o homem. É a perpetuação de um sistema que reproduz desemprego e desigualdade em larga escala.

Se, por um lado, o padrão de acumulação atual necessita cada vez mais de força de trabalho barata e superexplorada, e por isso, deve criar as condições para continuar gerando desemprego e pobreza em larga escala, por outro lado, essas condições realizam uma grande retração no mercado consumidor no mundo que patrocina crises sucessivas. Isso quer dizer que o capitalismo contemporâneo é caracterizado por uma ilimitada capacidade de produzir, mas o próprio alto de expandir produção – transferindo indústrias de economias de “altos salários” para economias de “baixos

salários” – contribui do consumo o que, por sua vez, ocasiona um ciclo vicioso que envereda a economia mundial para o caminho da estagnação. (ALMEIDA in BERING, 2008. p. 55).

Em outro ponto, mas ainda na lógica da acumulação, as necessidades humanas transformam-se em desejos insaciáveis, seguindo a mesma lógica do processo de acumulação. A busca por realizações das necessidades deixa de ser coletiva para torna-se individual e privada. Assim mantem-se a lógica da concorrência e da qualificação para o trabalho e da acumulação. Para Almeida (2008):

Acrescenta-se ainda que têm como base um arcabouço ideológico, calcado nos valores do individualismo, da competitividade, do mercado como instância principal da vida social e que transfere da esfera econômica e política para a esfera privada e responsabilidade pela inserção produtiva; dissemina a ideia de que o trabalhador é o responsável pela sua inserção produtiva; acarreta a reprivatização e a despolitização de uma das dimensões mais significativas dessa ordem social, o trabalho assalariado, sendo este retirado dos direitos sociais e cidadania para ser remetido às condições de cada um no mercado. (ALMEIDA in BEHRING, 2008. p. 120).

Ao passearmos pela história global, observamos que mesmo após diversas crises, o capital, cria e recria meios de manter-se inabalável, Na lógica da manutenção da divisão de classes e na proteção do sistema, para que ao mesmo passo em que a crise ocorre, sua recuperação seja maior que suas perdas.

## **2.2 Informalidade e subempregos**

A humanidade vivenciou e vivencia um profundo processo de transformações no mundo do trabalho decorrentes da forma de organização social nascida sob o modo de produção capitalista. Da mudança do sistema feudal para o processo fabril, da era do trabalho manual à era da informatização, cada passo representa importante mudança na vida social dos trabalhadores e nas formas assumidas pela exploração e acumulação no modo de produção capitalista.

A base estruturante do mercado de trabalho no Brasil, sempre favoreceu a existência e perpetuação da desigualdade social e reprodução da pobreza e a exclusão dos mais pobres ao mercado de trabalho formal. A intensificação da industrialização pós 1930 e a necessidade de organização da economia, com vistas à inserção no mercado financeiro mundial nos anos que seguem, mudou

completamente a forma de organização social, sobre tudo nos grandes centros urbanos, muitos trabalhadores do campo e descendentes de ex-escravos, aglomeraram-se nestes centros industriais a procura de emprego e de subsistência, e ao passar dos anos no processo de reestruturação produtiva, da flexibilização, da informalização das relações de trabalho e da terceirização da economia brasileira, concorrem para uma desigualdade crescente na distribuição dos rendimentos. (SILVA, 2008. p. 144).

Concentração fundiária e informalidade são assim o resultado de uma sucessão de reformas e/ou políticas conservadoras. E o eu parece ser o mote, o *leitmoif*, desse processo é a perspectiva de que as ações as políticas e a própria postura governamental, diante de toda essa problemática, não se pautou, nem tem se pautado, de modo geral, por uma âncora igualitária, mas, antes, por uma âncora modernizadora ou progressista. Ou seja, ao contrário do que ocorre em outras sociedades, o elemento catalisador da Política Pública e de suas variantes, aqui no Brasil, tem sido a busca do progresso, este entendido como cerne de um projeto modernizante cujo os limites não incluem uma vertente cidadã... O ideal de igualdades não é, nem tem sido, desde ultrapassada a etapa da abolição, a ponta da lança do discurso e da ação do Estado, no máximo, a apreço como subproduto do progresso e da modernidade. (RAMALHO, 2004. p. 114).

No Brasil as relações e os processos de trabalho foram organizados para atender as necessidades do capital em detrimento do trabalhador, trata-se de um progresso pelo viés econômico. No âmbito social, tardiamente o Estado incorporou políticas neoliberais como suposto progresso, a fim de minimizar os danos causados pelo desemprego, pela flexibilização. Nesta ótica, a classe trabalhadora permanece fortemente dependente do capital e de suas junções.

Tem-se então um mercado de trabalho urbano fortemente dependente do crescimento industrial e das ações regulatórias do Estado, marcado por profunda heterogeneidade de caráter dual. De um lado, a oferta abundante de mão de obra, com baixa qualificação técnica, baixa organização sindical, trabalhadores sujeitos a empregos instáveis de elevada rotatividade, baixa produtividade individual e coletiva e baixos salários. De outro lado, um mercado de trabalho “estruturado” e regulado em moldes capitalistas. Com empregos estáveis, maior qualificação dos trabalhadores, com possibilidades e melhores salários. (SILVA, 2008. p.10).

As lutas sociais em torno do trabalho e dos direitos trabalhistas, por condições de trabalho dignas são antigas; as greves, o fortalecimento do movimento sindical, o surgimento de movimentos sociais urbanos, as lutas dos trabalhadores dos trabalhadores do campo organizados, sempre foram um “calo” para as grandes empresas e para o Estado. Diante deste cenário, as iniciativas do governo no sentido da regulação do trabalho e controle da economia, impuseram desde os

primeiros momentos, sob o comando do então presidente Getúlio Vargas, a necessidade que o Estado elaborasse estratégias, que combinassem negociações com os trabalhadores e mecanismos de cooptação e repressão, para manter a ordem vigente, essencial à acumulação.

Na inexistência de formas públicas de regulação das entradas e saídas do mercado de trabalho, capazes de abarcar e proteger de forma mais extensiva os trabalhadores que “escapam” aos critérios do seguro desemprego, os próprios sujeitos no cotidiano de suas vidas - e quase sempre a partir das redes sociais privadas – encontram outras formas de diminuir os efeitos negativos da insegurança social aberta com a desocupação. Os tradicionais “bicos” muitas vezes não são identificados como ocupação, mas como exercício de passagem entre desocupação e uma nova ocupação futura, ainda que venha a ser de baixa qualidade. Este “exercício de passagem” é a expressão da instalação do provisório e do contingente como traços estruturadores do cotidiano dos trabalhadores pobres urbanos. (ALMEIDA in BEHRING, 2008. p. 70).

As mudanças ocorridas no processo de reestruturação do trabalho ocorreram de modo a atender às necessidades do processo de reprodução. Na ótica econômica e reprodutiva o trabalho formal é um elemento prejudicial, uma vez que é considerado um custo para o capital e gerador de despesas para as empresas representando um obstáculo no processo de acumulação. E, na lógica econômica isto tornaria o mercado de trabalho pouquíssimo flexível diante das condições específicas, acarretando ineficiência, baixos níveis de produtividade e perda da competitividade sistêmica. (GONZALEZ in IPEA 2009. p. 103).

Outro discurso que se apresenta, no caso dos defensores da flexibilização do trabalho é da possibilidade de independência do trabalhador, com viés fortemente voltado ao patriarcalismo e das relações de dominação de opressão, nesta situação no que se refere ao gênero:

Trabalhadores poderiam, ainda, optar pela informalidade porque esta situação, supostamente, permitiria maior independência do trabalhador, por exemplo. Este argumento é particularmente utilizado para o caso da inserção das mulheres no mercado de trabalho, que vem crescendo significativamente desde a década de 1970. Entende-se que as mulheres procuram com alguma frequência empregos mais flexíveis, de tempo parcial, menos orientados para a construção de uma carreira, o que lhes permitiria não descuidar das responsabilidades domésticas. (GONZALEZ in IPEA 2009. p. 104).

Com um mercado de trabalhadores excedentes e a procura de espaço de trabalho as questões trabalhistas pouco importam, pois, na demissão de um trabalhador haverá sempre outros mais para substituí-lo, por meio do exército industrial de reserva:

É importante ressaltar que no interior dessa superpopulação relativa, cria-se uma massa proletarizada que vaga de emprego e emprego, servindo de força de trabalho barata e superexplorada, como também uma população de desocupados duradouros que, espoliados dos meios de subsistência, servem com reservatório de força de trabalho para o capital. Nela se desenvolvem mecanismos que empurram os salários dos empregados para baixo, pressionam para que eles trabalhem com mais afinco e criam uma grande massa humana pronta a ser convocada quando assim desejar o capital. (ALMEIDA in BEHRING, 2008. p. 44)

Com a prerrogativa de reduzir o desemprego o Estado e empresários, usam o discurso da desregulamentação do trabalho formal e da terceirização dos serviços, ampliando a lógica do mercado informal:

Privatização, desregulamentação fluxo livre de capitais, financeirização, terceirização e precarização do trabalho, desemprego estrutural, trabalho temporário, parcial, aumento da miserabilidade, todas essas prerrogativas da barbárie neoliberal e de sua reestruturação produtiva passaram a caracterizar o cotidiano do mundo do trabalho. Com um processo de tal intensidade, não foram poucas as consequências nefastas para a classe trabalhadora, que sofreu mutações e metamorfoses. O que nos permite concluir que, em plena era da informalização do trabalho, do mundo maquinal da era da acumulação digital, estamos presenciando a época da informalização do trabalho, caracterizada pela ampliação dos terceirizados, pela expansão dos assalariados dos call centers, dos subcontratados, dos flexibilizados, dos trabalhadores em tempo parcial e dos teletrabalhadores, pelo cyberproletariado, o proletariado que trabalha com a informática e vivencia outra pragmática, moldada pela desrealização e pela vivência da precarização (ANTUNES, 2011. p. 23).

No mundo do trabalho estas novas “velhas” metamorfoses da dimensão do trabalho são naturalizadas e convertidas em novas relações do trabalho - informais, terceirizados, em tempo parcial e flexibilizados, trabalhadores das mais diversas idades, níveis de escolaridade estão submetidos à lógica perversa da acumulação, em que as classes mais pobres estão em condições ainda mais desiguais.

Se no passo recente, só marginalmente nossa classe trabalhadora presenciava níveis de informalidade, desde a década de 1990 esses níveis se ampliaram muito, especialmente quando se concebe a informalidade em sentido amplo, isto é desprovida de direitos e sem carteira de trabalho. Desemprego ampliado, precarização exacerbada, rebaixamento salarial, acentuado, perda crescente de direitos, esse é o desenho mais frequente da nossa classe trabalhadora. Resultando do processo de liofilização organizacional, que permeia o mundo empresarial, em que as substâncias vivas são eliminadas, como o trabalho vivo, sendo substituídos pelo maquinário técnico-informacional presentes no trabalho morto. (Idem, ANTUNES, 2011. p. 106-107).

No ideário do modo de produção capitalista e da preservação da lógica da acumulação, a flexibilização do trabalho formal, novas relações de trabalho a partir

do trabalho informal apresentam-se como necessárias para garantir o pleno funcionamento e desenvolvimento do processo de reprodução:

De forma geral, estes objetivam tornar o mercado de trabalho menos rígido, de modo a evitar constrangimentos à geração de empregos. Pretendem, ainda reduzir ou até mesmo, inverter os incentivos à rotatividade e à informalidade criados para os trabalhadores e empregadores. Concretamente, todas as medidas que facilitem a contratação e a demissão, flexibilizem a jornada de trabalho e a remuneração, além da desoneração da folha de pagamento, dirigem-se ao encontro dos objetivos de modernização da legislação trabalhista. (GONZALEZ in IPEA 2009. p. 103).

Ressalta-se que a Lei 13.467, de 2017, alterou a Consolidação das Leis de Consolidação do Trabalho (CLT), sob a justificativa da geração de novos postos de trabalho, porém sabemos que nestas condições o que se mantém preservado é a lógica da acumulação e do processo de fortalecimento da desigualdade social. Por meio destas novas morfologias do trabalho, os trabalhadores e seus empregadores vão construindo também novas modalidades de trabalho.

Neste contexto extremamente adverso ao trabalho, florescem políticas de emprego voltadas para o incentivo ao autoemprego ou ao empreendedorismo, tendo, porém na outra ponta, o abandono do compromisso de assegurar o emprego, o desmantelamento dos postos de trabalho, os processos de flexibilização do trabalho e desregulamentação dos direitos trabalhistas que apontam para um processo de remercantilização e re-individualização das relações de trabalho e que nega as antigas formas de organização coletiva. (ALMEIDA in BEHRING, 2008. p. 130).

Como afirma Almeida (2008), o empreendedorismo segue a mesma lógica pragmática e privatista que se expressa no conteúdo da teoria do capital humano e na empregabilidade, revelando-se com mais uma face da velha questão: uma promessa de integração social dos trabalhadores frente à riqueza produzida que jamais se efetivou.

E, ainda fora desta perspectiva do empreendedorismo, há vários trabalhadores informais, na chamada idade laboral e que não possuem sequer condições de acessar estas novas formas de trabalho demandadas pelo mercado e mais uma vez estão expostos à dependência das ações do Estado.

Nesta mesma direção ainda podemos ressaltar os trabalhadores idosos – que não contribuíram com a Previdência Social, incapacitados para o trabalho (tais como: pedreiros, cuidadores, diaristas, donas de casa, motoboys, motoristas de aplicativos) que ao longo da vida, exerceram diversas atividades informais e que devido à idade e as incapacidades físicas para exercerem as atividades laborais, são

agora considerados “inaptos” para acessar alguns espaços de trabalho. Diante deste contexto não possuem qualquer garantia trabalhista ou garantia previdenciária para manutenção de suas necessidades.

Assim, a lógica neoliberal, pouco a pouco, dissemina seus interesses, escamoteando, fragmentando a classe trabalhadora em todas as dimensões da vida individual, social e de trabalho. Na perpetuação de políticas fragmentadas e dos mínimos sociais, reduzindo todas as formas de dignidade do ser humano, transformando-o em objeto de coisificação do processo de manipulação. Diante de um discurso moralista e de falsas ilusões de equiparação do trabalhador ao dono do capital, por meio da meritocracia pelo esforço e trabalho, do empreendedorismo - como forma de liberdade das relações de trabalho, e de resolução para o desemprego.

O trabalho autônomo passa a ser requalificado como atividade plenamente compatível com as formas contemporâneas de trabalho, necessitando de inclusão nas políticas ativas do sistema público de emprego e renda, como por exemplo: qualificação, intermediação, ao mercado de trabalho, microcrédito, e estímulo ao empreendedorismo. Este é mais do que um “passaporte a formalização”, e um “passaporte” ao trabalho despido da forma política do emprego e encarado à noção geral administrativa de ocupação ou atividade. Enquanto tal, precisa ser “carimbado” pelas denominadas “políticas ativas”, mas também pelas políticas assistenciais que se voltam para a tarefa de geração de uma “inclusão produtiva” dos grupos de escassa capacidade de inserção no mercado de trabalho. (ALMEIDA in BEHRING, 2008. p. 74).

As metamorfoses das relações de trabalho, por parte do capital é condição necessária para continuidade do processo reprodutivo, pois mantém a máquina reprodutiva funcionando e objetifica o trabalhador, sem seu envolvimento com a mercadoria criada. Assim, o trabalho informal desregulamentado vai tomando forma de trabalho tão necessária e complexa, e qualquer outra forma de trabalho que não seja parecida como tal como, vai se tornando alheio ao processo, e sendo o próximo alvo do processo de acumulação, o crescimento do desemprego e da informalidade são fatores concorrem para ampliar a divisão entre os trabalhadores qualificados (com empregos com carteira assinada) e não qualificados, maioria cuja inserção ocupacional, quando ocorre, acontece em situações de informalidade, principalmente com os assalariados sem carteira e os por conta própria. (LIRA in SILVA, 2008. p. 144).

## 2.3 Trabalho e alienação

Como já dito por vários autores, o trabalho é o elemento que diferencia o homem dos demais seres, pois, por meio dele o homem transforma os recursos naturais em prol do atendimento de suas necessidades. Mas, é verdade também que por meio do trabalho, e em prol de satisfazer seus interesses o homem é capaz de manipular o que for necessário para sua realização, inclusive o próprio homem.

No modo de produção capitalista, este processo torna-se ainda mais perverso, pois, o capital detém tanto os meios para produzir a matéria prima, quanto à força de trabalho necessária para manter o pleno funcionamento do sistema, e transformar o trabalhador em mero objeto de transformação da matéria em mercadoria. Como cita Antunes (2011):

O que deveria se constituir finalidade básica do ser social – a sua realização *no e pelo* trabalho – é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se como tudo, uma mercadoria, cuja a finalidade ver a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se a única possibilidade de subsistência do despossuído. (ANTUNES, 2011. p.144-145).

Como complementa Iamamoto (2013):

O que está em jogo nesta distinção entre a vida pessoal e a vida social amalgamadas na existência do mesmo indivíduo, é a alienação pelo trabalho. Alienada enraizada no desenvolvimento da divisão do trabalho, que determina relações distintas entre os indivíduos no que se refere a matérias, instrumentos e produtos de trabalho. A divisão social do trabalho gera formas históricas de repartição do trabalho e de seus produtos. Ou seja, a distribuição desigual da propriedade, isto é, da livre disposição sobre o trabalho de outrem. Implica a contradição entre o interesse do indivíduo e da família e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam mutuamente. (IAMAMOTO, 2013. p. 63).

Com intuito de manter o pleno processo de acumulação, o dono do capital, desfigura não só a capacidade intelectual do trabalhador, mas também a possibilidade de outra opção senão a de render-se aos mesmos interesses do capital dominante. Esta ação não só aliena o indivíduo com degrada e desfigura o trabalho. Como cita Marx (2003):

“Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e que agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. Eles têm, portanto, de se reconhecer

mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva é dado pela própria relação econômica”. (MARX, 2003. p. 129).

Nesta mesma lógica Konder (2009), afirma que:

“O trabalhador é considerado, então uma espécie de robô deficiente, imperfeito, um autômato dotado de faculdade de produzir, mas incapacitado para ajustar-se completamente às exigências do processo racional da produção, quer dizer, às exigências da técnica. Mas na realidade, o sistema capitalista não foi instituído para os trabalhadores ou em função dos trabalhadores e, com base no interesse de classe que levou à sua instituição, ainda é fácil compreender que o seu funcionamento apareça ante a consciência dos trabalhadores como uma realidade regida por leis inteiramente estranhas à vontade dos homens, isto é, como um mundo inumano, um mundo de coisas” (KONDER, 2009. p. 132).

Por meio do trabalho assalariado o trabalhador torna-se tão dependente do capital quanto seu proprietário, a grande diferença é que a riqueza produzida no processo de produção e reprodução, não pertence ao trabalhador, mas ao proprietário dos meios de produção, onde o trabalhador sequer recebe a parte justa, por ele produzida.

Dentro dos limites do absolutamente necessário, portanto, o consumo individual da classe trabalhadora é a reconversão dos meios de subsistência, alienados pelo capital em troca da força de trabalho, em nova força de trabalho a ser explorada pelo capital. Tal consumo é produção e reprodução do meio de produção mais indispensável ao capitalista: o próprio trabalhador. O consumo individual do trabalhador continua a ser, assim, um momento da produção e reprodução do capital, quer se efetue dentro, quer fora da oficina, da fábrica etc., e quer se efetue dentro, quer fora do processo de trabalho, exatamente como ocorre com a limpeza da máquina, seja ela realizada durante o processo de trabalho ou em determinadas pausas deste último. O fato de o trabalhador realizar seu consumo individual por amor a si mesmo, e não ao capitalista, não altera em nada a questão. (MARX, 2003. p. 425).

O processo de reprodução permanente depende da manutenção das relações sociais estruturais, construídas em torno do capital que constantemente entrelaçam-se de modo a corrigir eventuais falhas existentes, tais como a organização dos trabalhadores ou qualquer outro movimento que interfira neste processo. Motivo pelo qual, a informalidade é um dos mecanismos necessários para manutenção do funcionamento do sistema. O que importa ao modo de produção capitalista, não são as condições de trabalho ofertadas, mas o exército de reserva disponível para alimentar o processo de acumulação, sem interferir na produção da mais-valia.

A dinâmica de empobrecer e alienar os trabalhadores diante da riqueza social que eles produzem e uma das características fundamentais do modo de produção capitalista e da consolidação do seu maior instrumento de acumulação privada, a grande história moderna. No interior da lógica capitalista, enquanto forma fetichizada de relação social em que a produção da mais-valia subordina todas as outras necessidades, encontramos uma contradição inerente a sua dinâmica de reprodução. (Maranhão in Behring, 2008. p. 42).

A alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho, não só o afasta de condições possíveis de mudança como o mantém afastado de possibilidades de ascensão social e cultural. Nesta órbita somente a venda de sua força de trabalho não é suficiente para sua manutenção do mercado, cotidianamente, o trabalhador se vê diante da necessidade de produzir e qualificar-se intensamente para manter-se inserido nos espaços de trabalho e na dinâmica do modo de produção capitalista.

A dimensão abstrata do trabalho mascara e faz desvanecer a sua dimensão concreta, de trabalho útil. Disto resulta o caráter misterioso ou fetichizado da mercadoria: ela encobre as dimensões sociais do próprio trabalho, mostrando-se como inerentes aos produtos de trabalho. Mascaram-se as relações existentes entre os trabalhadores individuais e o trabalho total. Apresentando-as como relações entre os objetos coisificados. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (ANTUNES, 2011. p. 147-148).

Numa sociedade capitalista, na qual todas as relações giram em torno do processo de acumulação, é imprescindível salientar que, não há espaço para igualdade nas relações tecidas entre trabalhadores e o representante do capital, e que estas relações são perpetuadas ao longo de séculos. Como afirma Konder:

Na realidade, os indivíduos são naturalmente desiguais. Mas a organização da sociedade baseada na propriedade privada não dá aos homens condições iguais para que eles se desenvolvam desigualmente. Os filhos dos capitalistas usufruem das vantagens de uma formação e de uma herança que não beneficiam os filhos dos operários. E, nome da desigualdade natural, o sistema sanciona uma desigualdade artificial e nega idênticas possibilidades de desenvolvimento aos indivíduos. Monta-se, com o advento da sociedade dividida em classes, um aparelho destinado a controlar a vida social, a garantir o estatuto vigente da propriedade contra as competições entre os proprietários contra os não proprietários: O Estado. (KONDER, 2009. p. 184).

Essa sociedade, não pode ser homogênea, mas estritamente heterogênea de contradições, aos que detém os meios para dominação, as possibilidades e oportunidades para permanência do controle, são renovados a cada dia, mediante o

uso de processos alienatórios da classe trabalhadora e do controle sobre todos os aspectos relativos à vida em sociedade, inclusive equipamentos públicos.

“Se os trabalhadores encontram dificuldades invencíveis para chegar a participar da administração da sociedade como técnicos, essas dificuldades não se amenizam muito quanto à participação estritamente política na direção da comunidade. Elas podem participar das eleições, é certo, podem votar e ser votados. Mas, não dispõem do poder econômico, não controlam os grandes órgãos de imprensa (que são, ao mesmo tempo, grandes empresas capitalistas”. (Idem, 2009. p. 185).

O processo de alienação torna-se tão necessário quanto o processo de reprodução do capital, pois sem a dominação total de todos os mecanismos não é possível perpetuar a lógica da acumulação, como cita Mészáros:

“Não é surpreendente, pois, que o desenvolvimento tenha caminhado de mãos dadas com a doutrinação da esmagadora maioria das pessoas com os valores da ordem social do capital como ordem natural inalterável, racionalizada e justificada pelos ideólogos mais sofisticados do sistema em nome da “objetividade científica” e da “neutralidade de valor”. As condições da vida cotidiana foram plenamente dominadas pelo *ethos* capitalista, sujeitando os indivíduos – como uma questão de determinação estruturalmente assegurada – ao imperativo de ajustar suas aspirações de maneira conforme, ainda que não pudessem fugir à áspera situação de escravidão assalariada”. (MÉSZÁROS, 2008, p. 88).

O processo de dominação do capital inicia-se muito antes do indivíduo iniciar sua vida laboral, mas ainda quando crianças inseridas nos sistemas educacionais, que inseridos no sistema, não podem deixar ser diferentes, também são mecanismos de reprodução e ampliação do capital, quando falseiam a ideia do pleno emprego e reforçam o processo meritocrático, reforçando a necessidade de concorrência.

“Embora o período de educação institucionalizada seja limitado sob o capitalismo a relativamente poucos anos de vida dos indivíduos, a dominação ideológica da sociedade prevalece por toda a sua vida, ainda que em muitos contextos essas dominações não tenham de assumir preferências doutrinárias explícitas de valor. E isso torna ainda mais pernicioso o problema do domínio ideológico do capital sobre a sociedade como um todo e, por certo, ao mesmo tempo sobre seus indivíduos convenientemente isolados”. (MÉSZÁROS, 2008, p. 81).

O processo educacional é uma das formas de dominação, mas tantos são outros mecanismos utilizados para o controle da sociedade, tais como a fragmentação das políticas públicas e sociais, fragilização e dos salários, e principalmente da possibilidade do ser humano realizar uma análise crítica diferente da que é imposta pelo modo de produção capitalista.

Em 2019, vivenciamos mais um processo eleitoral, durante o qual assistimos à manipulação de todo o processo, por intermédio do emprego de recursos sinestésicos como instrumento de difusão de inverdades convertidas em verdades. A manipulação ideológica utiliza-se do descontentamento popular – muitas vezes ocasionadas pelo desemprego, ausência de renda, precarização da saúde, educação, habitação e tantos outros.

Sabemos que as desigualdades sociais, as relações precárias de trabalho, são geradas e nutridas nas estruturas do modo de produção capitalista e que por meio do voto legítimo, o próprio sistema democrático é mecanismo de reprodução dos interesses das classes dominantes, por outro lado o processo democrático se torna também mecanismo de deslegitimação pelos mesmos que deveriam protegê-lo, e mais uma vez a classe trabalhadora se vê desprotegida, a espera de um milagre democrático.

### CAPITULO III - GÊNERO: OS PADRÕES HISTÓRICO-CULTURAIS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

*“Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens”. (BEAUVOIR, 1970. p. 15)*

As opressões relacionadas ao gênero – homem e mulher – são tão antigas quando a desigualdade social e a pobreza. Nas mais diversas sociedades e ao longo dos anos, estas relações obedeceram a padrões histórico-culturais, sociais e de intimidação pela força e pelo poder ideológico impostos por uma sociedade masculinizada. Os padrões culturais sempre giraram em torno do sexo biológico de dominação dos homens sob as mulheres, práticas que refletem e se perpetuam até os dias atuais.

As funções sociais definidas foram criadas, baseando-se na relação do poder dos homens sobre as mulheres. Historicamente as mulheres foram consideradas seres socialmente inferiores, exploradas, além de serem tratadas como reprodutoras, confinadas por séculos a função social da maternidade, dos cuidados com a casa, do papel de esposa, mãe, da educação dos filhos, e ainda das constantes formas de violência caso, não atendessem as expectativas pelos maridos e toda sociedade.

Do início do processo de acumulação capitalista até os dias atuais, as Mulheres ainda sofrem com as marcas históricas do passado, que na maioria das vezes as condenam as relações precarizadas de trabalho, salários inferiores ao do homem, à maternidade, ao casamento, a família, e, sobretudo a responsabilização dos trabalhos domésticos.

A luta das mulheres perpassa o acúmulo de funções socialmente determinadas, até a luta pelo respeito e dignidade, mesmo após anos de lutas as Mulheres de hoje são instigadas em seu cotidiano a lutarem por seus direitos, seja no espaço de trabalho, nos estudos, na sua representatividade na família. As mulheres desafiam cotidianamente as relações do patriarcado, nos mais diversos ambientes, que ainda reproduzem as mais diversas formas de violência,

ocasionadas pelas relações históricas de pertencimento dos homens sobre as mulheres.

As legislações específicas no que tange aos direitos das mulheres, podemos dizer que são novas e que estão longe de se tornarem sinônimo de direito. Em todo o mundo, diariamente, mulheres e meninas, são violentadas fisicamente, moralmente, psicologicamente nos mais diversos espaços, inclusive nos locais onde deveriam ser protegidas, suas casas. No discurso machista e historicamente construído, seus corpos são objetos de desejo e de dominação masculina. Por vezes, as Mulheres são responsabilizadas pela violência a que são submetidas, sob o discurso da “provocação”, uma inversão terrível que faz da vítima a responsável e as responsabilizam pela sua violação de seus corpos.

Os debates e lutas da pauta dos movimentos feministas, no discurso do neoconservadorismo do modo de produção capitalista, são constantemente fragmentados, ridicularizados e fragmentados, nos mais diversos espaços, sob a justificativa da “moral e dos bons costumes”, mascarando o real motivo - o processo de dominação em torno do gênero e, sobretudo no controle do corpo das Mulheres. Como cita Federici (2004):

O capitalismo, enquanto sistema econômico-social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo. O capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais – a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada e a promessa de prosperidade frente à realidade de penúria generalizada – difamando a “natureza” daqueles a quem explora: Mulheres, súditos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização. (FEDERICI, p.28).

É neste cenário, de tensão e contradição de uma sociedade patriarcal que tentaremos apresentar neste capítulo alguns elementos que impactam cotidianamente a vida das Mulheres, que diariamente lutam para garantir o direito à vida, ao acesso à educação e ao trabalho, sem discriminação por serem Mulheres.

### **3.1 As marcas do passado e as esperanças do presente**

Sim, a humanidade é a própria história, mas uma história de derramamento de sangue pela opressão, exploração, resistência e lutas. Vivemos numa sociedade assobrada pelo passado, um passado de dominação, opressão. Ao percorrermos as

páginas da história iremos observar que as mulheres sempre estiveram submetidas às relações de inferioridade ao sexo masculino.

A sujeição das mulheres à dominação do homem transcende as relações de sociabilidade, sustentam-se sob os argumentos ideológicos, religiosos, políticos que levaram e “levam” o homem a praticar e repetir atos ações de violência. Se no caso das relações de trabalho, o trabalhador se submete às relações de dominação em troca do salário, nas relações de gênero que tange ao trabalho doméstico, cuidados com a família dentre outros, torna-se uma relação ainda mais perversa, uma vez que todo o trabalho dispensado pelas mulheres não é pago; o processo passa pelas relações de dominação pelo simples fato de serem mulheres nas relações familiares. Assim a relevância ou importância das mulheres é perdida na história, transformada em objeto irracional pela lógica do homem, assim como relata Hirata (2009):

“O relato histórico é olhar, escritura, artefato, não artifício, certamente, mas escolha intimamente ligada ao presente do escritor. O esquecimento de que as mulheres têm sido objeto não é uma simples perda de memória acidental e contingente, mas o resultado de uma exclusão consecutiva à própria definição de História, gesto público dos poderes, dos eventos e das guerras. Excluídas da cena pública pelas funções ditadas pela “natureza” e pela vontade dos deuses/de Deus, as Mulheres não podiam aparecer nela a não ser como figurantes mudas, penetrando por arrombamento ou a título de exceção – as mulheres “excepcionais”, heroicas, santas ou escandalosas –, relegando à sombra a massa das outras mulheres”. (HIRATA, 2009. p. 112).

A sombra da lógica do que conhecemos como - patriarcado<sup>4</sup> – estas relações foram construídas e perpetuadas até os dias atuais, iniciando desde a infância, tais como uma educação a respeito dos valores, atitudes morais, diferenciados para meninos e meninas, a utilização da cor rosa e azul para as roupas, a diferenciação de brincadeiras como bonecas e carrinhos, dentre outras diferenciações, que moldam as crianças a tornarem-se reprodutores da realidade com a qual convivem e experimentam ao longo de cada uma das fases da vida. Essas relações são reproduzidas na vida adulta, quando se perpetuam as funções masculinas e

---

<sup>4</sup> “Patriarcado” é uma palavra muito antiga, que mudou de sentido por volta do fim do século XIX, com as primeiras teorias dos “estágios” da evolução das sociedades humanas, depois novamente no fim do século XX, com a “segunda onda” do feminismo surgida nos anos 70 no Ocidente. Nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina”. (HIRATA, 2009. p.173).

femininas. Nesta lógica, o patriarcado passa a ser naturalizado nas relações e deixa de ser considerado elemento do processo de dominação, exploração e opressão.

Para Federici (2017), a compreensão do processo de dominação masculina sobre as mulheres vai além de práticas ideológicas, nos movimentos feministas e ativistas desde o início viram no conceito de “corpo” a chave para compreender as raízes do domínio masculino e da construção da identidade social feminina, como afirma:

Para além das diferenças ideológicas, chegaram à conclusão de que a categorização hierárquica das faculdades humanas e a identificação das mulheres com uma concepção degradada da realidade corporal foi historicamente instrumental para a consolidação do poder patriarcal e para a exploração masculina do trabalho feminino. Desse modo, a análise da sexualidade, da procriação e da maternidade foi colocada no centro da teoria feminista e da história das mulheres. (FEDERICI, 2017. p.21-22).

Nesta mesma direção Cisne (2018), analisa também que embora o patriarcado atinja de forma estrutural a sociedades, dirigem suas implicações centralmente às Mulheres das mais variadas formas:

Há, contudo, outros sujeitos que ao transgredirem o “modelo” patriarcal “macho” também sofrem sua opressão. Todos eles, porém, são associados pejorativamente ao sexo feminino. Assim, ainda que atinja outros sujeitos, a lógica que estrutura o patriarcado é de privilégio e dominação masculinos relacionado à subalternização e a invisibilização das mulheres e do que é associado ou considerado e identificado como feminino, a exemplo das travestis e Mulheres transexuais. Logo ainda que o poder patriarcal não se restrinja ao sexo biológico das Mulheres, permeia a construção social do sexo feminino, a que associa ao frágil, ao desvalorizado, ao subalterno e subserviente, enquanto o “modelo” patriarcal do homem é o da força, virilidade, poder e dominação. (CISNE, 2018. p. 43).

Na ótica do patriarcado o homem tornou-se sinal de força e virilidade, representa um ser pensante dotado de discernimento e capacidades aguçadas para a proteção de sua família e para o mundo do trabalho, enquanto às mulheres restalhe a fragilidade as condições de submissão e as funções sociais definidas de sujeição ao homem em todos seus os sentidos. Até o final do século XVIII, pouco se fala a respeito da opressão sofrida pelas mulheres, esta relação foi tão naturalizada na sociedade, mas é neste momento que alguns filósofos, esforçam-se por demonstrar que as mulheres é, como o homem, um ser humano. Um pouco mais tarde, Stuart Mill defende-a com ardor, mas com imparcialidade. (BEAUVOIR, 1970).

Federici (2004) nos afirma que em grande medida a degradação das Mulheres é mais uma das formas de que o modo de produção capitalista utiliza para

justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais. Desta forma a difamar a “natureza” daqueles a quem explora: mulheres, súditos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização.

No século XIX, a querela do feminismo torna-se novamente uma querela de sectários; uma das consequências da revolução industrial é a participação das mulheres no trabalho produtor: nesse momento as reivindicações feministas saem do terreno teórico, encontram fundamentos econômicos; seus adversários fazem-se mais agressivos. Embora os bens de raiz se achem em parte abalados, a burguesia apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença das mulheres no lar tanto mais vigorosamente quanto sua emancipação torna-se uma verdadeira ameaça; mesmo dentro da classe operária os homens tentaram frear essa libertação, porque as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes, habituadas que estavam a trabalhar por salários mais baixos. (BEAUVOIR. 1970. p. 18)

No Brasil, vários foram os movimentos feministas que se destacaram a partir de 1920, principalmente direcionados às lutas pela conquista dos direitos civis/sociais, a exemplo da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), fundada por Bertha Lutz, a federação era voltada para a defesa dos direitos feministas, na luta pelo direito ao voto, esta fase ficou conhecida como sufragista.

Além das sufragistas, no período conviveram mais duas vertentes que, embora distintas entre si, convergiam em uma postura, mas contestadora em relação ao lugar ocupado pelas Mulheres na sociedade de então. Tratava-se do feminismo anarquista-operário e do jornalismo feminista, grupos respectivamente de lideranças operárias e de Mulheres intelectualizadas que criaram pequenos jornais para divulgação de ideias feministas como emancipação feminina, educação como vetor para a autonomia e, é claro, a luta pelo direito ao voto. (BONETTI in IPEA, 2009. p. 203).

O projeto feminista procurava inserir as mulheres nos espaços antes denominados masculinos. Mas, enfrentou diversos desafios, inclusive seu enfraquecimento nos anos que se seguem, período em que o Brasil enfrentava grandes mudanças no campo da industrialização.

Apesar das inúmeras tentativas, os direitos políticos foram alcançados pelas mulheres somente em 1932, no governo Getúlio Vargas, fazendo que o Brasil ocupasse um lugar pioneiro neste campo. Após esta conquista, no período que se seguiu em especial com a ditadura que se estabeleceu após o golpe de 1937, o movimento feminino arrefeceu e praticamente se extinguiu. Somente no fim da década de 1960 e início de 1970, o movimento feminista retomou sua mobilização em meio ao período da ditadura militar. (Idem, 2009. p. 203).

Em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a primeira Conferência Mundial das Mulheres (CMM), que ocorreu no México, tendo como tema

principal a eliminação da discriminação das mulheres e o seu avanço social. Momento em que foi aprovado o plano de ação a ser norteador das diretrizes de governos e da comunidade internacional no decênio 1976-1985, destacando-se: a igualdade plena de gênero e a eliminação da discriminação por razões de gênero, a plena participação das mulheres no desenvolvimento e maior contribuição das mulheres para a paz mundial. (ONU Mulheres, 2020).

Na busca por direitos, a década de 1980 marca um período importante para os movimentos feministas, na busca pela consolidação dos direitos femininos, principalmente no que tange o enfretamento a violência doméstica contra as mulheres, culminando na instalação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres (DEAMS), no Estado de São Paulo.

Diante do assassinato de mulheres por seus maridos e da absolvição destes sob os argumentos de legítima defesa da honra, em especial, alguns casos oriundos de camadas abastadas do país que redundaram em grande repercussão midiática, o movimento feminista mobilizou-se pela transformação desta realidade. Sob o slogan *quem ama não mata* as feministas pautaram na agenda política o grave problema da violência contra as mulheres por meio do combate à violência doméstica e conjugal – a que ocorre dos lares que as vitimizava – e ainda vitimiza fatalmente - muitas mulheres. (BONETTI in IPEA, 2009. p. 205).

A busca por direitos vai à contramão do que é imposto pelo patriarcado, pois coloca em xeque uma série de contradições impostas e perpetuadas tanto pela sociedade de classes, quanto pelas regras criadas para atender as necessidades masculinas. O modo de pensar no modo capitalista de produção se legítima por meio de normas e deveres morais, relacionados à lógica mercantil, necessitando de uma ideologia dominante para se reproduzir. A longa trajetória e luta dos movimentos feministas em busca dos direitos percorreram grandes trajetórias contrárias à conquista a lógica do capital e da liberdade de todas as mulheres.

Outra grande conquista feminina está na criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), em 1985, que consolidou uma estrutural formal da mobilização dos movimentos sociais, assim foi possível incluir na pauta política as reivindicações femininas, que contribuíram também na sua incorporação da constituição de 1988.

O conselho conseguiu manter uma mobilização constante dos movimentos de mulheres junto aos constituintes, promoveu uma campanha nacional na televisão e em outros meios, assessorou as parlamentares nas matérias referentes aos direitos das mulheres, entre outras atividades, atuando como

um articulador dessa temática. O CNDM promoveu ainda um encontro em Brasília que resultou em um documento com as reivindicações femininas, denominado "Carta das mulheres", entregue aos constituintes. Como resultado, a maioria das demandas do movimento de mulheres foram incorporadas ao texto da Constituição de 1988, entre as quais a igualdade entre homens e mulheres, a licença à gestante e a licença paternidade, a proibição de diferença de salários e a igualdade de direitos e deveres na sociedade conjugal. (BONETTI in IPEA, 2009. p. 277).

Assim, os anos que se seguiram, a pauta feminina sempre esteve em voga, contrastando com a realidade e os dados estatísticos de violência e de opressão contra as mulheres, que ao mesmo passo em que se busca a efetivação de legislações que busquem a proteção às mulheres, observa-se também o aumento das situações de opressão, depreciação contra as mulheres.

É importante salientarmos algumas das legislações conquistadas pela pauta feminina no Brasil, a Lei 10.778/2003, que estabeleceu a notificação compulsória do caso de violência contra as mulheres que forem atendidas em serviços de saúde, públicos ou privados, em todo o território nacional; Lei 10.714/2003 que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra as mulheres; só disponibilizado em 2005, com a criação da Central de Atendimento às mulheres; a Lei 10.886, que acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica" e em 2006 a Lei 11.340 de 07/08/2006, que Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as mulheres; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BONETTI in IPEA, 2009. p. 225).

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de habitus diferentes, sob a forma de hexis corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino. (BOURDIEU, 2012. p. 41).

As relações de dominação se propagam no modo de vida social, por meio da lógica da intolerância, na propagação das diversas formas de violência nos mais

variados espaços, perpetuando e naturalizando as relações abusivas, que definem as mulheres por meio dos padrões moralizantes e naturalizados. Determinações heteronormativas e machistas determinam a construção social, alicerçadas sobre as bases da classe dominante e alimentadas nos moldes da sociedade do capital.

Paneghini (2000), nos ajuda a refletir sobre as opressões praticadas por meio da violência sexista:

Da mesma forma, os homens que oprimem mulheres, por meio da violência sexista, estão também impregnados pelo moralismo e pelo preconceito contra às mulheres (machismo), submetendo-as ao papel de objeto, que a tudo deve suportar. Assim, eles estão longe de perceberem a si e as estas Mulheres como seres humanos: a cada vez que impõem dor e sofrimento a outro sujeito histórico, mais distantes eles estão de superar a sua cotidianidade alienada e sua existência reificada. (PANEGHINI, 2000. p. 169).

Nesta construção social, o preconceito determina e alimenta a naturalização das relações perversas entre os seres humanos. A luta reivindicatória das mulheres, desafia todo sistema de acumulação de dominação, em que às mulheres se torna desprovida e escrava do homem, em que mesmo tendo várias legislações que deveriam proteger as mulheres, ainda hoje encontramos-nos inseridas num contexto de medo.

Ora, às mulheres sempre foi, senão a escrava do homem ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, às mulheres arca com um pesado handicap. Em quase nenhum país, seu estatuto legal é idêntico ao do homem e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas. (BEAUVOIR, 1970. p. 14)

Ainda que nos últimos anos as mulheres tenham conquistado a garantia de legislações específicas, os reflexos e marcas do passado assombram o presente em todos os espaços. Podemos perceber que o Brasil, como em diversos países no mundo tem suas raízes fincadas nas estruturas machistas, heterossexistas de um mundo comandado e feito para os homens.

Neste interim ainda podemos citar que uma das marcas deixadas pelo passado é a de perpetuação os cuidados com a família, filhos e afazeres domésticos que ainda hoje são destinados quase que exclusivamente as mulheres. Mesmo considerando que muitas estão inseridas no mercado de trabalho, estas funções, de

cuidados, de tarefas do lar, seguem identificadas como funções quase exclusivamente femininas, sendo resultado de um modelo de sociedade patriarcal, cujo espaço privado é destinado às mulheres e o espaço público destinado aos homens. Dentre outros, esse é um dos fatores que contribuem para a dependência econômica feminina e fortalecimento das diversas relações abusivas e violentas nos dias atuais, principalmente quando há a desvalorização do trabalho doméstico e do trabalho feminino em detrimento ao trabalho masculino.

### **3.2 Divisão sexual do trabalho na divisa com a cidadania**

A divisão sexual do trabalho é uma das fontes do patriarcado que sustentam e marcam também a divisão de classes. É a raiz que sustenta a exploração feminina. Ela é uma das formas de organização social que fortalece as estruturas do modo de produção capitalista. É nela, que se estruturam os papéis e funções sociais determinados entre os sexos - partindo do pressuposto do sexo biológico.

A divisão sexual do trabalho diferencia o trabalho na esfera privada (a família) e na esfera produtiva, atribuindo também valor e hierarquização para cada tipo de trabalho. Como cita Hirata (2009):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulheres). (HIRATA, 2009. p. 68).

Engels (1985), em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, nos relata quão antiga estas relações são, e que se sustentam como necessidade de fortalecimento das relações sociais e de trabalho, como forma de determinação do que é dominante.

A divisão do trabalho é absolutamente espontânea: só existe entre os dois sexos. O homem vai à guerra, incumbe-se da caça e da pesca, procura as matérias-primas para a alimentação, produz os instrumentos necessários

para a consecução dos seus fins. Às mulheres cuida da casa, prepara a comida e confecciona as roupas: cozinha, fia e cose. Cada um manda em seu domínio: o homem na floresta, às mulheres em casa. Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem possui as armas e os petrechos de caça e pesca, às mulheres é dona dos utensílios caseiros. (ENGELS, 1985. p. 56-57).

A dinâmica dessa forma de estruturação social contribuiu para processo de perpetuação, dominação e exploração das mulheres, uma vez que até os dias atuais tais atividades são dadas como funções especificadamente femininas. Desse ponto de vista, a acumulação primitiva foi um processo universal em cada fase do desenvolvimento capitalista, que corroborou para sedimentação de estratégias que, diante de cada grande crise capitalista foram relançadas de diferentes maneiras com a finalidade de baratear o custo e a esconder a exploração das mulheres e dos sujeitos coloniais. (SAFFIOTI, 2004).

A divisão do trabalho entre os dois sexos depende de outras causas que nada têm a ver com a posição das mulheres na sociedade. Povos nos quais as mulheres se veem obrigadas a trabalhar muito mais do que lhes caberia, segundo nossa maneira de ver, têm frequentemente muito mais consideração real por elas que os nossos europeus. A senhora civilizada, cercada de aparentes homenagens, estranha a todo trabalho efetivo, tem uma posição social bem inferior a mulheres bárbara, que trabalha duramente, e, no seio do seu povo, vê-se respeitada como uma verdadeira dama (lady, frowa, frau = senhora) e o é de fato por sua própria posição. (ENGELS, 1985. p. 11-12).

Questionar a forma de organização social e de gênero é questionar a estruturação da ordem social dominante, a desigualdade social e sexual produzida historicamente e que afeta em todos os sentidos a história do sujeito social e todos seus processos. Os movimentos feministas, as organizações femininas, as mulheres que na história foram consideradas “as bruxas” tiveram este papel, o de desafiar o processo produtivo e todo seu processo de organização.

A reivindicação por direitos defendidos pelos movimentos feministas nasceu do descompasso entre a afirmação dos princípios universais de igualdade e as realidades da divisão desigual dos poderes entre homens e mulheres. Nesse sentido, a reivindicação política do feminismo só pode emergir em relação a uma conceituação de direitos humanos universais. (HIRATA, 2009. p. 144).

o modo como a história das mulheres se entrecruza com a história do desenvolvimento capitalista não pode ser compreendida se nos preocuparmos apenas com os terrenos clássicos da luta de classes – serviços laborais, índices salariais, rendas e dízimos – e ignorarmos as

novas visões da vida social e da transformação das relações de gênero que estes conflitos produziram. Elas não foram insignificantes. É na luta antifeudal que encontramos o primeiro indício na história europeia da existência das raízes de um movimento de mulheres que se opunha à ordem estabelecida e contribuía para a construção de modelos alternativos de vida comunal. A luta contra o poder feudal produziu também as primeiras tentativas organizadas de desafiar as normas sexuais dominantes e de estabelecer relações mais igualitárias entre mulheres e homens. (FEDERICI, 2004. p. 33-34).

Os movimentos feministas representaram tentativas de estabelecer o rompimento com as relações de exploração e desigualdade, construída ao longo da história. Mas sabemos que estas relações são blindadas pelo modo de produção capitalista, pois são parte do mecanismo do controle e de manutenção do processo reprodutivo, pois produz uma relação de dependência por meio das relações de trabalho, sejam quais forem do trabalho formal, do trabalho informal, do trabalho doméstico, em ambos os casos há processos de precarização e de opressão.

Como afirma Hirata (2009):

Ademais, esse movimento se enraíza nas contradições fundamentais da sociedade, nascidas tanto do desenvolvimento do capitalismo como da persistência até hoje da dominação masculina, que se exprime na divisão social e sexual do trabalho. As mulheres se mobilizaram ora em nome da igualdade, ora em nome de suas diferenças, sempre contra as “injustiças” de que eram vítimas, reclamando ao mesmo tempo o direito ao trabalho, à educação, ao voto e também à “maternidade livre” desde o começo do século XX. Elas sempre reivindicaram sua identidade como seres humanos e sua liberdade. (HIRATA, 2009. p.152).

Para compreender como as relações de gênero, permeiam e se expressam no cotidiano da divisão sexual do trabalho, é preciso pensar os aspectos para além das relações de trabalho, é necessário adentrar aspectos sociais, culturais e relacionais das distinções baseadas no sexo/gênero, dotando esta categoria da dimensão histórica que a circunda, na tentativa de superar o determinismo biológico e a construção de papéis conservadores de gênero na sociedade. (TIBURTINO, 2015. p. 251). Segundo Bourdieu (2012):

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitas: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. (BOURDIEU, 2012, p.45).

Como nos afirma Máscaro (2013), as conexões de opressão vivenciadas pelas mulheres no patriarcalismo, estão intimamente ligadas ao processo de reprodução do capital:

A noção de homem e mulheres é retrabalhada no capitalismo. O patriarcalismo adquire contextos específicos na dinâmica entre o capital e trabalho. Os grupos sociais tradicionais – como parentela – são dissolvidos em favor de um núcleo familiar plantado na vinculação entre homem e Mulheres. Em sociedades nas quais a vida depende da posse de bens que são adquiridos no mercado, é a centralização do papel do assalariado nas mãos do homem que forja o moderno patriarcado. O machismo vai de par com o capitalismo. (MASCARO, 2013. p 67).

No espaço social do trabalho, as mulheres são submetidas a condições degradantes de trabalho, que dialogam diretamente com as relações de preconceitos, arreigados pelos regramentos do mundo do trabalho:

Analisar a situação das mulheres no mercado de trabalho é questionar seu estatuto social: o emprego feminino é um fio condutor para compreender o espaço das mulheres na sociedade. Nesse sentido, a divisão sexual dos empregos constrói o gênero. Os diferentes estatutos de emprego (meio período, período integral, CDD, CDI) definem as posições profissionais e sociais sexualmente diferenciadas. Assim, há pouco tempo, por exemplo, o aumento do percentual de trabalho de meio período na população feminina (taxa superior a 80%) contribuiu para criar novamente uma forma de emprego “especificamente feminina”. (HIRATA, 2009. p. 86)

Compreender os processos que permeiam a divisão sexual do trabalho nos permite enxergar que as desigualdades não são meros acontecimentos, mas são estruturas, alicerçadas para atender as necessidades de um determinado público - homens, que objetificam as mulheres denigrem e fragilizam seus corpos e ações. Em todos os aspectos as relações entre homens e mulheres são relações desiguais.

Nas relações de trabalho precarizam não só as condições, espaços e formas de trabalho, reduzem também a salários inferiores, relativizando as mulheres trabalhadoras e mães, perpetuando exército feminino de reserva, que mesmo com maior grau de escolaridade, tempo de formação permanecem desqualificadas. Imposições de uma política masculinizada que apropriam das Mulheres nos mais diversos aspectos e de forma histórica, como afirma Saffiotti (2004):

Tal política, que impossibilitava que as mulheres tivessem seu próprio dinheiro, criou as condições materiais para sua sujeição aos homens e para a apropriação de seu trabalho por parte dos trabalhadores homens. É nesse sentido que eu falo do patriarcado do salário. Também devemos repensar o conceito de “escravidão do salário”. Se é certo que os trabalhadores

homens, sob o novo regime de trabalho assalariado, passaram a ser livres apenas num sentido formal, o grupo de trabalhadores que, na transição para o capitalismo, mais se aproximaram da condição de escravos foram as Mulheres trabalhadoras (SAFFIOTI, 2004. p. 183).

A divisão sexual do trabalho, não só determina o valor do assalariamento orientado pela diferença do gênero, mas determina quais postos de trabalho devem ser ocupados por homens e mulheres de acordo com as normativas produzidas e reproduzidas por uma sociedade masculinizada. Estas funções compreendem a perpetuação dos padrões históricos de dominação, ainda visível nesta sociedade em que profissões que caracterizem “cuidado”, que em suma são profissões femininas, com pouco ou nenhum reconhecimento social.

Essa disponibilidade temporal e espacial dos homens aparece como legítima em relação à divisão sexual do trabalho reprodutivo, no qual as Mulheres asseguram a continuidade da gestão das tarefas afetivas, educativas e domésticas na família. Esses dois processos contribuem de forma duradoura para a invisibilidade das consequências da precariedade do trabalho e do emprego sobre a saúde. (HIRATA, 2009. p. 220).

É importante salientar que mesmo nos dias atuais em que as mulheres têm conquistado direitos e espaço na sociedade do trabalho, ainda, carregam o fardo da responsabilidade dos trabalhos domésticos, da educação e dos cuidados com os filhos – tornando-se a principal responsável desde a gravidez e trajetória formativa dos filhos - assim como é responsabilizada por quaisquer eventualidades decorrentes da ausência de políticas públicas eficientes e eficazes, tais como: segurança, saúde, educação, lazer, dentre outras políticas tão necessárias para o desenvolvimento humano. Dentro da divisão sexual do trabalho a maternidade é um dos principais fatores que justificam a flexibilização na jornada de trabalho e a diferença salarial entre homens e mulheres.

Na divisão sexual do trabalho, assim como em toda organização do modo de produção capitalista as desigualdades são aparelhadas de modo a articular as necessidades de sociedade do capital, para que permaneçam naturalizadas no curso da formação social e histórica da sociedade, “atribuindo um caráter assexuado as análises, como se as construções de gênero não interferissem na posição de subalternidade que as mulheres ocupam tanto no âmbito do privado como do público, sendo agravada na sociabilidade capitalista”. (TIBURTINO, 2015. p. 256).

E, para que todo este sistema funcione de modo responder as necessidades do processo de acumulação, o Estado, torna-se peça fundamental para articular os

diversos elementos que compõem o tecido social, inclusive controle dos grupos sociais e espaços coletivos, por meio da coerção. Como afirma Máscaro (2013):

Se os indivíduos e as classes são de alguma, proporção, um produto das relações políticas do capitalismo, também miríade dos grupos sociais o é. Até mesmo o reconhecimento e a identidade dos grupos sociais passam por mecanismos de formalização estatais. É por conta dos nexos estruturais, que também são estatais que se levantam noções nitidamente políticas de nacional e estrangeiro, ordeiro e baderneiro, benquisto e indesejado, amigo, inimigo, além daqueles que parecem pertencer ao plano natural ou até mesmo biológico, como as noções de homem e Mulheres, sexo normal e desviante, raça pura e impura, sangue tolerado ou perseguido. Para todos os complexos das redes da sociedade capitalista, não se pode pensar que tenha havido uma simples transposição de dados naturais para a política. (MÁSCARO, 2013. p. 65).

Nesta ótica, permanece o distanciamento das condições de igualdade (que nunca existiram) entre homens e mulheres. Numa sociedade construída sob condições desiguais e alicerçada pelo viés do capital, os elementos que compõe a ótica machista e patriarcalista, são alimentadas cotidianamente, sob os argumentos da desqualificação social e profissional das mulheres, desqualificação das falas e corpos das mulheres, pela indústria da estética e beleza.

Estando, assim, socialmente levadas a tratar a si próprias como objetos estéticos e, por conseguinte, a dedicar uma atenção constante a tudo que se refere à beleza, à elegância do corpo, das vestes, da postura, elas têm naturalmente a seu cargo, na divisão do trabalho doméstico, tudo que se refere à estética e, mais amplamente, à gestão da imagem pública e das aparências sociais dos membros da unidade doméstica, dos filhos, obviamente, mas também do esposo, que lhes delega muitas vezes a escolha de sua indumentária. São também elas que assumem o cuidado e a preocupação com a decoração na vida quotidiana, da casa e de sua decoração interior, da parte de gratuidade e de finalidade sem fim que aí tem sempre lugar, mesmo entre os mais despossuídos (assim como as antigas hortas camponesas tinham um canto reservado às flores ornamentais, os apartamentos mais pobres das cidades operárias têm seus vasos de flores, seus bibelôs e seus cromos). (BOURDIEU, 2012. p. 119).

Sendo reforçado ainda pela ineficiência das políticas públicas e pelas diversas formas de violência praticada contra a vida de várias mulheres, como podemos observar nos dados estatísticos do IPEA, 2019:

Enquanto os homens são as maiores vítimas de homicídio, as mulheres são as que sofrem mais agressões não letais relacionadas a questões domésticas. A proporção de Mulheres que sofreram agressão, em relação aos homens, é ainda maior quando elas participam do mercado de trabalho. Além disso, a maior parte dos agressores são cônjuges, ex-cônjuges ou conhecidos que perpetram a violência, principalmente, dentro da própria residência da vítima. (IPEA, 2019. p. 19).

Como já salientado, as fronteiras da divisão sexual do trabalho são ligadas a dinâmica do próprio modo de produção capitalista, que se estabelece não só no mercado e nos processos de trabalho, mas engendra na totalidade da dinâmica social. Da mesma forma em que o capital cria e recria meios de driblar suas crises, se faz necessário o fortalecimento das mulheres, grupos representativos, movimentos feministas de modo a fortalecer os mecanismos de luta.

### 3.3 Família versus Pertença

Compreender a função social da “família”, no modo de produção capitalista, requer compreender as teias que articulam o processo de dominação produzido pelo capital e como a família se inscreve neste processo. Observamos ao longo da história que o conceito e novas configurações familiares têm se formado a partir dos processos de organização social, a família vem ainda ocupando espaço central na construção das políticas públicas.

Utilizando-se dos vínculos sociais e afetivos, o processo de controle e dominação da família são alimentadas, de modo a atender as necessidades do padrão de acumulação e da sociedade patriarcal de modo a garantir a continuidade do processo reprodutivo do capital e da propriedade privada.

Vários são os sentidos para o conceito de família, no dicionário Michaelis (2016), podemos encontrar as seguintes definições: *“Grupo das pessoas que compartilham a mesma casa, especialmente os pais, filhos, irmãos etc.; Pessoas que possuem relação de parentesco; Pessoas cujas relações foram estabelecidas pelo casamento, por filiação ou pelo processo de adoção; Grupo de pessoas que compartilham os mesmos antepassados”*. É importante perceber que, as definições encontradas referem-se sempre a *“grupos, pessoas”*, inferimos que se trata de uma relação onde ocorrem relações de *igualdade* partilhada, entre os membros.

Mas, na sociedade patriarcal regida pela divisão sexual, os papéis e responsabilidades de cada membro familiar são completamente diferentes, as funções sociais construídas visam atender as demandas dos homens, por meio da opressão de gênero, desvalorizando e inferiorizando as mulheres, nas mais diversas formas. No patriarcalismo, o tecido que entrelaça os vínculos familiares, se

conectam diretamente as formas de sociabilidade do capital, de modo a proteger a riqueza, a propriedade privada. Como corrobora Bourdieu, 2012:

Cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, veem ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais, bem como todos os trabalhos exteriores que lhes são destinados pela razão mítica, isto é, os que levam a lidar com a água, a erva, o verde (como arrancar as ervas daninhas ou fazer a jardinagem), com o leite, com a madeira e, sobretudo, os mais sujos, os mais monótonos e mais humildes. Pelo fato de o mundo limitado em que elas estão confinadas, o espaço do vilarejo, a casa, a linguagem, os utensílios, guardarem os mesmos apelos à ordem silenciosa, as mulheres não podem senão tornar-se o que elas são segundo a razão mítica, confirmando assim, e antes de mais nada a seus próprios olhos, que elas estão naturalmente destinadas ao baixo, ao torto, ao pequeno, ao mesquinho, ao fútil etc. (BOURDIEU, 2012. p. 42).

Nesta ordem, toda e qualquer forma de organização familiar contrária à ordem vigente é considerada perigosa para as estruturas sociais impostas, inclusive, outra forma de família diferente da família patriarcal e monogâmica: “*Os padrões sociais que sejam distintos do casamento monogâmico heterossexual são tanto repudiados socialmente quanto juridicamente*”. (MASCARO, 2013. p. 67).

Por isso o capitalismo é machista, homofóbico, racista, e discriminador dos deficientes e dos indesejáveis. O capital é historicamente concentrado nas mãos dos homens, cabendo à mulheres o papel estrutural de guardadora no núcleo familiar responsável pelas mínimas condições de existência do trabalhador e de reprodução da mão de obra. As relações de gênero são estruturadas pela dinâmica das classes e do capital. (Idem, 2013. p. 67).

Partindo do que nos apresenta Máscaro, toda organização social gira em torno dos homens e para eles. Até pouco tempo, as mulheres não possuíam qualquer direito a não ser obedecer, respeitar seus maridos conforme as vontades masculizadas e as representações morais da sociedade, difundidas também por meio da religião e cultura, diga-se de passagem, orientada dos homens e para os homens. E, como forma de perpetuar sua superioridade patriarcal, os homens responsabilizavam as mulheres aos serviços domésticos, como forma de manter ordem social vigente.

Há um liame necessário entre a forma mercantil e a forma da família monogâmica heterossexual reprodutora. A forma política se põe a complementar, em tal caso a dinâmica das formas. Os padrões sociais que sejam distintos do casamento monogâmico heterossexual são tanto

repudiados socialmente quanto juridicamente. Com base também num emparelhamento com a repressão política, as religiões estabelecem a ordem “divina” de família e a sociedade circula a noção “natural” do que espera de seus vínculos. (MASCARO, 2013. p 67).

Na configuração da família, sob o ponto de vista do patriarcalismo, as Mulheres deixam de possuir identidade para se transformar em esposa, mãe, cuidadora, protetora do lar. Por séculos estas foram algumas das justificativas utilizadas para que as mulheres fossem mantidas excluídas dos espaços coletivos, sendo responsáveis somente pelo espaço privado do lar – dos cuidados com a família:

Excluídas do universo das coisas sérias, dos assuntos públicos, e mais especialmente dos econômicos, as mulheres ficaram durante muito tempo confinadas ao universo doméstico e às atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência; atividades (principalmente maternas) que, mesmo quando aparentemente reconhecidas e por vezes ritualmente celebradas, só o são realmente enquanto permanecem subordinadas às atividades de produção, as únicas que recebem uma verdadeira sanção econômica e social, e organizadas em relação aos interesses materiais e simbólicos da descendência, isto é, dos homens. (BOURDIEU, 2012, p.116).

É no seio familiar que inicia-se o processo inferiorização das mulheres, pois nela a opressão e dominação são reforçados e naturalizados das funções sociais expressamente ditas femininas, por meio da maternidade na concepção do que se entende como cuidado, e ainda na infância quando as mulheres são educadas e formadas a manterem as estruturas familiares, e desde criança são ensinadas a voltarem seus olhares aos cuidados domésticos, a maternidade, ao casamento, o que claramente ainda é um reflexo de masculinização da sociedade.

É assim que uma parte muito importante do trabalho doméstico que cabe às mulheres tem ainda hoje por finalidade, em diferentes meios, manter a solidariedade e a integração da família, sustentando relações de parentesco e todo o capital social com a organização de toda uma série de atividades sociais ordinárias, como as refeições, em que toda a família se encontra ou extraordinárias, como as cerimônias e as festas (aniversários etc.) destinadas a celebrar ritualmente os laços de parentesco e a assegurar a manutenção das relações sociais e da projeção social da família, ou as trocas de presentes, de visitas, de cartas ou de cartões postais e telefonemas. (Idem, 2012. p. 116).

É na família tradicional, que o controle e a dominação masculinos e machistas são perpetuados pela lógica da opressão e violência, alimentada pela lógica do capital. Mas, é também por meio dela que a ação pública conclama à centralidade para a proteção de seus membros pelo exercício do cuidado:

O familismo se pauta na solidariedade dos membros, reitera as funções protetoras femininas e a naturalização da família com instância responsável pela reprodução social e se expressa em graduações diferentes, conforme a desresponsabilização pública, quer pela omissão e, também, pelo compartilhamento de metas ambiciosas, diante de situações adversas e de difícil solução, com poucos investimentos. (ZOLA in MIOTO, 2015. p. 59).

Na sociedade contemporânea a família assume duplo papel: o primeiro, no espaço privado - manter os laços de solidariedade, responsabilizando pela educação e criação de seus membros e o segundo, no campo coletivo - contribuindo na manutenção da ordem social e dos padrões já existentes. Mas, nos mais variados modelos de família, em ambos os casos as mulheres assumem grande parte das responsabilidades familiares seja dos serviços domésticos ou da subsistência de seus membros.

Mas justamente porque atravessadas por formas sociais múltiplas em sua unidade de reprodução, elas se revelam férteis em aberturas, dissensões manejos oriundos dos conflitos sociais e funções contraditórias com o todos sociais. Daí a aparência de que as instituições do Estado ampliado possibilitariam um acesso mais facilitado à contra hegemonia. Se as engrenagens da família dos costumes, da educação ou dos meios de comunicação não são diretamente controladas pelo Estado, elas permitem, em algumas circunstâncias, que transformações nos costumes, inovações pedagógicas ou ações orgânicas de profissionais e intelectuais críticos ensejem uma desestabilização dos padrões gerais da reprodução do capital. Trata-se de uma ação que é permitida justamente por serem instituições sociais relativamente autônomas, mas é preciso ponderar que todas elas operam sob uma mesma estrutura de reprodução das formas do capitalismo. (MASCARO, 2013. p. 67).

Para as mulheres, a compatibilização entre trabalho doméstico, trabalho profissional, o tempo gasto com a família, maternidade, evidenciam a grande desigualdade existente entre homens e mulheres, em que as condições de enfrentamento as contradições e antagonismos do capital, penalizam muito mais as mulheres, em qualquer espaço. E, que mesmo com o reconhecimento das transformações no âmbito familiar, as respostas institucionais vêm se mostrando insuficiente para o reequilíbrio societário. O modelo tradicional e naturalizado de proteção social ainda é mantido nas representações sociais e nas expectativas que norteiam as políticas sociais. (ZOLA in MIOTO, 2015. p. 86).

Em primeiro lugar cabe ressaltar o caráter contraditório da família como um chamamento para o fato de que o núcleo familiar não é uma ilha de virtudes e de consensos num mar conturbado de permanentes tensões e dissensões. Afinal, a família, como toda e qualquer instituição social, deve ser encarada como uma unidade simultaneamente forte e fraca. Forte, porque eu ela é de fato um *locus* privilegiado de solidariedade, no qual os indivíduos podem encontrar refúgio contra o desamparo e a insegurança da existência. Forte, ainda, porque nela que se dá, de regra, a reprodução

humana, a socialização das crianças e a transmissão de ensinamentos que perduram pela vida inteira das pessoas. Mas ela também é frágil, “pelo fato de não estar livre de despotismos, violências, confinamentos, desencontros rupturas. Tais rupturas, por sua vez, podem gerar insegurança, mas também podem abrir portas para a emancipação e bem-estar de indivíduos historicamente oprimidos no seio da família, como Mulheres, crianças, jovens e idosos”. (PEREIRA, 1994. p. 109).

Para a divisão sexual do trabalho, enquanto para os homens, a família e a qualificação profissional continuada representam comprometimento e sinalizam um horizonte para sua inserção no mercado de trabalho, para as mulheres a família representa conciliar estratégias de tempo, para conciliar o trabalho remunerado com o trabalho familiar e é, elemento desqualificador para o reconhecimento profissional. Perversamente a isto, ainda é preciso lidar com a desqualificação de seu trabalho doméstico.

O fato de que o trabalho doméstico das Mulheres não tenha uma retribuição em dinheiro contribui realmente para desvalorizá-lo, inclusive a seus próprios olhos, como se este tempo, não tendo valor de mercado, fosse sem importância e pudesse ser dado sem contrapartida, e sem limites, primeiro aos membros da família, e sobretudo às crianças (já foi comentado que o tempo materno pode mais facilmente ser interrompido), mas também externamente, em tarefas de beneficência, sobretudo para a Igreja, em instituições de caridade ou, cada vez mais, em associações ou partidos. Não raro confinadas nessas atividades não remuneradas, e pouco inclinadas, por isso, a pensar em termos de equivalência entre o trabalho e o dinheiro, as Mulheres estão, muito mais que os homens, dispostas à *beneficência*, sobretudo religiosa ou de caridade. (BOURDIEU, 2012. p. 117).

E, sabemos que nos moldes do modo de produção capitalista, a desqualificação do trabalho doméstico, é fruto também de um sistema que reproduz desigualdade, conforme nos aponta Zola (2012):

O trabalho familiar possibilita identificar uma dimensão econômica não contabilizada e um sistema de gênero na família, essencial à manutenção e reprodução, compartilhado, desigualmente entre seus membros. Decorre daí que, embora tenha importância essencial para a sociedade contemporânea, o trabalho familiar, diferentemente da produção, que gera, bens ou lucros, se constitui de tarefas ligadas a produção social, consumida individualmente, sem rendimentos ou valor. (ZOLA in MIOTO, 2015 p.86).

Sem remuneração e sem valor mercadológico, a responsabilidade do trabalho doméstico é destinada às mulheres. No campo do trabalho assalariado (diaristas, secretarias do lar, auxiliares de serviços gerais, cuidadoras), o salário pago, por vezes não possuem quaisquer garantias trabalhistas. Estas trabalhadoras compõem as estatísticas do trabalho informal, da subalternização, desigualdade e a inferiorização das mulheres nos processos de trabalho.

Esta classe de trabalhadora – feminina, não representa somente a desvalorização do trabalho das mulheres, mas demonstra também uma desigualdade racial, num país marcado pela escravidão, em que a realização do trabalho doméstico no geral são realizados por mulheres negras, oriundas das camadas mais pobres, residentes nas periferias e que são as responsáveis financeiras por seus lares e filhos.

Segundo os dados o IBGE (2018):

No Brasil, em 2016, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas). Ao desagregar por região, verifica-se que a maior desigualdade na distribuição de horas dedicadas a estas atividades está na Região Nordeste, onde as Mulheres dedicam cerca de 80% a mais de horas do que os homens, alcançando 19 horas semanais. O recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos, com o registro de 18,6 horas semanais em 2016. Observa-se que o indicador pouco varia para os homens quando se considera a cor ou raça ou região de residência. (IBGE, 2018. p. 3).

Estas mulheres são o retrato de uma sociedade desigual, marcada pela pobreza e discriminação. Por vezes lhes é negado o direito à maternidade ou, quando mães, se veem diante da necessidade de deixar seus filhos, sob os cuidados de parentes, amigos ou com cuidadoras e creches. Sempre que tais decisões precisam ser tomadas, aumentam as pressões sobre essas mulheres trabalhadoras no que toca ao peso que despesas com educação, representam. O trabalho precário e mal remunerado converte essa necessidade em um peso que leva muitas mulheres a enfrentarem problemas psicológicos graves, não raro conduzindo a doenças letais.

A premissa da capacidade e da solidariedade familiar também pode ser colocada em questão, com o aumento do acesso das mulheres no mundo do trabalho ou com crescente aumento da monoparentalidade feminina, ou seja, às mulheres torna-se responsável pelos cuidados e pelo provimento familiar. Apesar de avanços nas políticas de proteção social brasileira, para enfrentamento da pobreza, não se pode, entretanto, repassar a família, e nessa às mulheres, responsabilidades das quais não consigam assumir, ou mesmo sobrecarrega-la e gerar relações de dependência pública, impeditivas de acesso a outras proteções, geradoras de autonomia, como educação e trabalho. Condições que provocam e fortalecem a diferença entre os gêneros feminino e masculino. (Idem, 2015 p.87)

Na sociedade patriarcal, movida pelo capital, observamos a família possui um papel fundamental, pois nela os indivíduos se reconhecem como seres humanos, pela troca de experiências e culturas. Na sociedade do capital, utilizando da

alienação do trabalho e das relações afetivas, a classe dominante refirma seu caráter dominador, transformando-a em objeto de manipulação, transferindo para as famílias as responsabilidades das desigualdades geradas pela sociedade do capital.

Nas camadas mais pobres, esta responsabilização acentua-se também pelas dificuldades de subsistência.

BONETTI (2009). As mulheres sempre estiveram subjugadas a necessidade de inserção a uma família, seus direitos e seu reconhecimento enquanto protagonista sempre esteve conectado a seu papel na família, obedecendo a uma ordem hierárquica; “inclusive a cidadania feminina oriunda da carta constitucional de 1988, o ente percebido como sujeito de direitos em si é a família, do qual às Mulheres como individuo se descola” Uma continuidade de uma lógica machista e protagonista do um sistema patriarcal e opressor.

### **3.4 Mulheres no PROEJA**

O processo de formação educacional foi negado às mulheres por gerações. Na história as mulheres foram reduzidas ao espaço doméstico, sob a justificativa dos cuidados familiares e das tarefas consideradas socialmente femininas. Inclusive, as inserções das mulheres no mercado de trabalho foram em espaços de trabalho inferiores aos homens, até mesmo com jornadas de trabalho e remunerações diferenciadas, quase sempre com o pressuposto de que a função social das mulheres estava relacionada ao cuidado. Várias foram as profissões consideradas predominantemente femininas: professoras, enfermeiras, nutricionistas, assistentes sociais, auxiliares e etc., estas profissões foram diretamente vinculadas ato de “cuidar”.

Direcionadas à gestão do capital simbólico das famílias, as mulheres são logicamente levadas a transportar este papel para dentro da empresa, onde se lhes pede quase sempre para coordenar as atividades de apresentação e de representação, de recepção e acolhida (aeromoça, recepcionista, anfitriã, guia turístico, atendente, recepcionista de congresso, acompanhante etc.), e também a gestão dos grandes rituais burocráticos que, tais como os rituais domésticos, contribuem para a manutenção e o aumento do capital social de relações e do capital simbólico da empresa. (BOURDIEU, 2012. p. 119).

Na lógica do capital que forma e reproduz desigualdades sociais, lógica de organização social fundada na submissão das mulheres às dimensões de gênero, reproduz funções especificadamente femininas ou masculinas visando atender não

só ao processo de normatização moral, mas em manter os padrões sociais culturais disseminados ao longo de séculos.

Assim, o trabalho considerado como “feminino”, deve aproximar das atividades supostamente femininas em casa, com a pretensa justificativa que a atividade laboral não pode nem deve perturbar aquelas que seriam suas responsabilidades na família.

Justamente porque o capitalismo se assenta sobre as relações sociais antagônicas, de indivíduos em concorrência, a dinâmica das classes reserva ao Estado o papel primordial de ofertar condições amplas de garantia das próprias relações de produção, não só no plano da infraestrutura, mas também da própria constituição ideológica. Assim o sistema educacional prepara, separa, direciona e instrumentaliza os indivíduos para funções correspondentes na divisão social do trabalho, alimentando a clivagem de classes. A família estabelece em seu seio a unidade primordial para a sustentação das mínimas condições existenciais do trabalhador, e, ainda, a geracional da própria força de trabalho. (MASCARO, 2013. p. 69).

Percebe que as mulheres, apesar de terem conquistado diversos espaços e direitos constitucionalmente, ainda enfrentam um modelo de sociedade que diferencia o indivíduo a partir do gênero, o que representa as marcas de um passado que amplamente desigual, em que as mulheres necessitarão enfrentar diversos desafios para consolidação de seus direitos.

Nas últimas décadas tem-se observado que as mulheres possuem maior qualificação educacional, se compararmos ao sexo masculino, porém perpetuam o modelo patriarcal de dominação e exploração, em que ainda há espaços profissionais que inferiorizam as mulheres, e as submetem a cargos em posição de submissão aos homens.

Constatamos então que, se as meninas têm melhores resultados do que os meninos no ensino primário e no ensino geral, o que as leva a serem maioria entre os que realizam o exame final do segundo grau (baccalauréat) e no ensino superior, mesmo assim continuam concentradas num pequeno número de áreas que em geral resultam em profissões que representam as formas socializadas de funções tradicionalmente atribuídas à mulheres dentro da família, como é o caso dos serviços, do comércio, da educação, da saúde, enquanto se mantêm as desigualdades de acesso às carreiras científicas e técnicas. (HIRATA, 2009. p. 81)

Outro fator importante que devemos considerar ao analisarmos as desigualdades reproduzidas pelo modelo patriarcal é que família ocupa um espaço privilegiado na manutenção do sistema de dominação, pois nas responsabilidades oriundas do processo familiar (maternidade, cuidados com a casa e etc.), favorecem

a descontinuidade escolar das mulheres, retardando sua inserção no mercado de trabalho, os dados do censo educacional de 2018 apontam que:

A EJA é composta predominantemente por alunos com menos de 30 anos, que representam 62,2% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os alunos do sexo masculino são maioria, representando 57,6% das matrículas. Contudo, observa-se que as matrículas acima de 30 anos são predominantemente compostas por estudantes do sexo feminino, representando 58,2% das matrículas. (INEP, 2019. p. 29).

Observa-se que as mulheres ainda se encontram em condições diferentes, e no que tange também a formação acadêmica as desigualdades das condições educacionais impostas às mulheres estão intrínsecas nas estruturas sociais patriarcais. Contrária a esta lógica, têm avançado no número de mulheres que enfrentam cotidianamente o desafio de conciliar família, educação e trabalho. Como é o caso da educação profissional:

A educação profissional é composta predominantemente por alunos com menos de 30 anos, que representam 78,4% das matrículas. Com exceção dos alunos com mais de 60 anos, para todas as outras faixas etárias existe uma predominância de matrículas de mulheres na educação profissional. A maior diferença observada entre os sexos. (INEP, 2019. p. 32).

As mulheres têm desafiado cotidianamente o sistema de dominação patriarcal, mas para isso enfrentado as mais diversas formas de violência: doméstica, psicológica e da ausência de políticas educacionais, que atendam as necessidades destas mulheres. Assim, é preciso pensar políticas que assumam coletivamente as necessidades familiares, liberam as mulheres para o trabalho e as permitam conciliar família e trabalho para que possam criar estratégias sustentáveis para a superação da pobreza. (Teixeira in Mioto, 2015).

A partir de 1990 houve um avanço da participação feminina em diversos espaços de representatividade social, dentre eles a política, porém ainda e um grupo restrito às mulheres inseridas nos movimentos sociais, e outras que de certa forma possuíam condições de estudo ou estavam envolvidas com as representações masculinas presentes na classe dominante. Conforme nos apresenta a análise de Bonetti in IPEA (2009):

A bancada feminina apresenta alguns traços mais marcantes. Predominam as mulheres em faixa etária que, em tese, estão livres das obrigações maternas, o que potencialmente lhes dá mais liberdade para a participação política. Além disso, são oriundas das camadas mais altas da população, lidas de alguma forma às oligarquias políticas do Norte e Nordeste do país, tendo suas carreiras políticas associadas às dos seus maridos. Hegemonicamente, tratam-se de mulheres com alto grau de estudo, com terceiro grau completo, com profissões definidas e atuantes nas suas áreas

de atuação na defesa dos direitos e interesses das Mulheres. (BONETTI in IPEA, 2009. p. 209).

O acesso a espaços de protagonismo feminino permanece ainda restrito às classes dominantes, representando assim um retardamento das condições de enfrentamento da pobreza. E, ainda com o crescente aumento da monoparentalidade feminina, responsabiliza mais uma vez as Mulheres as condições de perversidade para enfrentamento das condições de pobreza e desigualdades sociais, enfrentadas pelas famílias.

Apesar dos avanços nas políticas de proteção social brasileira, para o enfrentamento da pobreza, não se podem, entretanto, repassar a família, e nessa às mulheres, responsabilidades das quais não consigam assumir, ou mesmo sobrecarrega-lo e gerar dependência pública, impeditivas de acesso a outras proteções, geradoras de autonomia, como a educação e trabalho. Condições que provocam e fortalecem a diferença entre os gêneros feminino e masculino. (ZOLA in MIOTO, 2015. p.87).

Na via na escassez de políticas públicas eficazes para satisfação das necessidades básicas das famílias nas mais variadas formas de organização social, estas são obrigadas a inserirem nas mais diversas formas de subalternidade, em busca de condições mínimas de sobrevivência, seja por meio do trabalho informal, na moradia em condições indignas de habitabilidade, ou na sujeição as outras determinantes impostas pelo sistema desigual de dominação.

Analisando esta lógica mercadológica e patriarcalista o PROEJA, recebe jovens e adultos, em grande parte mulheres, que de alguma forma tiveram seus direitos cerceados na idade considerada ideal, e que por meio do PROEJA, encontram uma oportunidade para inserção profissional e de aumento das condições de formação acadêmica.

Em 2018, durante o Congresso Institucional Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás 2018, observando as nuances já apresentadas, no que tange a formação do PROEJA propôs a revisão do PDI, 2019-2023, em que tem como uma de suas funções o fortalecimento do compromisso com uma formação integral e integrada em seu Ensino Médio Técnico, tanto regular como na modalidade EJA, destinando a este no *mínimo 50% de suas vagas*, além de seu engajamento na melhoria da qualidade da escola pública brasileira, além da formação de professores. (IFG, 2019. p. 12).

## CAPITULO IV - ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Neste último capítulo, após a revisão bibliográfica apresentamos os resultados da pesquisa realizada. E, a partir dos resultados obtidos pretendemos não oferecer respostas conclusivas a tantas questões visíveis em nosso dia a dia, tais como: inferiorização das mulheres, redução da educação pública a uma visão mercadológica, enfraquecimento das relações de trabalho e tantas outras nuances que afetam diretamente as mulheres e a classe trabalhadora, mas sim, nossa intenção foi contribuir e provocar mais debates acerca do tema de modo a fortalecer a luta das mulheres, mães, estudantes.

E, ao final desta pesquisa levantamos elementos que, acreditamos que auxiliem no planejamento de ações que possam efetivar políticas de acesso, permanência e conclusão do itinerário acadêmico. Nossa intenção, também, foi de contribuir, a partir das discussões aqui travadas, para as formulações de políticas específicas possam incidir na redução das opressões relacionadas ao gênero. Ressalta-se que foram tomados os devidos cuidados éticos, com relação à instituição pesquisada<sup>5</sup> e dos participantes da pesquisa, conforme descrito no termo de livre consentimento esclarecido, apresentado aos participantes e envolvidos.

Este capítulo está dividido em três partes: a primeira consiste em uma breve análise do PPC, a fim de identificar se no planejamento do documento, em algum momento houve o planejamento de ações que norteiam ou direcionam ações no decorrer da jornada acadêmica ou posterior do curso que aborda com maior atenção a temática das mulheres, com intuito a favorecer a permanência das estudantes, evitando assim a descontinuidade acadêmica.

A segunda com base nas informações socioeconômicas das estudantes, obtidas por meio do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), alimentadas no módulo de assistência estudantil do IFG. A Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFG prevê que as/os estudantes matriculadas (os), devem anualmente responder o questionário socioeconômico. As informações cadastradas

---

<sup>5</sup> Foi apresentado o diretor geral do Câmpus (autoridade máxima, em cada unidade conforme prevê a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e Resolução GONSUP/IFG Nº 40, de 13 de dezembro de 2018), as informações a respeito da coleta de dados, utilizando as duas metodologias de pesquisa: Análise das informações contidas no módulo de assistência estudantil (SUAP) e aplicação de questionário estruturado.

podem ser atualizadas pela (o) estudante a qualquer tempo, desde que possua matrícula ativa na instituição. O questionário tem como finalidade de traçar o perfil da (o) estudante matriculado, bem como para tomada de decisões institucionais.

Conforme as informações extraídas no sistema institucional de registro de informações acadêmicas (Q-Acadêmico), em 15 de março de 2020, constavam matriculadas (os) no primeiro semestre de 2020, no curso técnico em enfermagem na modalidade EJA 225 *estudantes*. Os gráficos apresentados referem-se ao resultado das informações preenchidas pelas (os) estudantes no período de fevereiro a março de 2020, para fins desta pesquisa utilizamos as informações extraídas em 10 de junho de 2020, do SUAP/módulo de assistência estudantil IFG.

A terceira parte da pesquisa refere-se à análise dos dados obtidos pela aplicação do questionário estruturado. Inicialmente os questionários seriam aplicados, presencialmente, em dias previamente agendados pela coordenação do curso, com a devida autorização institucional, aos estudantes matriculados do 1º ao 8º semestre do curso técnico em enfermagem na modalidade EJA, de forma a abranger a maior quantidade de estudantes possíveis. Porém, em virtude da suspensão das atividades acadêmicas ainda em março de 2020, devido à crise na saúde pública em decorrência do COVID-19, não foi possível a aplicação presencial. Desta forma, alterou-se a metodologia de aplicação dos questionários, para meio online, por meio do formulário eletrônico, o que devido às dificuldades de acesso a internet por muitos estudantes, dificultou a obtenção dos dados.

#### **4.1 Análise do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) do Técnico em Enfermagem na modalidade – EJA**

O Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Enfermagem na modalidade EJA<sup>6</sup>, em vigência no IFG/Câmpus Águas Lindas, e a partir das necessidades, pós-implantação do curso, ocorrida em 2014, foi reestruturado e

---

<sup>6</sup> O projeto político pedagógico do curso técnico em Enfermagem na modalidade EJA do IFG, está disponível para consulta em: <<https://www.ifg.edu.br/attachments/article/689/PPC%20Tec%20em%20Enfermagem%20-%20IFG%20%C3%81guas%20Lindas.pdf>>.

aprovado em novembro de 2017. O curso possui carga horária total de 2.667 horas, e visa atender a necessidade de uma formação pública, gratuita a população residente no município. Conforme consta no PPC: “uma das funções primordiais do Campus Águas Lindas é ofertar educação pública de qualidade com vistas à formação de cidadãos autônomos, nos diferentes níveis e modalidades de ensino”. (IFG, PPC, 2017. p. 10).

Sabemos que a EJA atende um público majoritariamente de trabalhadores, que buscam qualificar-se para inserção/permanência no mercado de trabalho, e neste sentido a educação profissional técnica integrada ao ensino médio é um caminho que poderá possibilitar a satisfação de suas necessidades profissionais e individuais.

Nos últimos anos, o município de Águas Lindas aumentou consideravelmente sua população, o que exigiu o planejamento e execução de diversas Políticas Públicas, mas ainda representa escassez em algumas áreas, no âmbito da saúde, segundo dados do PMAD – CODEPLAN, 2015:

Na maioria dos municípios da Periferia Metropolitana de Brasília (PMB) prevalece forte dependência dos serviços públicos de saúde. Em Águas Lindas, quase 100% da população demanda os serviços de saúde pública para o atendimento de suas necessidades. Desse total, 49,8% utilizam serviços de saúde no próprio município, enquanto que 44,1% dão preferência ao uso dos equipamentos do DF. Entre os que recorrem à rede pública da Capital, 36,7% utilizam os hospitais e ou Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) localizados na Região Administrativa (RA) Brazlândia (CODEPLAN, 2015. p. 24).

A partir dos dados apresentados, inferimos que existe no município uma fragilidade do sistema de saúde pública, e que há necessidade da instalação de equipamentos públicos de saúde, bem como disponibilizar profissionais de saúde, pois se trata de um serviço essencial para o desenvolvimento humano e por consequência da localidade.

O Câmpus IFG/Águas Lindas, oferta semestralmente 30 vagas para o curso técnico nesta modalidade, por meio de processo seletivo, transferência ou reingresso, preferencialmente para pessoas a candidatos a partir de 18 anos de idade, com ensino fundamental completo (8ª série / 9º ano) e preferencialmente aqueles que não possuam ensino médio. (IFG, PPC, 2017. p. 14).

Durante o processo de formação educacional a (o) estudante, percorre um itinerário formativo entre: pesquisa, teoria e prática, que conforme descrito no PPC, ao final do curso almeja-se que a (o) estudante seja capaz:

Estabelecer processos educacionais que possibilitem a construção da autonomia intelectual e o pensamento crítico na perspectiva de compreender as demandas do mundo atual e promover mudanças quando necessárias ao estabelecimento do bem-estar econômico, social, ambiental e emocional do indivíduo e da sociedade;...

... Compreender que a concepção e a prática do trabalho relacionam-se e fundamentam-se, em última instância, à construção da cultura, do conhecimento, da tecnologia e da relação homem-natureza. (IFG, PPC, 2017. p. 15).

O modo de produção capitalista contraria e desafia os sistemas educacionais, pois modela o mercado de trabalho para atender as necessidades primordiais do capital, escamoteando as necessidades sociais, alienando e confundindo a classe trabalhadora de modo que estes também são objetificados pelo sistema de dominação do capital; especificadamente para o público da EJA, as necessidades satisfação das necessidades vitais, tais como alimentação, moradia, faz com que aceitem condições de trabalho precarizadas e subalternizadas.

O curso técnico em Enfermagem do IFG tem duração de 08 semestres, totalizando minimamente 04 anos de formação e no máximo 08 anos para integralização, do acesso até a conclusão do percurso formativo. Conforme os regulamentos institucionais. Para aprovação é exigido cumprimento de 75% de frequência e média igual ou superior a 6,0, em cada disciplina, o que para muitos dos estudantes, que necessitam trabalhar, pode significar um desafio diário, principalmente para conciliar: estudos, trabalho, família e outros.

A LDB determina que as instituições de ensino, devem considerar as particularidades da EJA, assim identificamos que o PPC do curso, algumas ações que contribuem para que o estudante conclua seu percurso acadêmico:

Os alunos regularmente matriculados no Curso Técnico em Enfermagem poderão solicitar ao Departamento de Áreas Acadêmicas do Câmpus Águas Lindas, em data estabelecida no Calendário Acadêmico da Instituição, o aproveitamento de conhecimentos obtidos em cursos regulares da educação profissional ou em outra modalidade de ensino profissional, ao longo do curso, bem como as práticas profissionais no ambiente de trabalho. Essas experiências anteriores poderão ser requeridas para efeito de integralização das horas de atividades complementares, observadas as normas constantes da legislação em vigor e os respectivos regulamentos. (IFG, PPC, 2017. p. 26).

No que tange ao desenvolvimento de estratégias para permanência de êxito dos estudantes, alguns fatores são apontados e convergem com os dados apresentados pela CODEPLAN, 2015, o que significa que a deficiência na execução de políticas públicas contribui diretamente para a descontinuidade acadêmica.

Abaixo, apresentamos alguns fatores apontados pelos estudantes, nos anos de 2015 e 2018, como contribuintes para descontinuidade “evasão” acadêmica:

**Quadro 1 - Fatores contribuintes para descontinuidade acadêmica, IFG Águas Lindas (2015 e 2018).**

Ano	Fatores individuais	Causas	Medidas de intervenção
2015	Incompatibilidade trabalho/estudo	Falta de tempo para dedicação aos estudos.	Sensibilização quanto à importância da organização dos estudos, a partir da lógica do mundo do trabalho.
	Violência doméstica	Cônjuge que proíbe a participação em atividades do curso e/ou continuidade do curso.	Realização de eventos no câmpus, que possam oportunizar espaços e momentos de discussão sobre o enfrentamento da violência doméstica e do empoderamento feminino. Sensibilização sobre a importância dos estudos para a formação humana, bem como a necessidade do estabelecimento de parcerias familiares para o fortalecimento das relações sociais e humanas.
2018	Falta de policiamento externo às cercanias do Câmpus	-	Foi realizado pela Gerência de Administração contato junto à Polícia Militar para intensificar a segurança ao redor do Câmpus.
	Falta de transporte público	-	Produção e entrega de abaixo-assinado, cobrando providências da Prefeitura Municipal para a disponibilização de duas linhas de ônibus que possam melhor atender aos estudantes.
	Violência doméstica: cônjuge que proíbe a participação em	-	Realização de eventos no Câmpus, que possam oportunizar espaços e momentos de discussão sobre o enfrentamento da violência doméstica e do empoderamento feminino. Sensibilização diuturna sobre a

atividades do curso e/ou continuidade do curso		importância dos estudos para a formação humana, bem como a necessidade do estabelecimento de parcerias familiares para o fortalecimento das relações sociais e humanas.
Gravidez e falta de planejamento familiar	-	Promoção de atividades relacionadas à educação sexual.
Incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências da família	-	Palestras para a comunidade acadêmica para esclarecer a natureza e Funcionamento dos cursos.

**Fonte:** Quadro construído pela autora, a partir do com os dados obtidos no PPC do curso e Relatório Geral de Acompanhamento do Plano de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFG (2015 e 2018) – Campus Águas Lindas<sup>7</sup>.

Os dados do Quadro 1 apresentam os resultados do acompanhamento da permanência e êxito, realizado pelo Câmpus no período de 2015 e 2018, com o relato das experiências dos estudantes matriculados, de todos os cursos. Foram avaliados os fatores individuais, que contribuem para a descontinuidade acadêmica.

É possível observar que são fatores que persistem ao longo dos anos e muitos deles são diretamente ligados à fragilidade das políticas públicas, sendo muitas diretamente voltadas às mulheres, o que afirma que mais uma vez a perpetuação do patriarcado, machismo de uma sociedade que desvaloriza e responsabiliza as mulheres, isentando o Estado das responsabilidades do planejamento e execução de políticas eficazes, que garantam o mínimo de cidadania as mulheres, isto resulta em maiores desafios para que as mulheres e a sociedade em geral rompa com as velhas marcas do passado.

É importante ressaltar que mesmo com estas dificuldades houve uma redução na descontinuidade acadêmica e que, se comparado aos 13 câmpus do IFG as

---

<sup>7</sup> Relatório Geral de Acompanhamento do Plano de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFG – Câmpus Águas Lindas, disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/attachments/article/98/Relato%CC%81rio%20Permane%CC%82ncia%20e%20E%CC%82xito%20-%20AGUAS%20LINDAS%202019.pdf>>

ações realizadas para a permanência e êxito no Câmpus Águas Lindas, têm demonstrado resultados positivos. Segundo os dados do relatório de permanência e êxito em 2017 haviam 195 estudantes matriculadas no curso e foi constatada uma evasão de 16,3%, o que demonstra um esforço por parte das estudantes e preocupação institucional para a redução da evasão. (IFG, 2018).

Historicamente o curso Técnico em enfermagem carrega a marca de uma profissão majoritariamente feminina, pois sempre foi considerada uma profissão que exigia “cuidados”, função social definida para as Mulheres, no âmbito do patriarcado o d auxiliar ao médico – homem. Em pesquisa apresentada pelo Conselho Federal de Enfermagem, em 2013, apontou que 84,7% dos profissionais auxiliares e técnicos de enfermagem são do sexo feminino.

Sendo o curso técnico de enfermagem majoritariamente formado por um público feminino e face ao constante aumento da violência praticada contra as mulheres, se faz necessário que também as instituições públicas, sobre tudo o sistema educacional proponha ações que visem à construção de autonomia das mulheres.

Na análise do PPC do curso técnico não foi possível identificar ações específicas voltadas à proteção das mulheres. Porém, no relatório geral de acompanhamento do plano de permanência e êxito dos estudantes do câmpus foi possível identificar ações estratégicas voltadas à redução da evasão, que de forma indireta contempla a temática.

#### **4.2 Análise dos dados socioeconômicos - SUAP/IFG – módulo de assistência estudantil**

Os dados apresentados foram retirados do SUAP/IFG - módulo de assistência estudantil no dia 10 de junho de 2020, e refere-se às informações socioeconômicas dos estudantes, preenchidas e atualizadas no início de cada semestre letivo.

O sistema informatizado foi implementado em 2018, e objetivou conhecer melhor o perfil dos estudantes matriculado na instituição, com vistas ao desenvolvimento e planejamento de ações que pudessem subsidiar a distribuição de recursos orçamentários provenientes do Programa Nacional de Assistência

Estudantil (PNAES), instituído por meio do decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, que tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Ressalta-se que os Institutos Federais de Educação, são instituições públicas mantidas com recursos federais, e as ações executadas pela assistência estudantil, atende aos requisitos deste decreto, bem como as PAE, implementadas por cada instituição de ensino.

“Art. 2º – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação... Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente”. (BRASIL, 2010).

A EJA atende prioritariamente estudantes trabalhadores, inseridos em diversos espaços de trabalho. São trabalhadores, que em algum momento da vida tiveram seu direito a educação negado, e diante das necessidades de suprir suas necessidades básicas, são obrigados a trocarem a sala de aula por um espaço no mercado de trabalho.

### Gráfico 1 - Situação de Trabalho dos estudantes



Fonte: SUAP/IFG – Módulo de Assistência Estudantil, 2020.

O gráfico 1, apresenta as condições de trabalho das estudantes matriculadas no curso técnico em enfermagem do IFG câmpus Águas Lindas na modalidade PROEJA, 185 estudantes responderam às perguntas formuladas. Observamos que, as informações com maior prevalência são: 56,22% não estão trabalhando; 16,22% são empregados de empresas privadas, e que 14,05% são trabalhadores informais.

Sabemos que o mercado trabalho é exigente, e seleciona seus trabalhadores, mediante capacitação educação e formativa, de modo a atender as necessidades do mercado. Mas, sabemos também a capacitação não é, o elemento que garante o acesso a condições dignas de trabalho, mas que abre portas e permite mínimas condições de acesso ao mundo do trabalho. Mais de 50% dos estudantes estão fora do mercado de trabalho formal ou não consideram seu atual meio de contribuição de renda como trabalho, o que nos leva a compreensão que a volta à sala de aula foi um primeiro passo para a capacitação necessária para serem aceitos no mercado de trabalho.

## Gráfico 2 – Situação dos contribuintes da renda familiar



**Fonte:** SUAP/IFG – Módulo de Assistência Estudantil, 2020.

O gráfico 2, representa a situação dos contribuintes da renda familiar, 218 estudantes responderam à pergunta. Sendo que prevalecem os seguintes dados: 34,22% das estudantes são as principais contribuintes da renda familiar; 27,23% estudantes responderam que o cônjuge é o principal contribuinte familiar, seguido de

12,21% em que a mãe é a principal contribuinte da renda familiar.

Comprando os dados do gráfico 1 e 2, é possível afirmar que estes estudantes enfrentam desafios no que tange a garantia de renda pois em suma, são eles os principais contribuintes para a renda da família, conforme apresenta também o gráfico 3.

### Gráfico 3 - Situação do responsável financeiro



**Fonte:** SUAP/IFG – Módulo de Assistência Estudantil, 2020.

O gráfico 3, a demonstra situação do principal responsável financeiro. Responderam à pergunta 185 estudantes. O gráfico demonstra que: 44,32% das estudantes são as principais responsáveis pela manutenção de suas casas, seguidos de 27,57% das estudantes dependes dos seus cônjuges para suprir as necessidades básicas da família. Esta informação revela mais uma vez que as estudantes matriculadas procuram um curso para qualificar-se. E, busca uma formação que possibilite mudança no padrão de renda da família. Depreende-se que, grande parte dessas famílias se encontra em situação de escassez de recursos para suprirem necessidades mínimas.

#### Gráfico 4 - Situação de trabalho do responsável financeiro familiar



Fonte: SUAP/IFG – Módulo de Assistência Estudantil, 2020.

Quanto à situação de trabalho do responsável financeiro familiar, 185 estudantes responderam à pergunta. E, reforçando a afirmação do gráfico 3, no gráfico 4, é possível identificar a situação de trabalho dos estudantes. Predominou-se os seguintes resultados: 30,81% dos estudantes são *trabalhadores autônomos*; 29,73% das estudantes declararam *não está trabalhando*; 25,95% trabalham em empresas privadas.

Compreendemos que, grande parte dos estudantes compõem as estatísticas de trabalhadores inseridos no mercado informal com renda incerta, ou ainda em busca de uma colocação profissional. Assim, seu direito mais vital – alimentação, violado pela insuficiência de renda.

A incerteza na garantia de renda se dá prioritariamente pela ausência de escolaridade mínima exigida para acesso a algumas funções de trabalho. Anda hoje, na era da informatização, 31 anos após o marco da cidadania brasileira - a Constituição Federal - muitos brasileiros não conseguem sequer concluir o ensino médio, que em regra deveriam concluir aos 17 anos de idade, como podemos observar no gráfico a seguir:

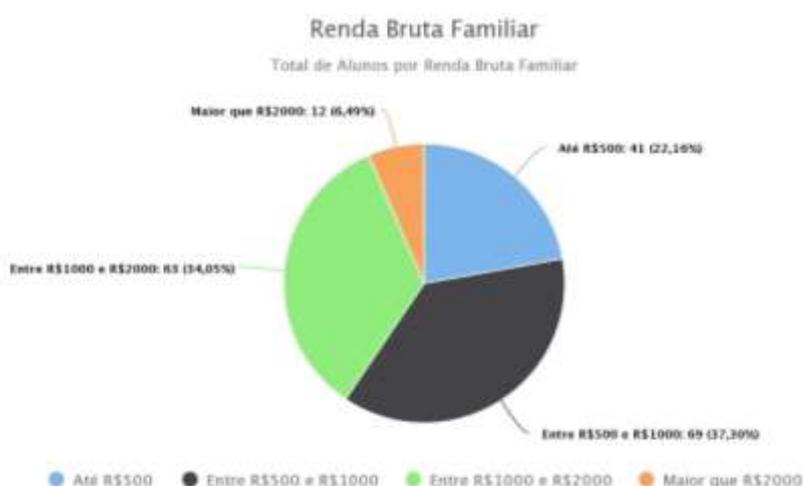
### Gráfico 5 - Situação de escolaridade do responsável financeiro familiar



**Fonte:** SUAP/IFG – Módulo de Assistência Estudantil, 2020.

O gráfico 5 apresenta os resultados obtidos a respeito do nível de escolaridade do principal responsável financeiro familiar. Responderam à pergunta 185 estudantes. Há diversas configurações, mas no geral: 32,43% dos estudantes possuem somente o ensino fundamental completo; 22,16% possuem ensino médio completo e; 14,05% possuem o ensino médio incompleto. A ausência de escolaridade é uma justificativa utilizada pelas empresas para flexibilizarem as relações de trabalho ou ainda para argumentar o pagamento de baixos salários, bem como da não empregabilidade, pois estes jovens e adultos não atendem as demandas do mercado.

### Gráfico 6 - Situação da renda bruta familiar



**Fonte:** SUAP/IFG – Módulo de Assistência Estudantil, 2020.

Em 2020 o salário mínimo no Brasil foi reajustado para R\$ 1.045,00. Sabemos também que acompanhando o reajuste salarial ocorre o reajuste da alimentação, transporte dentre outros. Mas, sabemos também que o salário mínimo é um dos elementos que acompanham o trabalho formal. E com a reforma trabalhista, ocorrida nos últimos anos, houve também a flexibilização dos salários, ocasionando a redução de renda das famílias. Com isto, muitas dessas famílias sequer possuem renda fixa mensal de um salário mínimo.

No gráfico 6 - responderam à pergunta o total de 185 estudantes, sendo que: 37,30% dos estudantes informaram que possuem renda bruta familiar mensal entre R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00; 34,05% possuem renda mensal entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00; e 22,14% responderam que possuem renda mensal bruta de até R\$ 500,00.

Com isto, percebemos que estes estudantes e suas famílias, em regra estão em situação limite de sobrevivência, pois, em suma, dependem quase que exclusivamente da efetivação das políticas públicas (saúde, educação, transporte coletivo, programas assistenciais), para garantirem os mínimos sociais.

### Gráfico 7 - Situação da renda per capita familiar



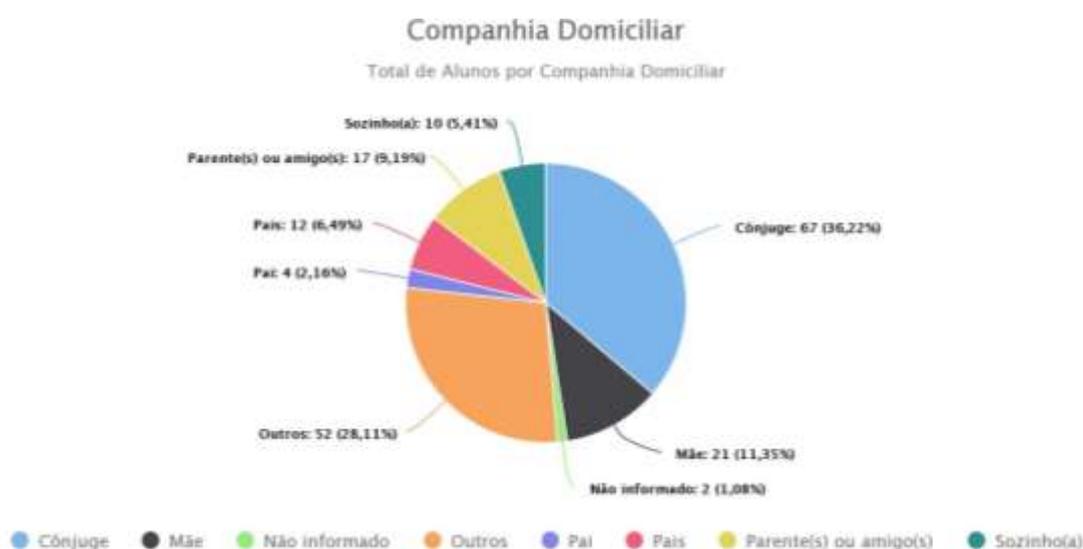
Fonte: SUAP/IFG – Módulo de Assistência Estudantil, 2020.

No gráfico 7, responderam à pergunta 185 estudantes, sendo que: 91,89% dos estudantes e suas famílias vivem com até 1/2 salário mínimo per capita por mês; e que 7,3% vivem com renda mensal, per capita entre 1/2 e 1 salário mínimo.

Ao analisarmos os dados apresentados nos gráficos 6 e 7, e na órbita da garantia de direitos, estes estudantes e suas famílias convivem diariamente com a violação de seus direitos mais básicos, conforme citado no artigo 6º CF: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da constituição.” (Brasil, 1988).

Estes estudantes, conforme já apresentado são os responsáveis pela manutenção de suas famílias, as quais incidem também sobre eles a responsabilização pelos cuidados das mais vulneráveis: crianças, idosos, deficientes, potencializando ainda mais a situação risco social.

### Gráfico 8 - Situação da companhia domiciliar



**Fonte:** SUAP/IFG – Módulo de Assistência Estudantil, 2020.

Observamos, no gráfico 8, que grande parte das estudantes residem com familiares, em sua maioria 28,11% residem com filhos/enteados; 36,22% residem com cônjuge; e que somente 5,41% residem sozinhos. A situação de violação de direitos, em razão das restrições de renda presentes na família/domicílio a que, acomete as estudantes também acomete seus familiares, pois estão nas mesmas condições de violência. A situação de pobreza e desigualdade reflete também nas condições de acesso, a outras dimensões da vida social, que por vezes é negado a esta população.

### Gráfico 9 - Número de Pessoas por domicílio

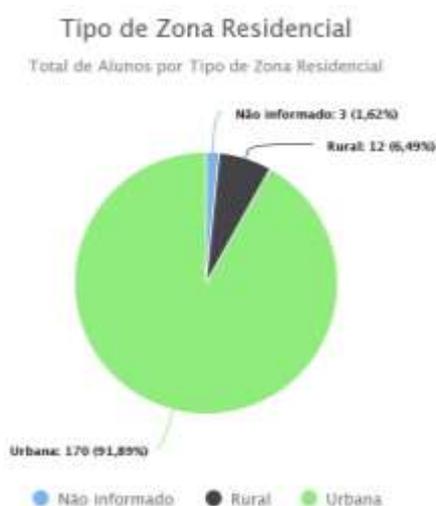


Fonte: SUAP/IFG – Módulo de Assistência Estudantil, 2020.

No que tange ao número de pessoas que compõem o grupo familiar, responderam à pergunta 185 estudantes. E, de acordo com o gráfico 9, obtivemos o seguinte resultado: em média cada núcleo familiar é composto por 04 pessoas (32,40%); 20% dos estudantes residem em domicílios com 03 pessoas; 18,35% residem com 05 pessoas; e somente 2,7% residem sozinhos.

No que tange ao tipo de residência, grande parte dos estudantes residem próximo ao câmpus, mas dependem que transporte coletivo como meio de locomoção de sua residência para o câmpus.

### Gráfico 10 - Tipo de residência



Fonte: SUAP/IFG – Módulo de Assistência Estudantil, 2020.

Na pesquisa (Gráfico 10), 185 estudantes responderam a pergunta. Predominando com tipo de residência, imóveis localizados na área urbana, sendo 91,89% dos estudantes; somente 6,4%, dos estudantes, residem em área rural e 1,62% não informaram o tipo de residência. A incidência de famílias que residem em área urbana, expressa a grande necessidade de investimento em políticas de saneamento básico, implantação de equipamentos públicos que permitam que estas famílias tenham condições adequadas de habitabilidade.

**Gráfico 11 - Tipo de Imóvel**

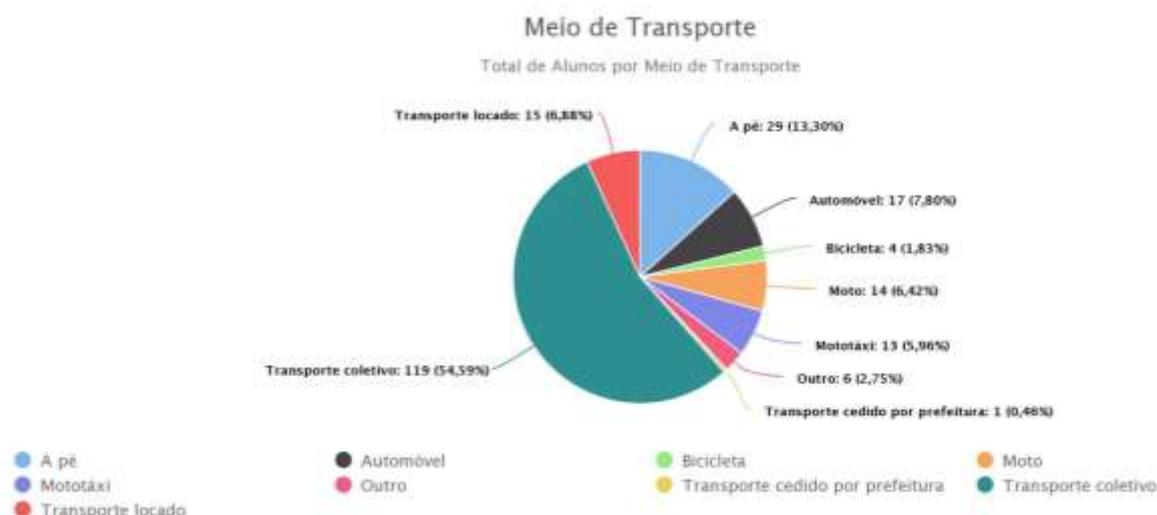


**Fonte:** SUAP/IFG – Módulo de Assistência Estudantil, 2020.

Quanto ao tipo de imóvel 34,59% responderam residir em casa própria; 27,3% residem em imóvel cedido, 22,16% residem em imóvel alugado. No geral este tipo de residência expressa à situação de grande parte da população brasileira, em que as condições de habitação, também refletem a grande desigualdade social existente entre as classes sociais.

Mesmo residindo em área urbana, grande parte dos estudantes dependem exclusivamente do serviço de transporte público, como meio de locomoção de casa/escola. O gráfico 12, é possível identificar esta predominância: 54,59% das estudantes utilizam o transporte público para realização do trajeto; em segundo lugar 29% realiza este trajeto a pé. Mas para ambas as situações, requer do Estado à implementação das políticas de segurança pública, iluminação adequada, transporte adequado, pontos de ônibus seguros.

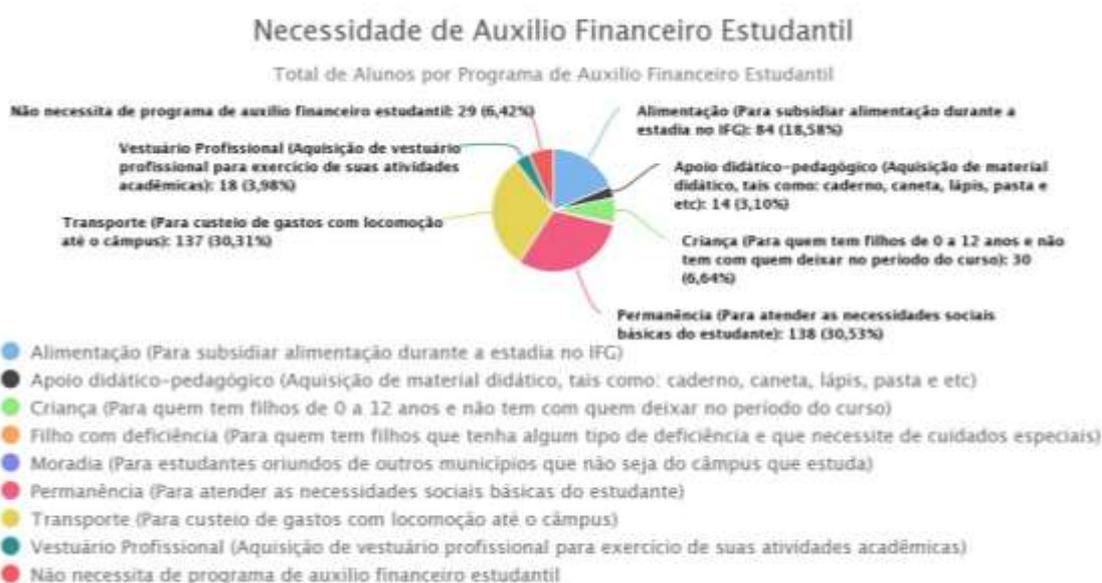
## Gráfico 12 - Meios de locomoção



Fonte: SUAP/IFG – Módulo de Assistência Estudantil, 2020.

Diante do cenário de fragilização de renda familiar e escassez de Políticas Públicas, e como forma de prevenir a descontinuidade escolar, as instituições de ensino executam programas (conforme o decreto Nº 7.234/2010), que auxiliam o estudante em seu trajeto formativo, sobretudo dos estudantes mais vulneráveis.

## Gráfico 133 – Necessidade de auxílio financeiro estudantil

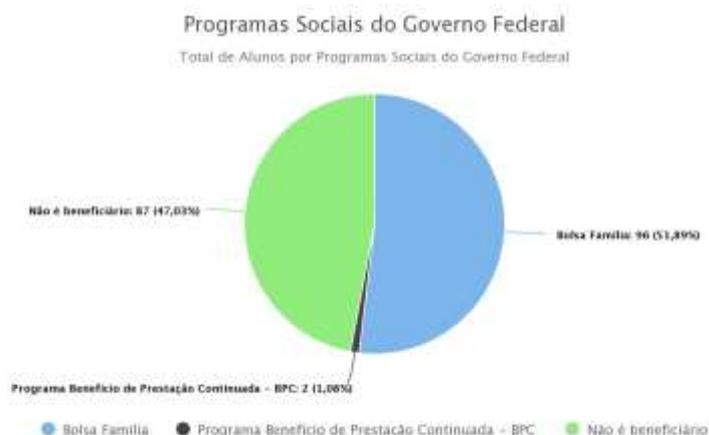


Fonte: SUAP/IFG – Módulo de Assistência Estudantil, 2020.

O gráfico 13, demonstra a demanda dos estudantes no que tange a necessidade dos auxílios financeiros estudantis, como forma de complementação da renda. Predominou-se a necessidade pelo auxílio transporte, sendo 30,31% das estudantes e pelo auxílio permanência 30,53% das estudantes. Seguido de 18,58% que demandam auxílio alimentação e 6,64% que demandam o auxílio criança (auxílio que visa cuidado com os filhos das estudantes que no período de aula não possui outro responsável para ficar com a criança de 0 a 12 anos). Somente 6,42% responderam não necessitar de nenhum auxílio ofertado.

Percebe-se que a maioria das estudantes, demandam alguma modalidade auxílio financeiro estudantil isto, é o resultado da fragilidade na composição da renda familiar, de dificuldade de acesso, permanência ou insuficiência de renda no mundo do trabalho e da escassez das Políticas Públicas insuficientes para a população demandante. Tais elementos impactam também, na demanda por Programas de Transferência de Renda, conforme apresenta o gráfico abaixo.

#### Gráfico 14 - Programas Sociais do Governo Federal



**Fonte:** SUAP/IFG – Módulo de Assistência Estudantil, 2020.

A fragilização da renda e a confirmação das situações de vulnerabilidade podem ser observadas no gráfico 14, em que 51,89% dos estudantes responderam que estão inseridos em algum programa de transferência de renda do governo.

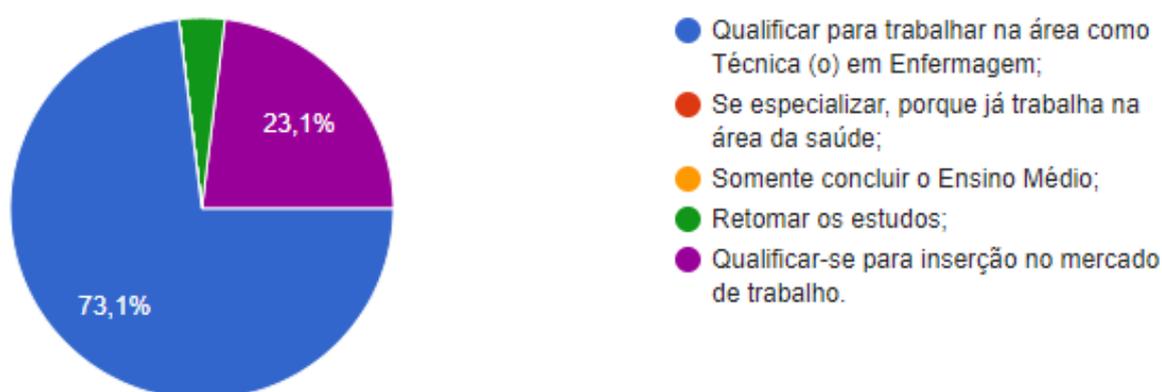
### 4.3 Análise da pesquisa aplicada

O questionário foi aplicado no período de 01 a 20 de junho de 2020, por meio eletrônico, para as estudantes matriculadas do 1º ao 8º semestre do curso técnico em enfermagem na modalidade EJA do IFG Câmpus Águas Lindas. Ressalta-se que muitas estudantes não possuem acesso ou facilidade de manuseio com informática, o que prejudicou a obtenção dos dados. Ao total responderam à pesquisa 26 *estudantes* de um universo de 225 *estudantes* matriculadas e selecionadas pela pesquisa.

No que tange ao sexo: 84,6% são do sexo feminino e 15,4% são do sexo masculino, o que representa que As perguntas objetivaram compreender os possíveis motivos que levam as estudantes a interromperem seu percurso acadêmico, tendo em vista que o curso é ofertado em uma Instituição Pública e na cidade de domicílio das estudantes.

Perguntamos às estudantes qual era seu maior objetivo em cursar Técnico Integrado em Enfermagem na modalidade EJA - 73,1% das estudantes responderam que seu o maior objetivo era “qualificar-se para trabalhar na área como Técnica em Enfermagem”; 23,1% das estudantes responderam que seu objetivo era “qualificar-se para inserção no mercado de trabalho”.

**Gráfico 15 - Objetivo em fazer o curso técnico**



**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir da pesquisa aplicada às estudantes do curso técnico em Enfermagem, IFG/Câmpus Águas Lindas.

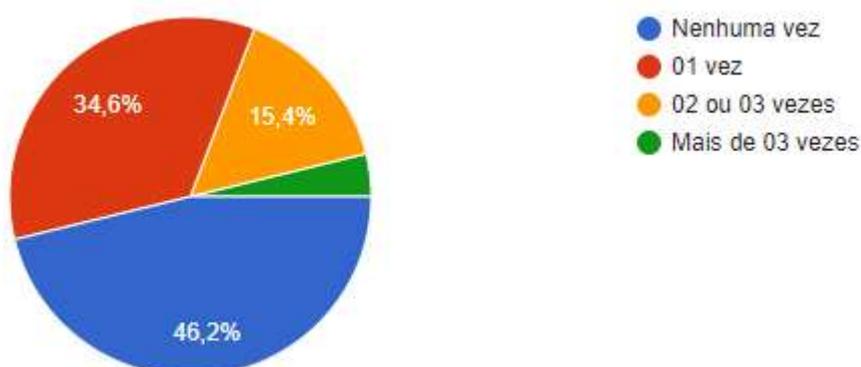
Os estudantes da EJA são em sua maioria formados por trabalhadores, que

não concluíram seus estudos na idade adequada, de acordo a legislação vigente. Conforme apresentado no gráfico 15, podemos compreender que maior parte das estudantes buscam qualificar-se para exercer uma profissão socialmente reconhecida e com certificação educacional e renda regular, de modo a suprir suas necessidades.

Organizar o tempo para o trabalho, o estudo e a família é um desafio para o público da EJA, que no geral é formado por trabalhadores nas mais variadas funções com longa jornada diária de trabalho, que utilizam transporte público para sua locomoção, que trabalham longe de sua residência ou em outra localidade. E, tratando-se das mulheres, ainda precisam conciliar os afazeres domésticos, cuidados com os filhos e a manutenção da família, ocasionando uma sobrecarga de trabalho.

Questionamos as estudantes quantas vezes já pensaram em desistir do curso: 46,2% responderam que nenhuma vez e 34,6% já pensou em desistir do curso ao menos uma vez. Conforme apresentado no gráfico 16:

**Gráfico 16 - Quantas vezes pensou em desistir do curso**

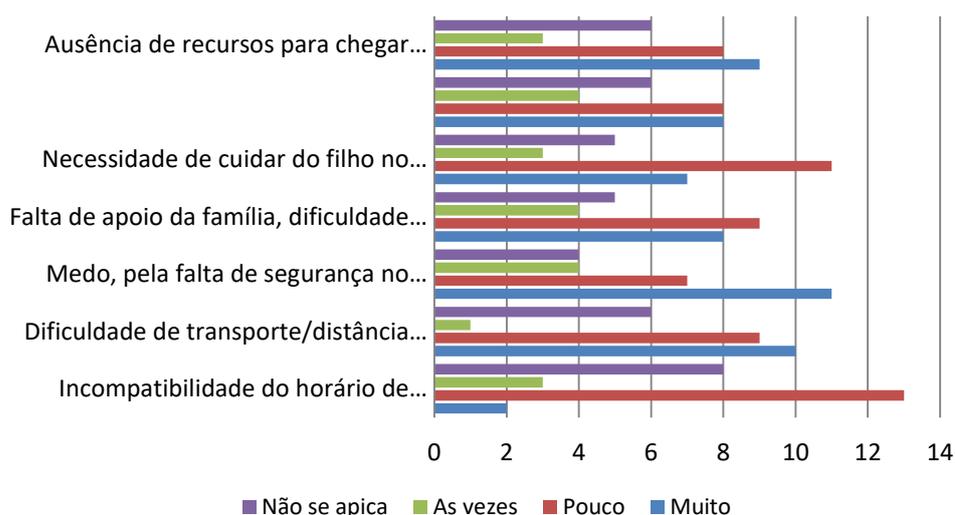


**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir da pesquisa aplicada às estudantes do curso técnico em Enfermagem, IFG/Câmpus Águas Lindas.

Podemos observar que, mesmo diante de um contexto de sobrecarga de funções, impostas as estudantes por uma sociedade que patriarcal, estas mulheres permanecem desafiando a sociedade, buscando alternativas de mudança social, qualificando-se para o mercado de trabalho.

Ao perguntarmos a respeito dos fatores que as levaram a pensar em desistir do curso, numa escala de muito, pouco, às vezes ou não se aplica. A pesquisa obteve o seguinte resultado, conforme demonstrado no gráfico 17: 20% das estudantes responderam que o fator que mais corrobora para sua intenção em desistir do curso é o medo no trajeto de casa ao câmpus; 18% responderam que a e dificuldade de transporte e 16% responderam a ausência de recursos para chegar à instituição; seguido de 15% que responderam que possuem receio em não conseguir concluir as disciplinas; 13% necessidade de cuidar dos filhos no horário das aulas; 14% responderam que a falta de apoio familiar, como fator que menos afeta aparece à incompatibilidade de horário do trabalho com as aulas.

**Gráfico 17 - Fatores que motivaram a pensar em desistir do curso**



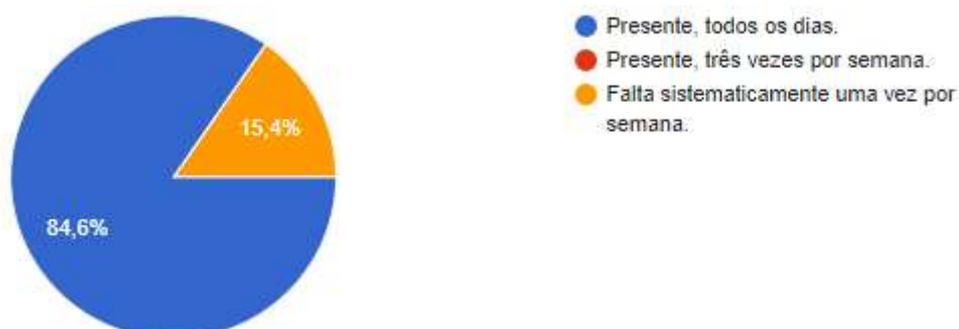
**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir da pesquisa aplicada às estudantes do curso técnico em Enfermagem, IFG/Câmpus Águas Lindas.

Os resultados demonstram que os fatores relacionados à opressão de gênero, medo de locomoção, medo da violência, impactam diretamente, na permanência das estudantes em sala de aula. Os resultados refletem antigos problemas, oriundos de uma sociedade escravocrata, machista, patriarcal na qual a inexistência/ineficiência de Políticas Públicas assombram cotidianamente as

mulheres contribuindo para a manutenção da ordem social vigente, em que a classe dominante detém recursos e meios para perpetuar e naturalizar as situações de violência.

Mesmo diante do medo e da incerteza, ao perguntarmos a respeito da assiduidade das estudantes nas aulas 84,6% responderam estar presente todos os dias nas aulas, que são ofertadas de segunda a sexta-feira, das 19h às 22h, o que mais uma vez reflete que a necessidade de formação profissional se sobrepõe aos desafios da insegurança que estas mulheres enfrentam. E que, mesmo diante da insegurança arriscam cotidianamente suas vidas em busca de alternativas possíveis para mudança.

### Gráfico 18 - Quanto à assiduidade nas aulas



**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir da pesquisa aplicada às estudantes do curso técnico em Enfermagem, IFG/Câmpus Águas Lindas.

Os estudantes da EJA, sua maioria mulheres, não enfrentam somente o desafio de qualificar-se para o mercado de trabalho, enfrentam também largas jornadas de trabalho e necessitam conciliar o tempo diário para dedicar-se aos estudos.

Ao serem perguntadas a respeito dos motivos que levam as ausências nas aulas, obtivemos o seguinte resultado: 28% das estudantes reafirmam que a distância entre a unidade de ensino e a residência; 26% relatam a sensação de insegurança ou ausência de transporte para locomoção no trajeto e ida/volta é fator que mais impactam sua assiduidade nas aulas; 23% das estudantes relatam a

ausência de recursos para locomoção chegar ao câmpus; 14% relatam a falta de apoio da família cuidados com os filhos e responsabilidades familiares, 09% relataram a incompatibilidade de conciliar horários trabalho e estudo.

**Gráfico 19 - Dos motivos que levam as estudantes à ausências nas aulas**



**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir da pesquisa aplicada às estudantes do curso técnico em Enfermagem, IFG/Câmpus Águas Lindas.

No gráfico 19, é possível identificar que as falhas de cobertura das Políticas Públicas voltadas para as populações mais vulneráveis, refletem diretamente na vida das pessoas, sobretudo para aquelas que dependem exclusivamente destes serviços tais como transporte, segurança. É interessante citar que conforme respondido pelas estudantes, a insuficiência de renda demonstra que grande parte destas estudantes não estão inseridas no mercado formal de trabalho, e que suas necessidades ultrapassam a demanda por recursos destinados à locomoção dessas mulheres do domicílio para a instituição. É possível depreender, também a prevalência de outras vulnerabilidades em aspectos fundamentais para a vida, alimentação, habitação.

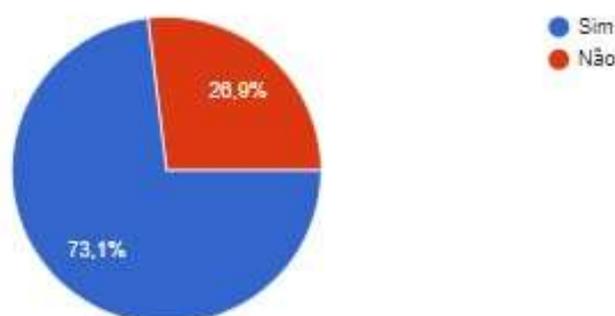
A formação acadêmica com vistas à inserção no mercado de trabalho minimamente abre horizontes, necessários para a manutenção da família e a mínima garantia de uma renda se sobrepõem as demais necessidades. Isto reflete as condições de trabalho a que a classe trabalhadora está inserida.

No tocante ao curso técnico em enfermagem, a certificação é uma

condicionante para que o profissional exerça sua profissão, e não há uma certificação parcial, assim os estudantes ao acessarem o curso técnico necessitam minimamente uma dedicação de 04 anos. São estudantes, trabalhadores que possuem necessidades básicas imediatas e que durante seu percurso formativo necessitam buscar meios de trabalho que possam nutrir suas necessidades.

Perguntamos às estudantes se elas já trabalharam em outras áreas e 73,1% das estudantes responderam que sim, conforme demonstrado no gráfico 20:

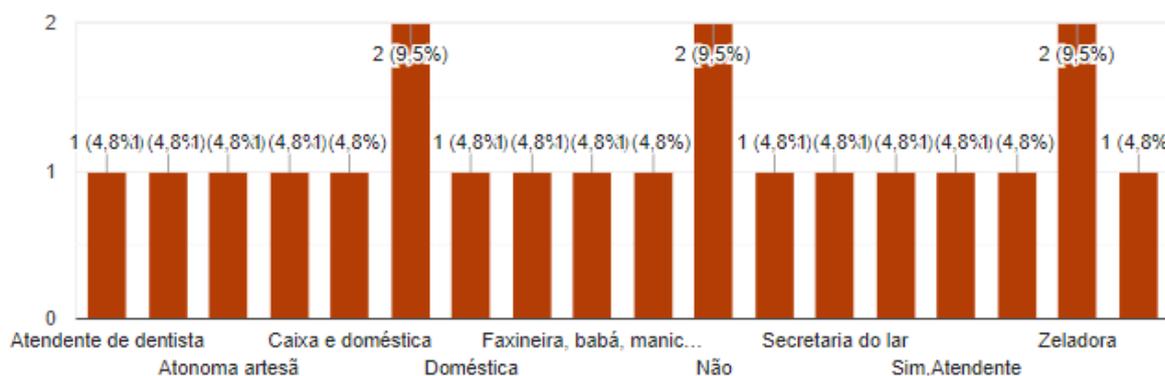
**Gráfico 20 - Outras profissões exercidas pela estudante**



**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir da pesquisa aplicada às estudantes do curso técnico em Enfermagem, IFG/Câmpus Águas Lindas.

Para este público, o trabalho é o foco central para suas ações. Para muitas dessas estudantes, o direito à escolha de uma profissão foi negado. As exigências impostas pelo mundo do trabalho, não dialogam com as condições pobreza e desigualdade nas quais muitas estudantes da EJA estão inseridas. Perguntamos as estudantes, em quais profissões já trabalharam, e obtivemos o seguinte resultado:

## Gráfico 21 - Relação de profissões já exercida pela estudante

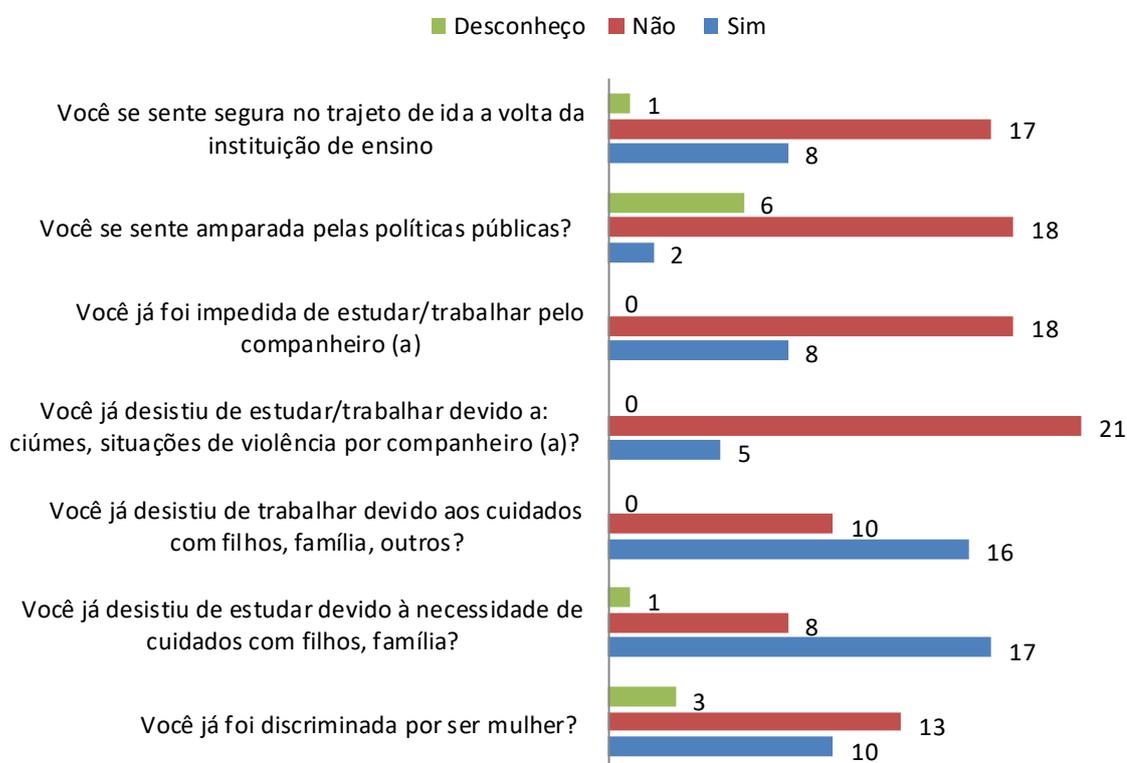


**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir da pesquisa aplicada às estudantes do curso técnico em Enfermagem, IFG/Câmpus Águas Lindas.

É possível observar que as profissões relacionadas aos “cuidados”, aparecem com maior frequência, sendo um elemento essencial para afirmarmos que ainda recaem sobre as mulheres as funções socialmente definidas como “femininas”: babá, auxiliar, faxineira, secretária do lar e outras. Isto é fruto de uma sociedade fundamentada sobre os alicerces patriarcais, e que ainda inferiorizam as mulheres. Para além da formação educacional e de trabalho, as mulheres são penalizadas com trabalhos mal remunerados e como poucas alternativas de mudança.

Com relação ao gênero, perguntamos às estudantes por situações que se relacionam com várias dificuldades enfrentadas por elas cotidianamente. Tais como: você já foi discriminada por serem mulheres? Você já desistiu de estudar devido à necessidade de cuidados com filhos, família? Você já desistiu de trabalhar devido aos cuidados com filhos, família, outros? Você já desistiu de estudar/trabalhar devido a: ciúmes, situações de violência por companheiro (a)? Você se sente amparada pelas políticas públicas? Você se sente segura no trajeto de ida a volta da instituição de ensino, e obtivemos o seguinte resultado:

## Gráfico 22 - Quanto às questões relacionadas ao gênero



**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir da pesquisa aplicada às estudantes do curso técnico em Enfermagem, IFG/Câmpus Águas Lindas.

A partir dos dados apresentados no gráfico 22, foi possível identificar que a opressão de gênero, oriunda do patriarcado histórico ainda é um fenômeno que condiciona e responsabiliza as mulheres a situações de violência. A violência atinge mulheres de distintas classes sociais, raças, mas quando se lança o olhar mais direcionado, percebemos que a maioria ainda é oriunda das camadas urbanas de baixa renda.

Estas mulheres estão em condições de violação de direitos as quais diariamente convivem com as marcas da sociedade patriarcal, sem por vezes responsabilizadas por sua condição social, sendo ainda as grandes responsáveis por suas famílias. Na pesquisa aplicada, das 26 alunas que a responderam, 16 estudantes disseram que em algum momento já deixaram de trabalhar devido às necessidades de cuidados com os filhos/família e 17 já desistiram de estudar por este mesmo motivo. Essas duas respostas permite-nos inferir que a única opção dada a muitas mulheres é aquela em que a proteção da família está em primeiro

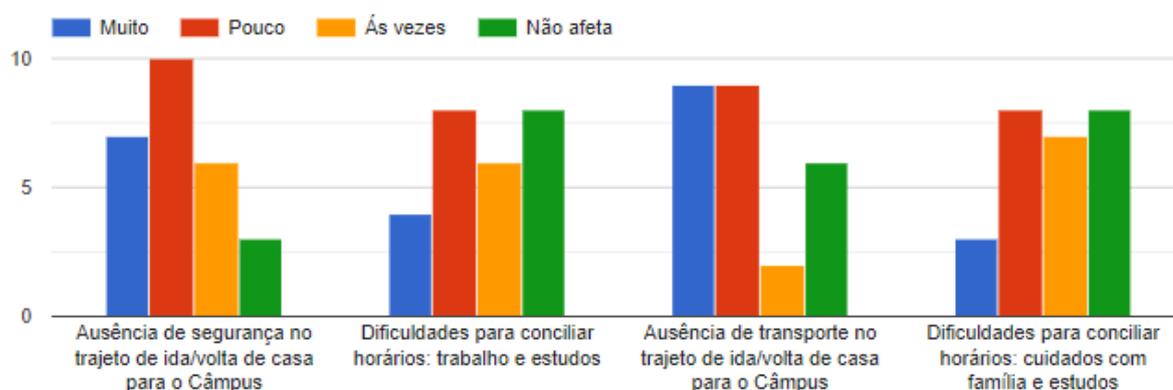
lugar; portanto, não é exagerado afirmar que tais limitações põem em xeque toda e qualquer possibilidade de escaparem da sujeição às práticas machistas e moralizantes que, via de regra, acompanham a ideia de que a função primeira das mulheres é cuidar da casa, dos filhos e do marido.

É importante salientar que 18 estudantes alegaram não se sentirem protegidas pelas Políticas Públicas, o que seria resultado do abandono histórico em que vivem as mulheres, sobretudo as que se encontram nas camadas mais pobres. O Estado falha, tanto na implementação universal de políticas sociais e protetivas quanto, mesmo quando as desenvolvem, sua abrangência é insuficiente e não raramente fragmentada.

Por outro lado, 18 estudantes responderam que nunca foram impedidas de trabalhar por seus companheiros e 21 responderam que não desistiram de estudar/trabalhar devido a: ciúmes, situações de violência praticadas por seus companheiros. Diante deste resultado podemos entender que as mulheres mesmo em situações de vulnerabilidade, tem assumido um papel de protagonista de sua história, enfrentando com outro olhar estes desafios.

Neste sentido perguntamos as estudantes quais maiores dificuldades enfrentadas para a conclusão do curso (gráfico. 23), o medo e a insegurança permanecem como desafios a serem enfrentados diariamente pelas estudantes, nesta ótica a implementação de políticas públicas, que possibilitem mudanças nos padrões sociais, culturais e políticos são essenciais para prevenir, erradicar a violência contra às mulheres.

### Gráfico 23 - Maiores dificuldades enfrentadas pelas estudantes para a conclusão do curso



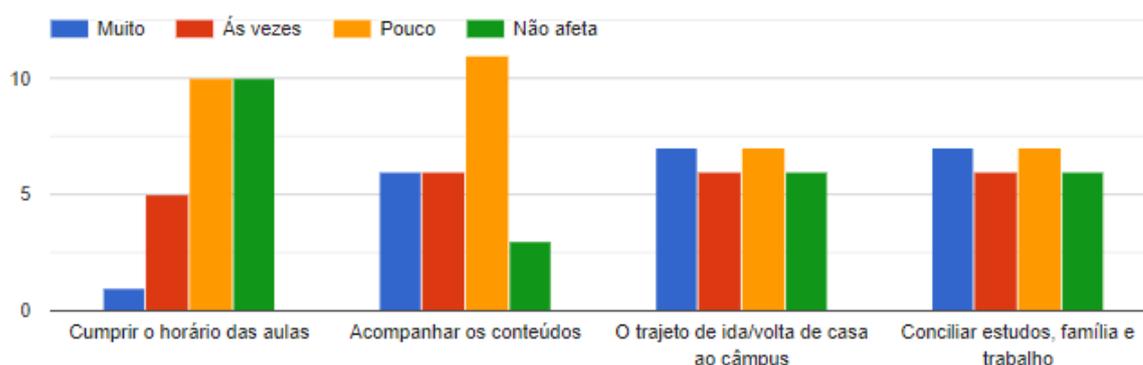
**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir da pesquisa aplicada às estudantes do curso técnico em Enfermagem, IFG/Câmpus Águas Lindas.

É explícito que no modo de produção capitalista, as relações de trabalho são fragilizadas em prol do capital, e que todas as estruturas convergem para um padrão de acumulação em que o trabalhador é condicionado a responder as necessidades do mercado. Nesta sociedade o modelo educacional, tende a incorporar as necessidades impostas pelo mercado, transferido a responsabilidade para o indivíduo.

Os processos de trabalho meritocrático excluem as camadas mais pobres dos meios de produção. Os trabalhadores são simples objetos necessários para a produção do capital e são responsabilizados por sua situação social e econômica.

Perguntamos às estudantes o que eles consideravam mais difícil para a permanecerem em sala de aula até a conclusão do curso, as estudantes responderam que: conciliar estudos família e trabalho é o processo mais difícil, seguido do medo em realizar o trajeto diariamente de casa a unidade escolar. Conforme apresenta o gráfico 24:

**Gráfico 24 - Maiores desafios enfrentadas pelas estudantes para a conclusão e permanência no curso**



**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir da pesquisa aplicada às estudantes do curso técnico em Enfermagem, IFG/Câmpus Águas Lindas.

Assim, inferimos que se faz necessário o investimento na universalização do acesso à educação, como princípio constitucional, mas que esse esforço precisa vir acompanhado das demais políticas públicas e de combate às desigualdades de gênero, de modo a abranger principalmente as classes vulneráveis, as mulheres.

No que toca especificamente as mulheres é preciso dialogar e reforçar os debates em prol da garantia de condições de acesso e permanência, bem como no interesse público em efetivar políticas específicas que sejam capazes de romper com as barreiras do machismo e do patriarcado, sobre tudo com vistas a romper com velhas práticas de violência praticadas contra as mulheres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre permanência e gênero no contexto da EJA articulada a educação profissional não é uma tarefa fácil, sobretudo porque demanda analisar o conjunto em que estas relações se desenvolvem, e no contexto no modo de produção capitalista, requer e compreender os liames destas relações, o que requer muitas análises.

Historicamente negligenciada pelas Políticas Públicas, a EJA sempre foi vista como uma modalidade de ensino desacreditada e alvo de políticas compensatórias e aligeiradas. Seus estudantes são geralmente rotulados como incapazes inaptos para a carreira escolar e universitária. (PEREIRA, 2017).

A Educação é um elemento complexo. A educação formal é uma etapa de extrema importância na formação do sujeito social. Na EJA este processo ocorre em condições adversas e acentuam seu grau de complexidade, sobretudo porque se trata de estudantes trabalhadores que buscam uma formação profissional, além da formação educacional.

A formação neste caso deve ser integrada e deve dialogar com os saberes e aprendizagens já adquiridos por estes estudantes no seu percurso e trajetória de vida. É preciso estabelecer conexões culturais e sociais permanentes que sejam capazes de dialogar para além da realidade apresentada.

No decorrer da análise foi possível identificar que as estudantes da EJA são formadas por trabalhadoras que em sua maior parte estão desempregadas ou que vivem do trabalho informal, possuem renda bruta mensal familiar entre um e dois salários mínimos, o que nos faz refletir que os desafios para permanência destas estudantes vão muito além da garantia do acesso, mas acompanham também os rastros do abandono social, em que muitas estão inseridas.

A baixa renda e as incertezas relacionadas à permanência no trabalho geram em muitos, uma expectativa de que a formação escolar os pode garantir melhores condições de trabalho e de vida. De fato, muitos são os aspectos motivadores para o retorno à escola, destacamos uma característica de nossa cultura que valoriza o saber sistematizado e formal, e que confere ao sujeito escolarizado possibilidades de um lugar social diferenciado. (PAULA in PEREIRA, 2017. p. 31).

Para as estudantes da EJA a descontinuidade acadêmica está intimamente ligada às condições de trabalho ou ausência de renda. Essa característica está fortemente ligada às consequências de um sistema econômico capitalista em que o

indivíduo é responsabilizado por sua condição, suas particularidades são minimizadas e naturalizadas. Os interesses econômicos são postos em um patamar primordial, em detrimento as relações sociais que foram construídas historicamente sob dominação e opressão da classe trabalhadora.

Na sociedade do capital, permeada de contradições e de um patriarcalismo ditador, as relações de dominação são naturalizadas. As mulheres são objetificadas, como parte necessária para a perpetuação das relações de poder. A maternidade, a família são elementos utilizados pelo sistema para inferiorizar e perpetuar da ordem social vigente. A categoria Gênero revela o processo de modelagem social, baseada nas estruturas de poder masculinizado que atendam aos padrões sociais do patriarcado.

A educação profissional deve ser baseada em uma formação integral, e isto pressupõe integrar todas as nuances do processo de formação dos estudantes. E para o público analisado, majoritariamente feminino, ainda e preciso desconstruir as desigualdades de gênero, como desigualdades naturais. A naturalização deste argumento foi fundamental para manter as mulheres afastadas do saber, pela educação formal, e do campo do trabalho formal. O documento base do PROEJA, apresenta a finalidade da formação integral:

A finalidade da formação integral é a superação da dualidade histórica presente na educação brasileira entre teoria e prática e cultura geral versus cultura técnica. Essa dualidade não é fruto do acaso, mas sim da separação entre a educação proporcionada aos filhos das classes média-alta e alta e aquela permitida aos filhos dos trabalhadores. (BRASIL, 2007. p. 26).

A rede federal de educação profissional e tecnológica tem um papel decisivo a desempenhar neste cenário. Pois é nela ocorrem as possibilidades de construção de saberes que possam articular a compreensão de uma educação básica articulada com o mundo do trabalho e ainda possibilita a criação de estratégias que permitam iniciar o processo de desconstrução de dominação e naturalização das desigualdades de gênero arreigadas na sociedade.

Ainda que não seja responsabilidade exclusiva das instituições de ensino implementar iniciativas capazes de fazer frente às vicissitudes que cercam o cotidiano dessas mulheres estudantes, tanto na escola quanto no trabalho e em casa, é possível iniciar os debates para quebra destas barreiras. Sabemos inclusive que neste momento que a educação enfrenta o desafio da contenção de despesas e

gastos. A emenda constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016, limitou as despesas com a educação para os próximos 20 anos. Os impactos ocasionados com certeza impactarão diretamente na qualidade do ensino ofertado, responsabilizando diretamente as instituições de ensino a quaisquer consequências oriundas da ausência de investimentos.

É certo que os mais afetados serão as integrantes da classe trabalhadora, feminina, que dependem exclusivamente da oferta dos serviços públicos para satisfazerem suas necessidades vitais. Sob a justificativa da crise econômica, a classe trabalhadora cada vez mais está condicionada a enfrentar novos desafios como se fossem naturais da vida, para superação das desigualdades produzidas pelo modo de produção capitalista.

A ilusão do *apoliticismo*, entretanto, resulta de uma generalização imprópria destas condições de fato, resulta da atribuição de uma natureza eterna aos efeitos de um fenômeno *histórico*. Tomando como base a diversidade de nível de influência política existente na prática entre os indivíduos diferentemente inseridos no todo social, a consciência *alienada* é, por vezes levada a supor que é a desigualdade natural dos indivíduos que determina a desigualdade da influência política de que a dispõe. (KONDER, 2009. p.184).

Compreender que as desigualdades são produzidas pelo capital não é fácil, quando todos os processos estão voltados para naturalizar o processo de reprodução. Assim, transformar as lutas coletivas em lutas individuais permite que se mantenham as estruturas vigentes. É o que observamos na flexibilização do trabalho, em que o trabalhador é o responsável por administrar seu tempo, sua jornada de trabalho, desobrigando as instituições de quaisquer eventualidades ocorridas nesta órbita. Para as mulheres esta lógica torna-se ainda mais perversa quando associada “às suas funções femininas” da responsabilidade dos cuidados com a família.

A afirmação em torno da igualdade de gênero ainda está longe de ser efetivo. As legislações que protegem as mulheres desafiam o sistema de opressão e dominação.

Durante a pesquisa para esta dissertação, o medo, a sensação de insegurança, a escassez de transporte público foram os principais elementos citados e que dificultam a permanência das estudantes no curso (gráficos 17,19 e 24), os fatores relacionados à ausência de renda para locomoção de casa para as aulas e os cuidados com a família aparecem logo em seguida.

As expressões do patriarcado não se limitam ao espaço doméstico, estendem-se a todas as relações de poder e, diante do cenário de violência e insegurança, os anseios e medos das estudantes são perfeitamente compreensivos, porém não podem ser considerados naturais, mas fruto de uma sociedade patriarcal, perversa que oprime e viola o direito das mulheres.

Expressões de violência que se expressam também nas relações de trabalho, que demonstram a desigualdade existente nas carreiras, salários e forma de tratamento, em que o trabalho doméstico não remunerado das mulheres não se encerra no ambiente doméstico, estendem-se às funções laborativas e mal remuneradas, socialmente relacionadas com o “cuidado” e expressas fortemente na divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho possui enraizamento tão presente nas relações sociais e com um significativo poder ideológico de parecer natural que se espalha desde a infância, por meio de uma divisão sexual dos brinquedos e brincadeiras, passando pela organização e gestão da força de trabalho e, ainda, na divisão sexual da política e do poder. (CISNE, 2018. p. 65).

Além desta conjuntura contraditória e alienante, temos vivido fortemente uma onda de ascensão do conservadorismo, que tem atacado as políticas públicas e todos os outros mecanismos que protegem a classe trabalhadora. Estamos diante de um intenso processo de derrubada de direitos, enfraquecimento das formas de organização social, desvalorização da ciência, disseminação da cultura do ódio. Enfim, educação, trabalho e gênero são os primeiros espaços onde os impactos dessas ações covardes são sentidos.

Dar voz e vez a estas estudantes é uma função tão necessária, que precisa estar presente no processo de educar. A oferta de uma educação profissional para além do espaço acadêmico e do mercado de trabalho, uma educação para a vida.

## REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. Escola Pública e Pobreza no Brasil. A ampliação para menos. Rio de Janeiro: Lamparinha / Faperj, 2009.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. Disponível em: <[http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O\\_Servico\\_Social\\_na\\_Educacao\\_perspectivas\\_socio\\_ocupacionais1.pdf](http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf)>. Acesso em 16 de abril de 2019.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2ª edição. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. O continente do labor. São Paulo: Boitempo, 2011.

BRASIL. Decreto Nº 7.566 de 23 de setembro de 1909. Criação das Escolas de Aprendizizes e artífices. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)>. Acesso em 15 de mai. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 9.304, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 25 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.714, 13/08/2003. Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra as mulheres. Acesso em 15 de março de 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/LEIS/2003/L10.714.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/2003/L10.714.htm)>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.778, de 24/11/2003. Estabelece a notificação compulsória do caso de violência contra as mulheres que for atendida em serviços de saúde, públicos ou privados, em todo o território nacional. Acesso em 15 de março de 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.778.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.778.htm)>.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 5.840 de 13 de julho de 2006. Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.340, de 07 de novembro de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Acesso em 15 de março de 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Documento Base do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de

Educação de Jovens e Adultos – PROEJA: Educação profissional técnica de nível médio/ensino médio. Brasília: SETEC/MEC, ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 29 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Observatório do mundo do trabalho. Estudos e pesquisas econômicas, sociais e educacionais sobre as microrregiões do estado de Goiás – microrregião do entorno de Brasília. 2013. Acesso em 10 de maio de 2019. Disponível em: <[https://www.ifg.edu.br/attachments/article/493/microrregiao\\_entorno\\_de\\_brasilia.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/493/microrregiao_entorno_de_brasilia.pdf)>

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Metodologia de Integração dos Institutos Federais aos seus Contextos. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Educação em direitos humanos: Diretrizes nacionais – Brasília: coordenação geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e defesa de direitos humanos, 2013.

\_\_\_\_\_. Lei 13.005 de 2014. Ministério de Educação. Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em 10 de março de 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2019. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Acesso em 10 de maio de 2019. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Federal Goiano. 2019. Saiba mais sobre o IF Goiano. Acesso em 20 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/historico.html>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2019. Nota informativa nº 138 Informa e orienta as instituições da rede federal sobre a construção do plano estratégicos institucionais para permanência êxito dos estudantes. Acesso em 20 de agosto de 2019. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/>.

BARBOSA, Walmir. Et. Al. A rede Federal e o IFG em perspectiva, história, reconfigurações e perspectivas: a Rede Federal e o IFG em perspectiva: desafios institucionais futuros. Vol. I. Goiânia: IFG, 2015.

\_\_\_\_\_. A rede Federal e o IFG em perspectiva, história, reconfigurações e perspectivas: a Rede Federal e o IFG em perspectiva: desafios institucionais futuros. Vol. III. Goiânia: IFG, 2016.

BEAUVOIUR, Simone de. O segundo sexo: Fatos e Mitos. 4 ed. Difusão Europeia de Livros, 1970.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas. (orgs.) São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UEJ, 2008.

\_\_\_\_\_. Política Social no contexto da crise capitalista. In: Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ Abepss, 2009.

\_\_\_\_\_. Política Social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011, 2.v.

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência social e trabalho no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2016.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kuhner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

CARCANHOLO, M.et. al. (orgs.). Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo. São Paulo: Cortez, 1998.

CFESS, Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Brasília: CFESS, Brochura 3 Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, 2013. Acesso em 10 de maio de 2019.

CISNE, Mirla. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo. Cortez, 2018.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CODEPLAN, Pesquisa Metropolitana por amostra de Domicílios. 2015. <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/%C3%81guas-Lindas-2016.pdf>>. Acesso em 20 de abril de 2019.

COSTA, Cláudia Borges. Formação de professores para a EJA: Da lógica das Competências à formação humana omnilateral.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

FEDERICI, Silvia. O Calibã e a Bruxa. [Tradução Coletivo Sycorax]. São Paulo: Elefante Editora. 2017.

FERNANDES, Antônio Teixeira. O Pobre em luta pela cidadania. in: Pobreza, exclusão: horizontes de intervenção. Presidência da república. Imprensa nacional, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. PERSPECTIVA, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.

GROS, Marielle Christine. A política de luta contra a pobreza por programas, um meio eficaz para reequilibrar os interesses sociais divergentes e promover a integração social?. in: Pobreza, exclusão: horizontes de intervenção. Presidência da república. Imprensa nacional, 1996.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HIRATA, Helena et al. (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Trabalho e Individuo social. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama das cidades. 2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/aguas-lindas-de-goias/panorama>> Acesso em 20 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD. 2018. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2019/06/00e02a8bb67cdedc4fb22601ed264c00.pdf>>. Acesso em 20 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas- Informação Demográfica e Socioeconômica. Nº 38. 2018. Disponível em: < [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf) >. Acesso em 10 de abril de 2020.

IFG. Projeto Político Pedagógico Curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos 2017. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/689/PPC%20Tec%20em%20Enfermagem%20-%20IFG%20%C3%81guas%20Lindas.pdf>>. Acesso em 10 de abril de 2020.

\_\_\_\_\_. Plano estratégico de permanência e êxito dos estudantes. Resolução CONSUP nº 10 de 19 de março de 2018. [PC%20Tec%20em%20Enfermagem%20-%20IFG%20%C3%81guas%20Lindas.pdf](http://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/RESOLU%C3%87%C3%83O%2010.pdf). Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/RESOLU%C3%87%C3%83O%2010.pdf> f. Acesso em 10 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução GONSUP/IFG N<sup>a</sup> 40, de 13 de dezembro de 2018. Disponível em: <  
<https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2040%202018.pdf>>. Acesso em 10 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. Plano de Desenvolvimento Institucional (2019/2023). Disponível em:  
<[https://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/Minuta\\_pdi\\_2019\\_2023\\_181121.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/Minuta_pdi_2019_2023_181121.pdf)>

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. A avaliação da EJA no Brasil: insumos, processos, resultados / Organizado por Vera Masagão Ribeiro, Roberto Catelli Junior, Sérgio Haddad. — Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2018 [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas Sociais: acompanhamento e análise - Vinte Anos da Constituição Federal - Volume 2. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais / Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas Sociais: acompanhamento e análise - Vinte Anos da Constituição Federal - Volume 3. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais / Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Participação no mercado de trabalho e violência doméstica contra as mulheres no Brasil. Brasília, 2019. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2501.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2501.pdf).

KONDER, Leandro. Marxismo e alienação: Contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOPNIN, P. V. Fundamentos Lógicos da ciência. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1972.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LESSA, Trabalho, sociabilidade e individuação. Revista Trabalho educação, saúde. vol.4 número.2 Rio de Janeiro Setembro. 2006. Disponível em: <  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462006000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462006000200002)>. Acesso em 10 de março de 2019.

MANDEL, Ernest. A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2012.

MASCARO, Alysson Leandro. Estado e forma política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MICHAELIS. Dicionário escolar língua portuguesa. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2016.

MIOTO. Regina Célia Tamaso. Orgs. Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO. José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, Angela V. Democracia, sociedade civil e Serviço Social: uma perspectiva crítica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

OLIVEIRA. Edna de Castro. Et. al. Educação de Jovens e Adultos: Trabalho e formação humana: São Carlos-SP: Pedro e João editores, 2014.

Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres Brasil. Conferências Mundiais das mulheres. 2020. Disponível em; < <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>>. Acesso em 10 de março de 2020.

PANEGUINI, Luciana Ribeiro. Os limites à liberdade na sociedade de classes. In: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Temporalis, Brasília, ano 1, n. 15, jan./jun. 2000.

PASSOS, Joana Célia dos, M. As Práticas Educativas do Movimento Negro e a Educação de Jovens e Adultos. In: BRASIL, Ministério da Educação. Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. 2. ed. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

RAMALHO. Jether Pereira; ARROCHELLAS, Maria Helena. (Orgs.) Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil. São Paulo: Cortez; Petrópolis, RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a liberdade - CALL, 2004.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, maio de 2008.

ROCHA, Simone Mariano. FICAI – Um instrumento de rede de atenção pela inclusão escolar. In: BRANCHER, Leoberto Narciso (organizador). O direito é aprender. Brasília: Fundescola/Projeto Nordeste. 1999.

PEREIRA, Josué Vidal. Organizadores. Diálogos sobre a educação de jovens e adultos: Desafios políticos e pedagógicos da integração com a educação profissional. Campinas, SP: Mercado de letras. 2017.

PEREIRA, Larissa D. ALMEIDA, Ney L. T. (orgs.). Serviço Social e Educação. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2012.

PEREIRA, Potyara. Amazoneida. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família, Série política social em debate, nº 7. Brasília: NEPPOS/CEAM/UnB, 1994.

\_\_\_\_\_. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAFFIOTI, Heleietí Iara Bongiovani. Gênero Patriarcado, violência. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

\_\_\_\_\_. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da Silva. Trabalho e população de rua no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; Orgs. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES. José Manoel Montanha da Silveira. Os jovens brasileiros frente às transformações do mundo do trabalho: As políticas educacionais para o ensino médio no Brasil. 2012. Dissertação de Mestrado, UnB, Brasília.

SOUZA, Nilda Rodrigues de. Qualificação e as políticas para o Ensino Médio no Brasil. 2010. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Universidade de Londrina.

SPOSITO, Marília P. A sociabilidade juvenil e a rua; novos conflitos e ação coletiva na cidade. Tempo Social. Revista Sociologia da USP. São Paulo, v.5 n. 1 e 2, p.161-178, 1993.

TIBURTINO, Lidiane Cavalcante. Relações de Gênero e processos de trabalho no Serviço Social. Revista da Associação Brasileira Ensino Pesquisa em Serviço Social. Brasília-DF – Ano 15 – Nº 29 – Jan./Jun. 2015.

TONET, Ivo. Educação contra o capital. EDUFAL. São Paulo. 2ª ed. 2016.

## APENDICE A – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA PESQUISA

### ACEITE INSTITUCIONAL

O (a) Sr. (Sra.) Tiago Gomes de Araújo, SIAPE, n. 2119988, cargo: Professor EBTT, Diretor-Geral do do campus Águas Lindas de Goiás do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, estou de acordo com a realização da pesquisa “Educação e Trabalho: Reflexões sobre permanência e gênero na Educação de Jovens e Adultos no Campus de Águas Lindas do Instituto Federal de Goiás”, de responsabilidade da pesquisadora Márcia Cristina de Souza Coimbra, estudante de mestrado no Departamento de Serviço Social, no Programa de Pós-Graduação em Política Social-PPGPS da Universidade de Brasília, realizada sob orientação do Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Junior, após revisão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília.

O estudo envolve a realização de aplicação de questionário socioeconômico e análise dos dados institucionais obtidos por meio do Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP (módulo de assistência Estudantil) com estudantes do curso Técnico de Enfermagem. A pesquisa terá a duração de no máximo 02 semanas em campo, com previsão de início em abril de 2020 e término em maio de 2020.

Eu, Tiago Gomes de Araújo, Diretor-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Diretor-Geral do campus Águas Lindas de Goiás, declaro conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nele recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Águas Lindas de Goiás, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Tiago Gomes de Araújo  
Nome do/da responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do/da responsável pela instituição

Tiago Gomes de Araújo  
Diretor Geral  
Campus Águas Lindas de Goiás/IFG  
Portaria nº 3884/2018

## APENDICE B - TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada (o) a participar da pesquisa ***“Educação e Trabalho: Reflexões sobre permanência e gênero na Educação de Jovens e Adultos no Campus de Águas Lindas do Instituto Federal de Goiás”*** de responsabilidade de ***Márcia Cristina de Souza Cabral***, mestranda do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília-UnB. O objetivo desta pesquisa é *traçar o perfil do público pesquisado, os desafios enfrentados pelas estudantes do curso técnico em enfermagem para permanência no curso, acesso ao mercado de trabalho, bem como a relação da evasão escolar as opressões relacionadas ao gênero*. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de questionário estruturado e informações institucionais coletadas por meio do módulo de assistência estudantil. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se que esta pesquisa *propicie o planejamento de ações que auxiliem efetivar políticas de acesso, permanência e conclusão do itinerário acadêmico, bem como políticas específicas que propiciem na redução das opressões históricas relacionada ao gênero*.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone **61 9 9117-2360** ou pelo e-mail [cscmarcia@gmail.com](mailto:cscmarcia@gmail.com).

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de versão impressa da dissertação a ser disponibilizada a biblioteca do IFG e por meio do repositório institucional da UnB online na biblioteca da podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: [cep\\_chs@unb.br](mailto:cep_chs@unb.br) ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

**Assinatura do/da participante**

**Assinatura do/da pesquisador/a**

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

## APENDICE C – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO

### QUESTIONÁRIO - PESQUISA EJA

Com relação aos aspectos relacionados sua permanência no curso técnico em enfermagem na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA do Instituto Federal de Goiás, Câmpus Águas Lindas, **assinale a alternativa que MELHOR corresponde a sua situação atual:**

<b>1. Seu maior objetivo em cursar Técnico Integrado em Enfermagem na modalidade EJA é:</b>	
<input type="checkbox"/>	Trabalhar na área;
<input type="checkbox"/>	Se especializar, porque já trabalha na área. Qual a profissão?
<input type="checkbox"/>	Somente concluir o Ensino Médio;
<input type="checkbox"/>	Retomar os estudos;
<input type="checkbox"/>	Qualificar-se para inserção no mercado de trabalho.

<b>2. Quantas vezes já pensou em desistir do curso?</b>	
<input type="checkbox"/>	Nenhuma vez
<input type="checkbox"/>	01 vez
<input type="checkbox"/>	02 ou 03 vezes
<input type="checkbox"/>	mais de 03 vezes

<b>3. Quais os fatores que a levaram a pensar em desistir do curso: (relacione em uma escala de 0 a 5)</b>	
<input type="checkbox"/>	Incompatibilidade do horário de trabalho com as aulas;
<input type="checkbox"/>	Dificuldade de transporte/distância para a unidade de ensino;
<input type="checkbox"/>	Ausência de renda e/ou segurança para chegar instituição;
<input type="checkbox"/>	Falta de apoio da família, dificuldade nos cuidados com os filhos, responsabilidades familiares;
<input type="checkbox"/>	Necessidade de cuidar do filho no horário do curso;
<input type="checkbox"/>	Tempo para conclusão do curso.

4. Quanto a sua assiduidade nas aulas:	
<input type="checkbox"/>	Presente, todos os dias.
<input type="checkbox"/>	Não consegue ir todos os dias.
<input type="checkbox"/>	Presente, três vezes por semana.
<input type="checkbox"/>	Falta sistematicamente uma vez por semana.

5. Dos motivos que levam as ausências nas aulas: (relacione em uma escala de 0 a 5)	
<input type="checkbox"/>	Incompatibilidade do horário de trabalho com as aulas.
<input type="checkbox"/>	Distância entre a unidade de ensino e a residência
<input type="checkbox"/>	Ausência de recursos para chegar instituição;
<input type="checkbox"/>	Sensação de Insegurança ou transporte para chegar instituição;
<input type="checkbox"/>	Falta de apoio da família, dificuldade nos cuidados com os filhos, responsabilidades familiares.

6. Você já teve outra profissão?	
<input type="checkbox"/>	Não
<input type="checkbox"/>	Sim. Qual (is)?

7. Quanto às questões que se referem ao gênero:	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Você já foi discriminada por ser Mulheres?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Você já desistiu de <u>estudar</u> devido à necessidade de cuidados com filhos, família?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Você já desistiu de <u>trabalhar</u> devido aos cuidados com filhos, família, outros?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Você já desistiu de estudar/trabalhar devido a: ciúmes, situações de violência por <u>companheiro (a)</u> ?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Você se sente amparada pelas políticas públicas?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Você se sente segura no trajeto de ida a volt da instituição de ensino
Em caso de não, justifique o motivo pelo qual não se sente amparada pelas políticas públicas.	

<b>8. O que te mantém hoje no curso de ENFERMAGEM:</b>	
<input type="checkbox"/>	Vontade de concluir o ensino médio.
<input type="checkbox"/>	Vontade de fazer um curso técnico.
<input type="checkbox"/>	Necessidade de uma formação para ingressar no mercado de trabalho.
<input type="checkbox"/>	Oportunidade, realização pessoal.
<input type="checkbox"/>	Vontade de concluir o ensino médio.

<b>9. O que você considera MAIS difícil:</b>	
<input type="checkbox"/>	Cumprir o horário das aulas
<input type="checkbox"/>	Acompanhar os conteúdos
<input type="checkbox"/>	Se deslocar até ao Câmpus
<input type="checkbox"/>	Todas as alternativas
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das alternativas